Atas do Seminário Internacional

Media e Violência Sexual:

da investigação à comunicação

Isabel Ventura e Virgínia Ferreira (org.)

21 de junho 2017 CES-Lisboa



















Ficha Técnica

Título: Atas do Seminário Internacional "Media e violência sexual: da investigação à comunicação"

Organização de: Isabel Ventura e Virgínia Ferreira

Capa: André Queda

Edição: APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres/Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Design: André Queda

1ª Edição: Lisboa

ISBN: 978-989-8847-06-5

© Autoras e APEM

Junho 2018

Edição apoiada por: CIG e FCT

Disponível no website da APEM:

http://www.apem-estudos.org/pt/

Índice

Abertura5
Boas-Vindas6
Manuel Carvalho da Silva
Apresentação7
Virgínia Ferreira
Media e violência sexual
Elza Pais
Media e violência sexual
Catarina Marcelino
Media e violência sexual - da investigação à comunicação: Introdução 23
Isabel Ventura
Conferência32
Responding to sexual violence in the media: making the reality of sexual violence 'speakable'
Gwendolyn Sterk
Violência sexual no jornalismo, no ativismo e na academia: diálogos possíveis?
2. O difícil equilíbrio entre noticiar e banalizar51
Sofia Branco
3. Do direito de informar aos Direitos Humanos das/os sobreviventes 59
Margarida Medina Martins
Diferentes violências, a mesma cobertura noticiosa? 65
4. "A nova fronteira (hétero)sexual": dispositivos e discursos de normalização de um tabu
Maria João Faustino
5. Informar, culpar e estereotipar: imagens sobre vítimas e agressores/as a partir dos discursos da imprensa portuguesa
Isabel Ventura

6. Violência sexual nas notícias da agência LUSA104
Cristina Leite
Boas práticas para a Comunicação Social115
7.Confiança, sensibilidade e bom senso — somos responsáveis por cada história116
Catarina Marques Rodrigues
8. Media e violência sexual contra crianças: desafios para uma cobertura noticiosa baseada nos direitos infantis124
Lídia Marôpo
9. Entre o papel de espelho e o de produtor da realidade: os media e a (des)codificação de masculinidades
Sofia José Santos
ncerramento159
Media e violência sexual160
Teresa Fragoso
Notas Biográficas168

Os conteúdos dos textos publicados são da responsabilidade de quem os assina, não refletindo, necessariamente, a posição da APEM ou das entidades financiadoras.

Abertura

Boas-Vindas

Manuel Carvalho da Silva

Coordenador do CES-Lisboa

Em nome do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, quero saudar a vossa presença, desejar um bom trabalho. Compete-me esta função, embora a Dra. Virgínia Ferreira seja também membro destacado do Centro de Estudos Sociais da Universidade e Coimbra. Uma saudação muito especial à senhora deputada Elza Pais, que é um prazer reencontrar aqui para abordar um tema muito interessante e muito necessário na sociedade portuguesa. E à Dra. Catarina Marcelino o nosso obrigado pela sua participação. Saudar, em particular, a Prof.ª Virgínia Ferreira, por esta incursão permanente na abordagem dos problemas da violência sexual e, em particular, de género, assim como os estudos de género e os estudos feministas que vai desenvolvendo, que são um grande contributo para os grandes temas de debate da sociedade atual. O desafio não é pequeno, pela relevância destas matérias e por esta presença dupla na abordagem, que é o papel dos media no tratamento de temas sensíveis como este. Vemos momentos em que isso se sente muito. Nós temos um avanço extraordinário com as possibilidades de informação de que dispomos hoje, mas é preciso também fazer um percurso qualitativo na forma de tratamento dos temas, sob pena de transformarmos a abordagem de um tema que é importante, em quase desastres que baralham as abordagens que as pessoas podem, no senso comum, ter sobre estas temáticas. Portanto, bom trabalho, parabéns e obrigado.

Apresentação

Virgínia Ferreira

Presidente da APEM

A problemática que hoje aqui nos juntou - *Media* e violência sexual: da investigação à comunicação - merece toda a nossa atenção e é fonte de grande preocupação. Estatísticas, acontecimentos, atitudes e comportamentos registados e públicos confirmam-nos, na verdade, o carater oportuno da realização deste Colóquio, resultado da parceria da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) com o Centro de Estudos Sociais (CES).

"Comissão de Violadas" e "Alguém que mande as gajas para a cozinha" são os mimos com que fomos mais recentemente e infortunadamente brindadas pela cultura da misoginia que grassa no meio estudantil do ensino superior em Portugal. Desde meados dos anos 90 que tem vindo a ser identificada nos ambientes académicos a prevalência de uma cultura que Carolyn Jackson cunhou de "laddish", e que eu gosto de chamar "cultura da rapaziada", cujos traços fundamentais são uma atitude anti-intelectual e desprezo pela sensibilidade a favor do beber, da violência, do sexismo e da homofobia. Estas atitudes têm encontrado nas redes sociais veículos de propagação descontrolada, muitas vezes a coberto do cobarde anonimato, onde são claras as manifestações de objetificação das mulheres e as atitudes pró-assédio e violência sexual... Os efeitos sobre as estudantes são devastadores e alienantes, no mínimo retraindo-se de qualquer expressão pública dos seus interesses intelectuais. Uma investigação recente dava conta de que algumas raparigas evitam serem vistas a requisitar livros da biblioteca ou participar em debates nas aulas ou nos fóruns porque sabem que vão ser enxovalhadas em público. Estes jovens, criados neste caldo, vão evidentemente transpor estas atitudes para os locais de trabalho...

Pouco tempo antes, tínhamos assistido à difusão de um vídeo que transmitia em direto o abuso sexual sobre uma jovem, presenciado e incentivado por um público misto ululante, justamente denunciado como evidência da banalização da cultura da violação, segundo a qual a violência sexual contra mulheres, gays e pessoas trans é um comportamento normal e, geralmente, impune, já que contam com a ausência de denúncia por parte da vítima. Um terceiro elemento presente é,

certamente, no caso de o crime vir a ser tornado público, os agressores contarem ainda com a simpatia ou até aplauso dos seus pares e a culpabilização das vítimas por parte do sistema judiciário e, mais rapidamente ainda, da parte da opinião pública, em geral, sempre pronta a acolher as ideias mais misóginas. É aqui que entra o nosso interesse pelo papel dos *media* relativamente a estas questões. A propósito deste último caso, discutiram-se as práticas jornalísticas que dão voz e visibilidade à violência sexual sem cuidarem dos efeitos eventualmente perversos a que podem dar origem.

Num quadro de desigualdade entre homens e mulheres, a vida das mulheres em todo o mundo tende a ser caracterizada por:

- menos acesso e controle de recursos (tais como o capital económico, social, cultural e simbólico, educação, serviços de saúde reprodutiva e outros serviços de saúde);
- mais pesados e variados encargos (cuidar da casa, filhos, cônjuge, pessoas idosas, trabalho fora de casa e muito mais);
- salários mais baixos, muitas vezes para a mesma quantidade e qualidade de trabalho; menos oportunidades para o desenvolvimento das suas carreiras profissionais;
- menor participação nos processos de tomada de decisão nas esferas pública e privada.
- taxas mais elevadas de abuso, intimidação, assédio e violência sexual;
- menos poder para determinar e expressar a sexualidade;

Hoje também estamos aqui para discutir o papel dos meios de comunicação social, mas também para prestar atenção aos modos como as novas tecnologias e a disseminação dos canais de informação estão a tornar ultrapassado o conceito de *media* e a acrescentar questões às perguntas tradicionais no campo dos *Media Studies*. É preciso também discutir estas novas paisagens informativas e os elementos que as estruturam e as influenciam.

A representação da violência sexual nos conteúdos dos *media* foi um dos primeiros problemas analisados pelos estudos feministas de comunicação, que mostraram como através da mercantilização dos corpos das mulheres, os conteúdos dos media – notícias, filmes, revistas – contribuíram para a 'normalização' da agressão sexual, violação e outras formas de violência sexual e como reforçaram as desigualdades de género.

Dos resultados já apurados, hoje sabemos que (Vega Montiel 2014, 17):

- Os conteúdos dos *media* reproduzem estereótipos sexistas associando a identidade masculina à violência, dominação, independência, agressividade e poder, enquanto as mulheres são retratadas como emocionais, vulneráveis e sensíveis e dependentes das ações masculinas.
- As mulheres geralmente são estereotipadas como objetos sexuais, ou até mesmo como meras partes de corpo. Alguns exemplos mostram que a nudez feminina nos anúncios de revista aumentou significativamente em todo o mundo entre 1983 e 1993; personagens de adolescentes femininas de TV costumam ser híper-sexualizadas; em consequência, a sexualidade feminina é representada não como a libertação sexual das mulheres, mas como a disponibilidade destas para consumo masculino.
- Apenas 24% dos sujeitos de notícias são mulheres, 76% são homens. A representação de género nas notícias está associada às relações de dominação e subordinação: considerando que os homens são representados como desportistas, políticos e empresários, as mulheres são representadas como vítimas e como vox populi— quer dizer, associadas à falta de status e poder. Vimos isso mesmo durante os últimos dias, com o país a viver uma tragédia impar com incêndios devastadores, em que muitas pessoas viram as suas vidas tiradas ou dificultadas. Quantas mulheres vimos falar enquanto especialistas ou decisoras? Sim, há uma ministra e é tudo...
- As notícias sobre violência de género tendem a representar as mulheres como vítimas associadas à sua falta de poder ou, ainda, as responsáveis pela violência de que são vítimas. Geralmente, os agressores não são parte da notícia. É, por isso, que o lead da notícia não deve conter mulher foi violada, mas sim, homem violou...
- A música popular é também um poderoso veículo para a reprodução da violência sexual. É o caso da música *rock* e *pop*, *country*, *rap* e, mais recentemente, o *reggaeton*, surgido nos anos 90 com conteúdos híper-sexualizados.

Os estudos feministas dos *media* têm vindo também a mostrar que a internet e as tecnologias de informação e comunicação fazem agora parte de um ambiente essencialmente sexualmente violento.

Estes resultados dos *Media Studies* mostram que, longe de contribuir para a discussão e compreensão sobre as condições estruturais da violência sexual, tanto os novos como os tradicionais *media* acabam por normalizá-la. Donde, podermos

concluir que os *media* são atualmente parte do problema e não parte da solução para combater a violência sexual.¹

A consciência destes processos dos *media* não é, porém, nova. A *Plataforma de Acção de Pequim*, com mais de vinte anos, não ignorou a importância dos meios de comunicação social para a promoção da igualdade de mulheres e homens. Entre muitos considerandos e recomendações, destaco alguns dos seus objetivos estratégicos:

- Consciencializar os meios de comunicação social para a sua responsabilidade na promoção de imagens não estereotipadas de mulheres e homens, assim como na eliminação de modelos mediáticos geradores de violência, e encorajar os responsáveis pelo conteúdo do material que é difundido a estabelecerem diretrizes e códigos de conduta profissionais; e consciencializá-los também do importante papel que têm no que respeita à informação e educação da população sobre as causas e consequências da violência contra as mulheres e à incentivação do debate público sobre este tema. (Objetivo estratégico D.1. Adotar medidas integradas para prevenir e eliminar a violência contra as mulheres medida J, pág. 95).
- Encorajar a participação das mulheres na elaboração de códigos de conduta e deontológicos ou outros mecanismos adequados a uma autorregulação e destinados a promover uma imagem equilibrada e não estereotipada das mulheres nos meios de comunicação social.
- seres inferiores e a não as explorarem como objeto sexual e bem de consumo, mas antes a apresentá-las como seres humanos criativos e protagonistas relevantes, contribuintes e beneficiárias do processo de desenvolvimento; P. 171
- 244. Pelos meios de comunicação social e pelas empresas de publicidade:
- a) Promover, salvaguardada a liberdade de expressão, códigos de conduta e deontológicos e outras formas de autorregulação que contribuam para a apresentação de imagens não estereotipadas das mulheres;

http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/publications/media and gender scholarly agenda for gamag.pdf [consultado a 01.06. 2017].

¹ Esta síntese baseia-se num amplo estudo comparativo que tenho vindo a citar publicado pela UNESCO e editado por Aimée Vega Montiel, *Media and Gender: A Scholarly Agenda for the Global Alliance on Media and Gender*, editado por Aimée Vega Montiel, 15-19. Paris: UNESCO. 2014. Disponível em:

- b) Estabelecer, salvaguardada a liberdade de expressão, códigos de conduta e deontológicos que visem materiais de conteúdo violento, degradante ou pornográfico sobre as mulheres nos meios de comunicação social, incluindo a publicidade;
- c) Introduzir a perspetiva de género em todas as questões de interesse para as comunidades, os consumidores e a sociedade civil;
- d) Aumentar a participação das mulheres na tomada de decisão, a todos os níveis dos meios de comunicação social. (pág. 171/172)

Também o European Institute of Gender Equality tem vindo a sugerir medidas que alterem o panorama nos media, nomeadamente (EIGE, 2013)²:

- ✓ Comissões responsáveis pelas questões da igualdade
- ✓ Códigos de conduta de prevenção do assédio
- ✓ Departamentos ou conselheiras/os para a igualdade/diversidade
- ✓ Formação destinada a mulheres
- ✓ Formação em gestão para mulheres
- ✓ Sensibilização para as questões da igualdade para o staff
- ✓ Políticas de licença de maternidade e paternidade

Estas práticas estão em vigor nos nossos meios de comunicação social? Sabemos que a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género tem realizado ações de formação com profissionais do jornalismo. Há ou não resultados positivos dessas ações? A sua avaliação tem sido feita? É possível pensar em aprofundar esta linha de intervenção ou temos que nos render à ideia de que o mercado é rei e senhor e não podemos pedir aos meios de comunicação social aquilo que eles não são? Estamos a pedir-lhes que façam aquilo que não é a sua missão?

Estas e outras interrogações vão estar presentes ao longo do dia de trabalho que dedicámos à abordagem desta temática tão sensível. A última sessão do programa será dedicada à exploração de boas práticas — as que existem e as que são

² Veja-se EIGE – European Institute of Gender Equality. 2013. Review of the implementation of the Beijing Platform for Action in the EU Member States: Women and the Media – Advancing gender equality in decision-making in media organisations. Luxemburgo. Disponível em: eige.europa.eu/.../MH3113741ENC-Women-and-media-main-findings [consultado 02.06.2017]

necessárias... Na verdade, a dimensão da igualdade de género resulta das escolhas feitas relativamente:

- à linguagem é usada linguagem inclusiva? São feitas suposições sobre as pessoas com base no seu sexo?
- quanto ao lado da história que é escolhido quais os pontos de vista adotados? Quem tem interesse neles? Há padrões diferenciados? Quem é incluído e quem é excluído da história?
- quanto ao contexto as histórias são suficientemente contextualizadas de molde a que quem a elas acede possa avaliar por si próprio? Em que circunstâncias é que devemos incluir a informação acerca do estado civil ou se tem filhos ou não?
- quanto às fontes quantas são do sexo feminino ou de minorias étnicas ou de grupos progressivos?
- quanto às imagens será que as imagens contradizem os conteúdos? Qual a mensagem que ditam por si próprias e em relação ao texto?

Os estudos sobre as mulheres e de género continuam a não ter, em Portugal, visibilidade científica, quer ao nível dos curricula do ensino superior, quer ao nível da investigação científica suportada por linhas de financiamento público. Este Colóquio tem como objetivo colmatar, dentro das possibilidades que este formato viabiliza, parte desse défice de visibilidade. Esperemos que o *ebook* que dele resulta reforce o cumprimento desse objetivo.

Antes de terminar, quero agradecer a vossa participação e a vossa presença. E deixar uma nota particular de reconhecimento à Isabel Ventura, grande responsável pelo excelente programa que hoje nos aguarda.

Media e violência sexual

Elza Pais

Deputada. Presidente da Subcomissão da Igualdade e da Não-Discriminação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Começo por cumprimentar a mesa: Manuel Carvalho da Silva, em representação do CES, a Virgínia Ferreira, caríssima amiga e Presidente da APEM. Este casamento CES – APEM é casamento perfeito e feliz; é de facto uma boa parceria. Cumprimentar a Sr.ª Secretária de Estado, cara amiga, Catarina Marcelino, e também saudá-la pelo trabalho que tem feito nos vários domínios... E permitamme que, neste quadro, destaque também, no campo da violência sexual. Agradecer em nome da Subcomissão da Igualdade e da Não discriminação, da qual sou Presidente, mas também em nome da primeira Comissão, na qual esta Comissão se integra, dado que, no entendimento da Assembleia, as questões da igualdade e da não discriminação inserem-se no âmbito dos direitos humanos e dos assuntos institucionais que são enquadrados na primeira Comissão. E, portanto, agradecer o convite em nosso nome para estarmos aqui presentes neste colóquio, de relevante importância – *Media* e violência sexual: da investigação à comunicação.

De relevante importância, desde logo, porque a violência sexual, no quadro de todas as violências, é aqueles que os estudos diversos que têm sido feitos... E estou aqui também a olhar para a Dra. Maria João Silveirinha, que cumprimento, porque li muitos dos trabalhos... Aliás, até apresentei um dos livros da Rita Simões sobre estas matérias. Dizia eu, que de todas as violências – a física, a psicológica e outras –, a sexual é aquela que é menos percecionada. É por isso que nos inquéritos é também aquela de que as pessoas menos falam. O que não quer dizer que não exista na dimensão real, não existe depois é na dimensão da denúncia. E, portanto, o papel da comunicação social neste quadro é muito importante, dado que pode reforçar o papel pedagógico dos media, por um lado, e pode inibir - o que não tem feito e seria desejável que fizesse - o papel sensacionalista com que a comunicação social trata os temas da violência doméstica, de género e, sobretudo, também violência sexual. Os media, como a Prof.^a Virgínia Ferreira já disse, muito melhor do que eu, são os principais obreiros deste espaço público onde estas práticas acontecem, e são determinantes para a formação da nossa identidade. E dão-nos, por isso, quadros de referência que são absolutamente capitais, quer de criação de sentido sobre nós e sobre os outros, através de imagens que difundem, ou que inibem quando deviam difundir, da criação e reconfiguração das comunidades e das culturas que retratam, por um lado, e, por outro, da forma como desenham os papéis contraditórios na estruturação das nossas identidades. E, portanto, aqui, acabam sendo muito perversos. E é esta perversão que, no quadro das formações que a CIG, e outros organismos, e também as ONG, devem promover, devem incidir neste efeito perverso, sensacionalista, para que sejam nossos aliados e não nossos inimigos. Porque os *media* têm aqui um papel na difusão das mensagens associadas a estas áreas temáticas — um papel muito contraditório. Podem e devem ser nossos aliados e, não raras vezes até o são, quando divulgam informação, desde que seja objetiva, factual, e sem o sentido mais subjetivo por onde entra muitas vezes o lado sensacionalista e perverso. Tanto podem ser nossos aliados como nossos inimigos.

E aqui está o grande desafio, que é transformar os *media* em aliados. Não é fácil, mas é possível. E se não for possível chegar lá já, pelo menos é este o caminho que se deve fazer, quer na definição de políticas públicas, quer em toda a estratégia de combate... Dotá-los de formação, o mais possível - e sei que a CIG, em tempo, teve formação para os media nos vários domínios de ação. Não sei como é que hoje esta organização se organiza, mas era importante que ela estivesse na agenda, porque os jornalistas, por vezes – e eu estou num local particular onde contactam muito connosco –, eles próprios não dominam os conceitos, e estão a navegar. E na navegação à vista o que salta em primeiro plano são as evidências que são falsas ideias da realidade, como sabemos. E, portanto, disseminam-nas como se estivessem a fazer uma verdadeira análise da realidade e não estão. Dizia eu que, se não os podemos evitar, nem desejamos evitá-los – e é impossível fazêlo -, temos que os tornar nossos aliados, através da formação, para que a informação seja objetiva, esclarecedora, destituída de estereótipos e de ideias falsas. E, para vos dar um exemplo, na Assembleia da República, onde os media são de facto um parceiro essencial, porque as nossas mensagens passam através deles, ainda recentemente, numa lei que foi aprovada, da regulação urgente das responsabilidades parentais... (tive um papel muito ativo nesta lei, desde logo porque fui a primeira subscritora, e tinha sido chumbada na anterior legislatura). Portanto, já vinha carregada de muitas informações políticas, que a tentaram destruir e não a deixar vingar. E, portanto, havia aqui já muitos efeitos de imagens negativas que convinha clarificar e objetivar. E, mesmo assim, apesar de a lei, nesta fase, ter sido aprovada, penso que algumas dessas imagens não conseguimos desconstruir de todo. Desde logo, trata-se de uma lei que faz a regulação urgente das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica, e a primeira ideia que é disseminada é que "agora governo quer tirar as crianças ao pais". Tentámos esclarecer que o objetivo não era esse, por todos os meios ao nosso alcance. Acho que no final ficou a ideia correta, mas fiquei com a sensação que no quadro de muitas pessoas, em muitas construções, essa ideia não foi completamente desfeita. Foi algo desfeita, mas não completamente. E, por outro lado, também no âmbito desta questão sobre a síndrome da alienação parental, que foi muito mal esclarecida – e acho que ainda hoje os *media* não sabem o que é esta síndrome –, e, portanto, apresentavam o argumento de que as mulheres que se queixavam apresentavam todas falsas queixas. Sabemos que há algumas falsas queixas, mas nem todas o são falsas; antes pelo contrário, até são muito poucas as queixas falsas. O que acontece é que nem sempre as queixas se conseguem provar pelas realidades e práticas inerentes a este tipo de situações.

E, portanto, trabalhar com os media é absolutamente central, até para nos ajudarem no processo legislativo, passando informações adequadas sobre as práticas ligadas à violência de género e, sobretudo, à violência sexual. Dizia eu que esta é das violências mais invisibilizadas, dado que as pessoas não têm perceção dela. A Prof.ª Virgínia Ferreira já deu conta dos enquadramentos internacionais que estão ao nosso dispor, e que Portugal subscreveu. Tem, portanto, compromissos e não pode fugir deles, independentemente de quem esteja no governo em determinado momento. Há compromissos institucionais e há compromissos internacionais que temos que cumprir. Só que, às vezes, cumpre de forma mais rápida e outras desacelera um bocadinho esse cumprimento. Só para referir alguns dos últimos compromissos assumidos, a Convenção de Istambul, que foi... Eu estive nas primeiras negociações feitas no Concelho da Europa; e Portugal teve nessa discussão um perito, que foi o Prof. Manuel Lisboa, que esteve na linha da frente, quer na assinatura, quer na ratificação da convenção. Já no seguimento desta convenção, também adotámos e avançámos no processo legislativo, nomeadamente legislação no que diz respeita ao stalking, à violação nos casamentos forçados, e outra legislação mais recente – esta de que acabei de falar -, que também vem no quadro da Convenção de Istambul, quando recomenda aos Estados Membros que a proteção das crianças, em circunstância nenhuma, deve impedir a proteção das vítimas. Deve ser feita a regulação das responsabilidades, salvaguardando as crianças, mas não deixando de proteger as vítimas.

Para finalizar, gostava de deixar aqui o nosso compromisso, da Assembleia da República, para acolhermos as recomendações que irão sair deste seminário e de todos os trabalhos que têm feito, porque no âmbito da Subcomissão fazemos muito esta ligação, entre o conhecimento e o avanço legislativo. É uma Subcomissão que faz um diálogo muito forte, não só com a academia, mas

também com as ONG. Portanto... a abertura é total para trabalharmos em conjunto. Votos de um bom dia de trabalho. Muito obrigada.

Media e violência sexual

Catarina Marcelino

Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade de Género

Há uns anos, fui Presidente da CITE³ e, nessa altura, estive com o Manuel Carvalho da Silva, na altura secretário-geral da CGTP, num seminário sobre as questões da parentalidade e do mercado de trabalho. Recordo-me de, a meio do meu discurso, me ter entusiasmado e ter dito que tinha chegado a hora de os homens fazerem a revolução. Lembro-me sempre que ficou tudo um pouco estupefacto a olhar para mim. E eu acho que esta questão tem muito a ver com o que hoje aqui estamos a falar. Ou seja, os papéis sociais dos homens e das mulheres são o centro da questão.

Enquanto nós não conseguirmos agir no que é mais subjetivo, no que são as nossas representações do mundo, estaremos sempre a correr contra o prejuízo. É aqui o cerne da questão. Acho que, de facto, enquanto sociedade temos, de apostar na formação das gerações mais novas. E, enquanto não o fizermos de forma séria, — e eu estou muito à vontade, porque a educação para a cidadania tem sido uma das minhas grandes batalhas-, não conseguiremos atingir a igualdade. E já muitos contributos para conseguirmos ter uma estratégia de educação para a cidadania nas escolas a partir do próximo ano, que eu espero ver acontecer.

Enquanto isso não for uma das prioridades no país, em que os Direitos Humanos, as questões e os estereótipos de género sejam centrais nesse projeto, estaremos sempre em salas fechadas a fazer reflexões. Eu queria começar por aqui, porque creio que esta questão é central no processo. Isto não significa que, enquanto não o conseguirmos e não conseguirmos resultados, não tenhamos de agir, trabalhar, intervir e fazer a nossa parte com pessoas adultas e com pessoas que têm capacidade de decidir. E neste caso em relação aos media. Os media não são só os e as jornalistas, são as direções e as redações dos jornais e das revistas, das televisões e dos jornais online, são quem decide a linha editorial. Por isso é

³ Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

fundamental percebermos como é o corpo das redações e compreender como é que trabalham as pessoas que tomam as decisões de redação e dos conteúdos. Esta questão traduz-se no resultado final do que nós vemos depois nos jornais, nas revisitas, nas televisões, nas rádios e por aí fora. E depois ainda há outra questão que eu acho muito importante, que é o papel das redes sociais e como é que hoje as novas tecnologias entram nesses processos. E acho que essa reflexão é também muito necessária, muito séria e muito preocupante.

Eu queria aqui também deixar uma nota relativamente aos Planos Nacionais para a Igualdade, cujas avaliações passadas estão a ser revistas, porque é muito importante olharmos para o que foram as conclusões das análises dos Planos que foram produzidos e implementados. Porque uma das questões é a falta de tempo para analisar e refletir sobre a avaliação. Esta é feita, não apenas porque o próprio Plano o obriga, mas depois de um Plano terminar há que pôr outro em prática, e, frequentemente, o tempo escasseia e muito rapidamente temos de apresentar o novo documento - e temos pressão política para o apresentar -, e acabamos por não refletir sobre o que está para trás. E, neste momento, que temos Planos para 2018, estamos numa fase de olhar para as avaliações, perceber o que é que foi sugerido, o que é que foi proposto, o que é que funcionou melhor ou pior, para fazer refletir esse balanço nas decisões que temos que tomar futuramente. E, se calhar, muitas de vós serão chamadas para as reflexões, porque também nos parece que estas estratégias nacionais têm de ter uma grande participação de quem está no terreno e da academia, porque o conhecimento e pensamento de quem tem a experiência tem de ser, forçosamente, trazido para a discussão.

E o que é que isto tem a ver com o tema? Tudo. Por um lado, a questão da formação para jornalistas, sobre estas temáticas, que está inscrita nos Planos Nacionais. Creio que a CIG, que é a entidade responsável sobre essa matéria, terá disponível a informação relativamente aos resultados da formação para jornalistas. Por outro lado, gostaria de salientar que é importante refletir sobre o trabalho que foi feito. Porque a formação é muito importante - isto em relação aos e às jornalistas e em relação aos/às magistrados/as, para ter outra classe de comparação -, mas só faz a formação quem quer e quem está sensibilizado/a, pelo menos, para vir e para aprender. E as restantes pessoas? Que estratégia é que temos de ter para chegar a quem de facto tem um pensamento que não ajuda estes processos? Também temos de refletir sobre isto. Porque, quando falamos de violência sexual, falamos de um dos temas mais tabu, apesar de ser noticiado, de forma sensacionalista, por alguns jornais. Quem trabalha nestas áreas, quando

acontece alguma coisa muito grave, sabe qual é o primeiro meio de comunicação que deve procurar para obter o máximo de informação. Aliás, a comunicação social tem um papel importante de fonte de informação para o conhecimento sobre a violência contra as mulheres. Exemplificativo disso, é o facto de os relatórios do Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA), da UMAR, se basear na análise de jornais, o que significa que há informação pertinente em alguns meios de comunicação social. Todavia, há que reconhecer que, na forma como é apresentada, muitas vezes, a informação carece de verificação e, sobretudo, faz uma coisa que me choca profundamente: expõe pessoas. Não estamos a falar do abstrato, antes, falamos da vida de pessoas – por vezes ainda crianças - que têm rosto e são expostas na comunicação social.

O abuso sexual tem uma expressão muito grande nas crianças. Aliás, os números do último Relatório da Administração e Segurança Interna (RASI) têm de nos fazer refletir. De acordo com o RASI, em termos de incidência, o abuso sexual de crianças vem em primeiro lugar, depois a violação seguida da pornografia de menores. E no que respeita ao abuso sexual de crianças, em 2016, houve 122 ocorrências. E sabemos que isto é o que é relatado a partir de queixas apresentadas. Depois há todo um mundo que não conhecemos. E que as vítimas do sexo feminino, no grupo das crianças, são 81,3%, e os agressores das crianças são 95,7% do sexo masculino. E, portanto, há aqui uma componente de género forte... E nem sempre há esta perceção, porque se acha que os meninos têm o mesmo nível de abuso que as meninas, o que não é verdade. De facto, esta questão de género também está fortemente presente nas questões do abuso sexual das crianças. Também no crime de violação, os agressores são 97,2% do sexo masculino e as vítimas 90,5% do sexo feminino e, em mais de 55% dos casos, agressores e vítimas conheciam-se.

Estes números são importantes para a nossa reflexão, porque estamos a falar de um crime que é muito comum dentro daquilo que é a intimidade e a vida privada, quer nas crianças, quer nas pessoas adultas. E também na violência doméstica, porque a questão da violência sexual em contexto de intimidade é uma área da qual nunca se fala muito. Fala-se muito dos socos, da pancada, da violência física, da violência verbal, dos insultos, mas depois, a violência sexual é sempre um tabu, porque é a mais íntima da intimidade da vida conjugal. E as vítimas nem sempre têm consciência de que o que lhes está a acontecer é uma agressão sexual, porque muitas vezes assumem que devem ter a relação sexual. Como, muitas vezes, neste contexto as mulheres dizem: "deixá-los fazer os que eles quiserem para me

deixarem em paz". Estamos a falar de uma realidade que, depois, quando é transposta para a comunicação social e para as redes sociais, é-o muitas vezes de forma leviana, o que nos conduz à questão: como intervir? A formação é fundamental, porém, a reflexão resultante de iniciativas como esta também tem de ajudar a pensar outros caminhos. Porque, sinceramente, acho que a formação se deve manter, mas não é – nem deve ser encarada como - a única solução. Acho que temos que ter aliados e aliadas no contexto dos órgãos de comunicação social e, apesar de já termos algumas pessoas aliadas, é necessário engrossar este grupo.

Adicionalmente, é necessário agir – a partir de um ponto de vista mais repressivo. Quando acontecem episódios como aquele vídeo que apareceu relativamente à situação das festas académicas do Porto, é fundamental que se aja, ou seja, tem de se apresentar queixa. E isso passa por olhar para a legislação e tentar perceber qual é a nossa capacidade, do ponto de vista legislativo, para agir. E esta reflexão também tem de ser feita pois, frequentemente, queremos agir mas não temos as condições para o fazer.

E, este caso do vídeo do Porto, que nos pode servir aqui de exemplo - um como outros, mas este mediatizado e que, ainda por cima, envolve redes sociais – pode servir de base de reflexão para percebermos como podemos, de alguma forma, trabalhar a questão das redes sociais que destrói vidas: há pessoas que se suicidam! Porque, temos de ter consciência que o que é publicado nas redes sociais nunca mais de lá sai: não é efémero. Consequentemente, o trabalho com crianças e jovens é muito importante, para que também tenham consciência disto.

O trabalho com estudantes universitários/as é muito importante, porque habitualmente trabalhamos muito pouco com este grupo, estando o trabalho mais direcionado para a população estudantil do ensino secundário. Temos a experiência de uma campanha, cujo sucesso se deveu, em grande medida, ao envolvimento dos/as próprios/as jovens. Foi pedido o apoio das federações académicas para pensar connosco a campanha. E isto funciona, porque foram os/as próprios/as a pensar na mensagem e na imagem para os pares - eu não consigo pensar como aos 18, 20 anos: é impossível! -; e, portanto, implicar os/as próprios/as no processo é mesmo crucial. Acho que uma campanha centrada na violência sexual seria importante; se calhar numa segunda fase. Mas não chega. É preciso ainda que os conteúdos e a cultura das universidades também reflita estas questões e as transmita como valores fundamentais. Isto é, de facto, um trabalho

que nos esmaga em termos do que temos para fazer para a frente. E esta é uma área que tem sido muito pouco trabalhada e muito usada do ponto de vista sensacionalista para vender informação.

E, depois, há a questão da cidadania e que se relaciona direta e intrinsecamente com o posicionamento de cada um e cada uma de nós, enquanto cidadãos e cidadãs, face ao que são as nossas obrigações. E a comunicação social é um pilar fundamental da democracia. E isso significa que, enquanto elemento basilar do nosso sistema político, também tem responsabilidades. Questiono-me se nós, enquanto sociedade, escrutinamos a comunicação social relativamente ao cumprimento daquelas responsabilidades. Creio que tem havido um aumento da consciência do papel da comunicação social e, consequentemente, na exigência face à cobertura noticiosa. Por exemplo, agora acerca dos incêndios e desta catástrofe que se abateu sobre o país, julgo que há uma reação dos próprios cidadãos e das próprias cidadãs, relativamente à forma como a comunicação social se deve ou não comportar perante a catástrofe. E não se aceita bem algum populismo e algum sensacionalismo em relação a algumas situações. Isto também são sinais de alguma transformação social que não nos devem deixar indiferentes e que, da minha parte, me deixam positivamente agradada.

E, para terminar, pergunto o que é que podemos fazer? Podemos investir na educação – acho que essa é, de longe, a melhor estratégia para mudar a sociedade; investir nas raparigas e investir muito também nos rapazes. O estudo da violência do namoro, que a UMAR fez no âmbito do dia dos namorados, e de um projeto que tem, mostra-nos bem o que ainda há por fazer. Porque não só mostrou as situações, mas também as representações, e a perceção de que a violência é normal está muito presente nos/as jovens, o que é muito assustador. Aí há tudo a fazer, temos de trabalhar, sem deixar ninguém de fora. A formação deve continuar e vamos ter um novo Plano Nacional, o que nos dará a oportunidade de pensar se esta área pode ser trabalhada e como.

Por outro lado, parece-me que temos de definir prioridades, porque em três anos não fazemos tudo. Podemos ter sempre essa ambição, que pode ser sempre muito positiva, mas depois não resulta. Não se faz tudo em três anos, os Planos têm de ter objetivos e, se se cumprirem, passar ao seguinte. É também importante trabalhar com as escolas que formam pessoas na área da comunicação. E também termos (ou procurarmos) respostas na comunidade. Com a Associação de

Mulheres contra a Violência (AMCV) abrimos o primeiro centro nacional de apoio a vítimas nesta área. Isto é espantoso: não existia no país! Temos agora uma resposta especializada para vítimas de violência sexual. Não é o que ambicionamos e desejamos: queríamos mais, mas foi o possível. É importante que o trabalho da AMCV, que está a ser feito em conjunto com o Ministério da Justiça e com a área da igualdade e da cidadania, evolua para que possamos ter outra resposta, pelo menos mais uma no norte do país.

Na área LGBTI abrimos também espaços de atendimento a vítimas em Matosinhos e em Lisboa. Na capital há um específico para jovens LGBTI, porque há muita violência entre esta comunidade. O espaço em Matosinhos chama-se *Espaço GIS*, em homenagem à Gisberta, cuja morte violenta nos obrigou ao confronto com a realidade e à mudança da legislação, porque a lei é importante. E, nesta matéria, a legislação mesmo em relação à Convenção de Istambul, precisa de ser melhorada. E não há outra maneira de transformar do que ter a humildade de reconhecer o que não está bem e não funciona. Porque se não o fizermos nunca conseguiremos mudar.

O caminho é difícil e árduo. E, eu tenho a certeza que, hoje, a vossa reflexão nos ajudará também, quer com o Parlamento, quer com o Governo, a encontrar caminhos para a mudança para uma sociedade dos Direitos Humanos, da justiça, da liberdade, onde os valores de abril se cumpram. Acho que é por isso que nós, em conjunto — academia, ONG, deputados e deputadas da Assembleia da República, Estado, Governo, Administração Central, Administração Local, parceiros sociais — temos de trabalhar todos os dias, de forma muito empenhada e bem direcionada, para atingirmos, em conjunto, o nosso objetivo.

Media e violência sexual - da investigação à comunicação: Introdução

Isabel Ventura

I. Este *ebook* resulta do esforço conjunto da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) e do Centro de Estudos Sociais de Coimbra (CES), para organizar um seminário internacional sob o tema *media e violência sexual: da investigação à comunicação*, que teve lugar em Lisboa, em junho de 2017. O objetivo deste encontro era diligenciar um lugar de debate, diálogo e de intercâmbio de saberes, entre a investigação académica e jornalística e os ativismos, acerca desta área crítica da violência de género como é a violência sexual.

Coincidentemente, pouco antes da altura da realização do evento, um acontecimento despertara a opinião pública portuguesa para a relação entre a violência sexual e a forma de os *media*, em particular, a imprensa, a contar e relatar. A 17 de maio de 2017, o jornal *Correio da Manhã* divulgara um vídeo, que permitia o reconhecimento dos rostos de diversos/as intervenientes, anunciando tratar-se de um abuso sexual. O que se seguiu foi um conjunto de reações, com diversos/as articulistas a ditar a sua opinião relativamente ao tratamento noticioso, ⁴ diversas queixas apresentadas junto das autoridades judiciais ⁵ e da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) ⁶ e uma condenação do *Correio da Manhã*, por

⁴ A título de exemplo, veja-se o editorial de Diogo Queiroz Andrade: "Aquilo não é jornalismo", *Público*, 18.05.2018 [em linha] https://www.publico.pt/2017/05/20/sociedade/opiniao/o-video-do-correio-da-manha-1772785 [consultado a 16.06.2018]

⁵ A Comissão para a Igualdade de Género (CIG) informou publicamente ter apresentado queixa contra desconhecidos. Ver "Comunicado sobre o caso de uma rapariga que terá sido alvo de abusos sexuais dentro de um autocarro na cidade do Porto", 17.05.2017 [em linha] https://www.cig.gov.pt/2017/05/comunicado-sobre-o-caso-de-uma-rapariga-que-tera-sido-alvo-de-abusos-sexuais-dentro-de-um-autocarro-na-cidade-do-porto/ [consultado a 16.06.2018]

^{6 &}quot;ERC recebeu mais de 500 queixas sobre divulgação de vídeo de alegado abuso sexual", DN Noticias, 18.05.2017. [em linha] http://www.dnoticias.pt/pais/erc-recebeu-mais-de-500-queixas-sobre-divulgacao-de-video-de-alegado-abuso-sexual-no-porto-CY1405040 [consultado a 16.06.2018]

parte, do Conselho Deontológico dos Jornalistas.⁷ A discussão plasmada nos media noticiosos dá conta de um centramento em torno da crítica e reflexão sobre o tratamento editorial dos factos em causa, contornando a problematização acerca da cultura da violação (Herman 1984; Hall *et al.* 1984, 1986; Gavey 1999, 2005; Henry e Powell 2014) e do papel e contributo dos media, particularmente da imprensa, para essa mesma cultura.

Num espaço de um ano, e a partir dos EUA, a denúncia da cultura de assédio e agressão vivida na empresa do produtor Harvey Weinstein viaja até Portugal, e tem papel de destaque na imprensa portuguesa (assinale-se ainda a cobertura às denúncias contra Kevin Spacey e o julgamento de Bill Cosby, para além dos movimentos #metoo e #timesup, que se lhes seguiram). A ligação dos e das intervenientes às artes cinematográficas e o seu estatuto de celebridades conferialhes um valor-notícia muito elevado.

II. As estatísticas de violência sexual em Portugal (RASI 2015, 2016, 2017; APAV 2015, 2016, 2017), na Europa (Bates e Hall 2013; FRA 2014) e no mundo (APA 2007; OMS 2013; White House 2014; ONU 2015; Cantor *et al.* 2017), revelam cenários preocupantes, quer pela prevalência, quer pela amplitude, quer pela indiferença com que o tema [não] tem sido tratado, em Portugal, pelas elites intelectuais e políticas (Ventura 2014, 2018). Contrariamente à persistente crença de que a agressão sexual é um fenómeno raro, fruto de uma mente perturbada e com défice de capital erótico, a informação disponível demonstra que é um crime que afeta muitas mulheres, raparigas e meninas e alguns homens, rapazes e meninos, em contextos de guerra e conflito armado e fora deles. Podemos questionar-nos, tal como Liz Kelly (2000), se as múltiplas formas de violência

^{7 &}quot;Conselho Deontológico dos Jornalistas condena vídeo de alegado abuso sexual no Porto", Público, 17.05.2017 [em linha] https://www.publico.pt/2017/05/17/sociedade/noticia/conselho-deontologico-dos-jornalistas-condena-video-de-alegado-abuso-sexual-no-porto-1772544 [consultado a 16.06.2018]

contra as mulheres, que representam violações dos seus Direitos Humanos, não serão, na verdade, uma guerra contra as mulheres.

Na era em que as redes sociais e os novos meios de comunicação digitais representam, em simultâneo, espaços de opressão⁸ (McGlynn & Rackley 2017) e lugares de novas expressões, denúncias e reivindicações⁹, a forma como se interligam e o papel desempenham na reprodução do continuum da violência contra as mulheres (Kelly 1996, *idem*), não podem deixar de nos interpelar.

Foi com estas preocupações em mente que organizámos esta publicação, cujo desiderato é contribuir para o conhecimento sobre esta temática a partir das diversas abordagens que norteiam cada artigo. Os debates que emergem a partir do cruzamento de olhares enriquecem a problematização e permitem aumentar o saber sobre os desafios que se impõem a cada área.

III. O ebook

Talvez ouvir e comunicar seja o repto que se impõe aos/às profissionais da imprensa que relatam histórias de violência, respeitando os direitos e garantias da(s) pessoa(s) acusada(s) sem esquecer os direitos e garantias da(s) pessoa(s) vitimada(s).

Para escutar vítimas e sobreviventes de crimes com grande potencialidade traumática, é fundamental aprender com quem tem a experiência de ouvir e apoiar

_

⁸ Uma em cada 10 mulheres já foi vítima de ciberviolência, desde os 15 anos (EIGE 2014). As Nações Unidas estimam que, na Europa 9 milhões de raparigas tenham sido vítimas de alguma forma de ciberviolência (UN 2015) enquanto a empresa McAFee Security apurou que 1 em cada 10 ex-parceiros/maridos/namorados tinha ameaçado a exparceira/esposa/namorada que iria publicar fotos sexualmente explícitas dela(s) e 60% dessas ameaças foram concretizadas, juntando-se aos números da pornografia de vingança (McAFee Security 2013).

⁹Recorde-se que a importância de redes como o twitter facebook ou instagram, usadas por algumas das vítimas e sobreviventes para relatar episódios traumáticos, das quais, a atriz Uma Thurman é um dos casos mais mediáticos. Ver "Uma Thurman issues ominous #metoo warning to Harvey Weinstein". 23.11.2017, Huffpost [em linhal. https://www.huffingtonpost.com/entry/uma-thurman-me-too-harvey-weinstein_us_5a178e3ae4b0cee6c04edf05 [consultado a 05.05.2018]. Notórias ficaram as hashtags #metoo, #BalanceTonPorc, #chegadefufu, #omeuprimeiroassedio, #timesup, #churchtoo ou ainda a shitty media men, um documento editável em google docs. criado para produzir uma lista com os nomes de homens do setor dos media que tivessem agredido sexualmente alguém. Ver "The Shitty Media Men list and other ways women can report misconduct", 13.01.2018, The Guardian [em linha] https://www.theguardian.com/world/2018/jan/13/sexual-harassment-shitty-media-men-list-examples [consultado a 02.05.2018]

vítimas de violência sexual. É essa experiência que Gwendolyn Sterk, do Welsh Women's Aid e Margarida Medina Martins, da Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV) partilham connosco. A partir de uma perspetiva feminista, a primeira evoca os imensos desafios que se colocam às ONG em matéria de diálogo com a comunicação social; adicionalmente, revela os efeitos nefastos que a publicitação desadequada de um crime sexual pode ter nas vidas das vítimas, sobreviventes e das suas famílias (Fávero *et al.* 2014). Partilha ainda pistas para boas práticas para jornalistas e outros/as profissionais cujo trabalho inclui ouvir e relatar experiências de vitimação sexual.

Margarida Medina Martins alerta para as dificuldades e desafios em assegurar o árduo equilíbrio entre a liberdade de expressão, o direito de o público ser informado, o risco de censura por parte dos governos e, não menos importante, os direitos das vítimas e sobreviventes. Martins alude aos referenciais internacionais nesta matéria — alguns dos quais, subscritos e ratificados pelo Estado português — e questiona a relutância social e política no reconhecimento desta forma de violência como pervasiva e com consequências graves para as vítimas. Adicionalmente, a autora nota como, em Portugal, carecem os procedimentos de responsabilização relativamente aos discursos e práticas nocivos para as vítimas e sobreviventes.

Como é que se deve ouvir uma vítima/sobrevivente de violência sexual? Quando a devemos ouvir? O que lhe podemos perguntar? E de que forma podemos contar o que nos foi confiado, sem pôr em prejuízo os direitos e garantias da pessoa acusada? A jornalista Catarina Marques Rodrigues fornece um guião fundamental, cujas linhas orientadoras são *confiança, sensibilidade, bom senso* e responsabilidade. A autora recorda que um dos poderes do jornalismo é ampliar a voz de quem, dificilmente ou raramente, é ouvido/a.

Na mesma linha, a investigadora Lidia Marôpo apresenta oito desafios para a preparação, execução e publicação de narrativas jornalísticas sobre violência

sexual contra crianças, dirigidos quer a profissionais da comunicação social, quer a fontes de informação. Marôpo sublinha que os direitos infantis devem estar no centro de todas as fases e nortear todos os procedimentos de quem tem esta tarefa.

Sofia Branco, jornalista e presidente do Sindicato dos Jornalistas, alerta, porém que, se guiões de boas práticas ou desafios, como os propostos, podem chegar ao conhecimento da classe de profissionais da comunicação social por via da formação, há ainda os chamados *gatekeepers* (editores/as; diretores/as; subdiretores/as, outros/as) que têm a palavra final sobre o que se publica e como se publica e a quem a formação raramente chega. Adicionalmente, recorda que o défice de vozes femininas no espaço público, nomeadamente enquanto especialistas, se relaciona também a relutância daquelas em aceder ser fonte de informação nas condições exigidas pela agenda e práticas jornalísticas, nas quais, a disponibilidade imediata é fundamental. Para contornar a tendência da concentração masculina nas fontes de informação e no espaço público de debate e opinião, ¹⁰ a autora sugere a construção de uma base de dados de especialistas.

A literatura tem observado como, frequentemente, os discursos sociais, jurídicos e mediáticos relatam crimes de violência sexual aludindo a sexo, esbatendo a fronteira entre relações sexuais forçadas e abusivas e relações sexuais consentidas (Marôpo 2013; Ventura 2014, 2018). O mesmo notou Cristina Leite, na pesquisa que realizou às notícias da agência LUSA. Leite pretendia mapear os discursos relativos à sexualidade e deparou-se com resultados que aludiam a sexo e expressão sexual quando reportavam a situações de abuso sexual.

-

 ¹⁰ O projeto "Mulher não entra" é um "repositório da não presença feminina no espaço público mediático e académico" e a recolha de exemplos publicados nas suas páginas ilustram bem a assimetria da presença/ausência no espaço público português. Ver http://mulhernaoentra.tumblr.com/ e "Mulher não entra: até onde vai a desigualdade de género?", 09.01.2017. Público. [em linha] http://p3.publico.pt/node/22572 [consultado a 25.04.2018].
 11 "Mulher que incentivou namorado a ter relações sexuais com a filha condenada", 01.06.2015, Diário de Notícias ou

^{11 &}quot;Mulher que incentivou namorado a ter relações sexuais com a filha condenada", 01.06.2015, *Diário de Noticias* ou "Relação sexual entre homem de 29 anos e menina de 11 reabre polémica em França", 14.02.2018, *Observador.* De notar que até aos 14 anos, a existir, o consentimento da criança, é juridicamente irrelevante, não tornando lícita a relação sexual.

A importância dos discursos mediáticos na reprodução de estereotipias e significados partilhados, contribuindo para a censura ou para a normalização e reforço de determinados comportamentos, nomeadamente, na dimensão sexual, tem sido revelada pela literatura científica (Friedan 1973; Meyers 1997; Fávero 2013; Magalhães 2011). A investigadora Maria João Faustino revela que, de acordo com a sua pesquisa sobre as representações do sexo anal, a partir dos discursos de duas revistas dirigidas ao público feminino, aquela prática emerge como o último tabu do cardápio sexual a ser transposto, num discurso normalizador que secundariza (ou ignora) as dimensões da violência e de assimetria de género presentes nas interações sociais e sexuais.

Ainda no âmbito da pesquisa e análise aos discursos da imprensa, Isabel Ventura examinou as imagens de vítimas e agressores/as a partir de uma amostra de notícias publicadas entre 2007 e 2014, anotando narrativas culpabilizadoras das vítimas e sobreviventes.

Todavia, os media podem adotar formulações narrativas que desconstruam e previnam a culpabilização, a reprodução de mitos da violação, bem como a masculinidade tóxica, centrada na premiação da violência e na suposta sexualidade predatória masculina. Sofia José Santos traz-nos a reflexão sobre a importância de incluir a perspetiva da construção da(s) masculinidade(s) a partir de um jornalismo para a paz.

IV. No longo caminho que a sociedade portuguesa tem de percorrer rumo ao reconhecimento e procura de soluções para a problemática da violência sexual, o papel do Estado, enquanto entidade reguladora e legisladora afigura-se fundamental. Nesse sentido, almejou-se ter a perspetiva dos organismos públicos responsáveis pela promoção da igualdade de género. Catarina Marcelino, exsecretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, descreve as prioridades do

Estado português nesta matéria, salientando a importância da formação dos diferentes setores da sociedade e o benefício do envolvimento direto das organizações e de públicos específicos na construção de campanhas que lhes sejam dirigidas.

Já a presidente da Comissão para a Igualdade de Género, Teresa Fragoso, alude à relevância do apoio a iniciativas para mapear as representações e sinalizar os discursos estereotipados em relação às mulheres e destaca a importância da inclusão do tema da igualdade entre homens e mulheres nos *curricula* das universidades que formam jornalistas.

A responsabilidade dos media, especialmente, da imprensa, em informar surge ainda mais urgente perante os dados do Eurobarómetro 449 (2016). Com base em mil entrevistas pessoais, os resultados revelam algum desconhecimento em matéria de legalidade por parte dos e das respondentes em Portugal. De facto, 62% dos/as inquiridos/as desconhece que "obrigar o/a companheiro/a a ter relações sexuais" já é ilegal e 58% ignora que "tocar num/a colega de uma forma inapropriada ou indesejada" pode constituir um ilícito criminal. A normalização da violência sexual e a culpabilização das vítimas por parte dos/as respondentes também se afigura preocupante com 19% a responder que considera justificável "ter relações sexuais sem consentimento" quando o/a terceiro está "embriagada ou sob o efeito de drogas" e 12% afirma o mesmo para as situações em que a outra pessoa veste "roupa reveladora, provocadora ou sexy".

Referências

APA – American Psychological Association. 2007. *Task force on the sexualization of girls*. Washington: APA.

APAV.2016. Estatísticas Crimes Sexuais [2013-2015]. Lisboa: APAV.

Bates, Anna e Hall, Sharon H. [ed.]. 2013. EWL Barometer on rape in the EU 2013. [em linha] https://www.womenlobby.org/IMG/pdf/ewl barometre final 110920 13.pdf [consultado a 01.05. 2018].

- Buchwald, Emilie, Fletcher, Pamela e Roth, Martha [ed.]. 1993. *Transforming a rape culture*. Minneapolis: Milk Weed Editions.
- Cantor, David e Fisher, Bonnie e Chibnall, Susan e Townsend, Reanne. 2017. Report on the AAU Campus Climate on Sexual Assault and sexual misconduct. 20.10.2017, [em linha] https://www.aau.edu/sites/default/files/AAU-Files/Key-Issues/Campus-Safety/AAU-Campus-Climate-Survey-FINAL-10-20-17.pdf [consultado a 15.02.2018].
- Collins, Lauren. 2018. Why did Catherine Deneuve and other prominent French women denounce #metoo?. *The New Yorker*, 10.01.2018. [em linha] https://www.newyorker.com/news/daily-comment/why-did-catherine-deneuve-and-other-prominent-frenchwomen-denounce-metoo, [consultado a 13.06.2018].
- European Union Special Eurobarometer 449. *Gender-based violence* November 2016. European Union.
- Fávero, Marisalva e Del Campo, A. e Oliveira, Sónia; Fernandes, Joana. 2014. "Quando se guarda um segredo que não é nosso: a vitimização indireta da violência sexual de crianças e adolescentes". In *A violação dos direitos de crianças e adolescentes*. 289-309. S.Paulo: Summus.
- FRA European Union Agency for Fundamental Rights. 2014. *Violence against women: an EU-wide survey. Results at a glance.* Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Friedan, Betty. 1971. Mística feminina. Petrópolis: Editora Vozes Limitada.
- Gavey, Nicola. 1999. "I wasn't Raped But...,' Revisiting definitional problems in sexual Victimization". In Lamb, Sharon [ed]. 1999. New versions of victims: feminist struggle with the concept. 57-82. Nova Iorque: New University Press.
- Gavey, Nicola. 2005. *Just sex? The cultural scaffolding of rape*. New York: Routledge. Hall, Eleanor R., Flannery, Patricia J. 1984. "Prevalence and Correlates of Sexual Assault Experiences in Adolescents". *Victimology* 9: 398–406.
- Hall, Eleanor R., Howard, Judith A., Boezio, Sherrie L. 1986. "Tolerance of Rape: A Sexist or Antisocial Attitude?". *Psychology of Women Quarterly* 10: 101–118.
- Hawke, Angela e Raphael, Alison. 2016. Global study on sexual exploitation of children in travel and tourism. Banguecoque: ECPTA.
- Henry, Nicola e Powell, Anastasia [ed]. 2014. Preventing sexual violence: interdisciplinary approaches to overcoming a rape culture. New York: Palgrave Macmillan.
- Herman, Dianne. 1984. "Rape culture". *In* Freeman, Jo. *Women: a feminist perspective*, 45-53. Mountain View. CA: Mayfield.
- Kelly, Liz. 1996. "'It's everywhere': sexual violence as a continuum". In Jackson, Stevi; Scott, Sue. *Feminism and sexuality: a reader.* 191–206. New York: Columbia University Press.
- Kelly, Liz. 2000. "The global context: wars against women: sexual violence, sexual politics and the militarised state". In Jacobs, Susie; Jacobson, Ruth;

- Marchbank, Jennifer. *States of conflict: gender, violence, and resistance*. 45–65. London New York: Zed Books.
- Magalhães, Sara. 2011. Como ser uma Ragazza: discursos de sexualidade numa revista para raparigas adolescentes. Tese de doutoramento em Psicologia, Universidade do Minho.
- Marôpo, Lidia. 2013. Jornalismo e Direitos da Criança Conflitos e Oportunidades em Portugal e no Brasil. Coimbra: Minerva Coimbra.
- McGlynn, Clare, Rackley, Erika e Ruth Houghton. 2017. Beyond 'revenge porn': the continuum of image-based sexual abuse. *Feminist Legal Studies*, vol. 25 (1): 25-46.
- Meyers, Marian. 1997. News coverage of violence against women: engendering blame. SAGE Publications
- Ministério da Administração Interna: Gabinete do Secretário-Geral. 2017. RASI

 Relatório da Administração e Segurança Interna.
- Ministério da Administração Interna: Gabinete do Secretário-Geral. 2016. RASI

 Relatório da Administração e Segurança Interna.
- Ministério da Administração Interna: Gabinete do Secretário-Geral. 2015. RASI

 Relatório da Administração e Segurança Interna.
- Nações Unidas. 2015. "Violence against women", chapter 6. In *The World's Women* 2015. [em linha] https://unstats.un.org/unsd/gender/chapter6/chapter6.html [consultado a 02.02.2018].
- The White House Council on Women and Girls. 2014. Rape and sexual assault: a renewed call to action. Washington: The White House.
- Ventura, Isabel. 2014. "Entre Monstros e Anjos Caídos: a violência sexual nos jornais portugueses". In MONTEIRO, Leonor. Manual de Boas Práticas para as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (e todas as entidades que trabalham em prol dos direitos das crianças), 158-182. Porto: Associação Projecto Criar.
- Ventura, Isabel. 2018. *Medusa no Palácio da Justiça ou Uma História da Violação Sexual*. Lisboa: Tinta da China.
- World Health Organization (WHO). 2013. Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. Geneve: WHO.

Conferência

1. Responding to sexual violence in the media: making the reality of sexual violence 'speakable'

Gwendolyn Sterk

The reporting and representation of sexual violence in the media has a long history, as does the feminist critique of the media's response to sexual violence (Higgins and Silver 1991; Benedict 1992). The media is a huge and diverse arena with many branches from news reporting to documentary, from representational drama to social media. All of which have played significant roles in the reporting of sexual violence. It is also an ever-changing medium, which is intertwined with the changes in society, culture, technology and politics in which it intersects. This interweaving of media, state and society means that the reporting of sexual violence is both impacted by and has an impact on the wider view and action of society and the state in responding and addressing sexual violence.

For these reasons sexual violence and the media is a huge topic that cannot be fully covered here so I aim to highlight a few media representations of sexual violence in the UK which will allow me to outline some of the positive and negative impacts that the media have had in those cases and the implications they may have on the understanding and addressing of sexual violence in society and by the state. I will critique some of the reporting to demonstrate the gaps reporting the reality of sexual violence and show some examples of what 'good' media representation of sexual violence can achieve.

It remains critical to examine the reporting of all violence against women. Prevalence of violence against women in Europe, as well as across the globe, remains huge: 62 million women in EU have experienced physical and/or sexual violence since age 15 (FRA 2014).

This is an epidemic of violence and abuse being targeted at women and girls in our society. If we are to be effective in addressing this epidemic we need everyone to respond and work towards ending it. The media, as an extremely loud (and, somewhat, diverse) voice, has a critical role in making this epidemic known but also in calling for action to end this clear injustice that persists within our communities.

Where I am coming from:

Within my professional roles within the violence against women and girls sector in the UK I have engaged with the media and continue to actively do so a regular basis. I work with the media to raise awareness of the prevalence of violence against women and girls (including all forms sexual violence: rape, sexual assault, sexual abuse, sexual harassment and sexual exploitation), to ensure the public know about support services they can access if need be, to inform reporting on specific cases from an expert perspective and to influence state action (this includes calls for increased funding for support services, improved state actor responses to sexual violence cases and gains in legislative change to prevent sexual violence and protect and support survivors of sexual violence).

My work means I am informed by support work with survivors of sexual violence as well as direct conversations with survivors and through my involvement in collective feminist campaigning for an end to violence against women through legislative and societal attitudinal change.

My approach is from a feminist understanding of the continuum of violence against women and girls (Kelly 1988). I see all violence against women and girls as interlinked; the violence women and girls experience, and the persistent fear

we live with of violence and abuse, is a violation of our human rights and a means of control over women's lives, bodies and sexuality.

Violence against women is both a cause and consequence of gender inequality. 12 It can be linked to women's economic independence, participation in public life and sexist stereotypes within the media. It is from this approach and informed background that I engage with the media as well as review how the media reports and represents sexual violence.

Lots of Talk:

Where rape and sexual assault were once obscure in print, we now see a ubiquity of stories and coverage. In the UK there has been a significant increase in coverage of sexual violence, particularly around recent high-profile cases. Almost everyday, as I scroll through news websites or looking through programmes on TV, there is coverage or representation of sexual violence. Whereas once it may have been considered taboo to talk about (Serisier 2017), sexual violence is now regularly covered by news outlets, through documentaries and portrayed in dramas.

But there are questions to ask about what is being covered, how it is being covered and what are the impacts of the coverage. While the regular media coverage is raising awareness of sexual violence, there are concerns as to the manner in which it is portraying it. Misunderstandings and myths about sexual violence can be reproduced through media coverage that mean the causes and consequences of sexual violence remain unexamined to the detriment of survivors, women and society as a whole. "Fascination with sexual violence often masks deep-seated silences about the most common conditions under which sex crimes occur and the effects on their victims" (Serisier 2017).

¹²This perspective is supported by evidence from the United Nations, World Health Organisation, European Conventions

and UK strategies.

Media coverage of sexual violence can focus on individual cases without contextualising them within the wider societal problem. Much of the recent coverage has also focused on celebrity status of perpetrators (for instance the cases of Jimmy Savile, Max Clifford and Stuart Hall).

This is obviously not all media reports and there have been many opinion/think pieces and blogs (in likes of Guardian and Huffington post¹³) that discuss issues of victim blaming and give a voice to support services and survivors. These discussions and coverage are welcome and we are seeing an increase in awareness and open conversation of the problem of sexual violence. However, across many media outlets, particularly but not just tabloids, there are persistent issues with tone, content and focus of media coverage of sexual violence.

So even though we have swathes of column inches dedicated to reporting sexual violence, they represent a minority of offences and can perpetuate dangerous myths about sexual violence that focus attention on survivor behaviour and the character of the perpetrator (either his previous good nature or he is a bad monster – separated from society). Rather than embed it within the context of continued gender inequality and women's lived experiences.

For instance, according to the UK Government Overview of Sexual Offending in England and Wales, the majority (56%) of serious sexual assault offences were perpetrated by a current or ex-partner (Ministry of Justice, Home Office and the Office for National Statistics 2013) — more than four times the number committed by strangers. Most of these go unreported to the police, and even when reported they get little or no media coverage; they are not seen as sensational. They are too normal, they are part of our everyday existence and as a

-

¹³ For example: Miller, R., Dramas like Broadshurch have helped rape survivors speak out. But services need funds, The Guardian, Feb 2017·

https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/feb/27/rape-crisis-funding-sexual-violence-rise and Driscoll, B., Woman's Story of Sexual Harassment and Victim-Blaming Shows Bleak Reality of Being Female, Huffington Post, May 2017: http://www.huffingtonpost.co.uk/entry/womans-story-of-sexual-harassment-and-victim-blaming-in-broad-daylight-shows-reality-of-being-female_uk_590c34d6e4b0d5d9049b3bda (both documents access in 15.01.2018)

society we do not deem them to have the significance of a public interest story; so all too often they are not covered.

Similarly, the stranger rapes that are covered perpetuate the idea that women should be fearful of the strangers in the bushes, preserving the idea we should not walk home at night. The focus of these media reports curtails our freedom to have full access to public sphere while denying our reality of experiences within the private sphere.

Hearing it:

The case of Jimmy Savile (a high-profile media personality on radio and TV for decades in the UK, that worked with charities that enabled him access to many children and women who he raped and sexually abused). The BBC decided to drop a *Newsnight* documentary in December 2011 in light of a planned tribute programme on Jimmy Savile that was scheduled for Christmas. In a now infamous quote that came out in following investigations the BBC's *Newsnight* story was dismissed on the grounds that the only evidence they had to back the story up was "just the women" (Pollard Review 2012; House of Commons Culture, Media and Sport Committee 2013). The Crown Prosecution Service had also dropped some of the cases previously (Pollard Review 2012). In other words, there were a number of survivors that were willing to speak up about their experiences however their voices were valued less than that of the celebrity status of a man (which it is now known was recognized as a prolific abuser by many).

The story was eventually exposed by other media outlets and, in October 2012, ITV broadcast the documentary *Exposure: the other side of Jimmy Savile*. It led to hundreds of survivors coming forward and there has been an exposure of the huge extent of sexual abuse that male celebrities and others have committed for years (HMIC 2013). We have seen a number of high profile cases, such as that of Rolf Harris, Max Clifford and Stuart Hall, covered across media outlets.

The exposure of these stories increased pressure from survivor support groups and feminist campaigners on state and institutional actors, leading to various investigations and inquiries by the state including Operation Yewtree (HMIC 2013) by police that has seen numerous high-profile figures being investigated with a number of successful and unsuccessful prosecutions.

The influx of survivor voices from a number high profile cases, has also led to the Independent Inquiry in to Child Sexual Abuse¹⁴ to investigate whether state bodies and other non-state institutions in England and Wales have taken seriously their responsibility to protect children from sexual abuse, and make recommendations for change in the future.

A positive outcome of the eventual exposure of these cases by the media has led to a cultural shift in recognizing the extent of the issue and exposed the complacency of the state and other large institutions pushing for them to take action. However, the coverage has been scandal driven. The voice of survivors and expert services have been somewhat lost amongst the drive to have 'Gotcha' journalism of high profile individuals. This has led to a reframing and backlash against cases.

Playing into myths of sexual violence, we have seen Jimmy Savile and Rolf Harris reframed as monsters (Webb, S., *The Sun* 2017) and their abuse as the act of uncontrollable sexual desire for their victims. This reframing of the perpetrators as 'bad apples' and uncontrollable constructs a view that their abuse was unpreventable. It removes responsibility for their actions not only from them (they were bad men that could not help but do bad things) but also of the institutions that did not take protective or preventative action. Even further it fails to recognize the societal and cultural influences on their actions and those that facilitated and allowed it to continue. The majority of media coverage has

_

¹⁴ www.iicsa.org.uk

failed to focus on the need to recognize the inequalities in society (namely gender inequality) that gave entitlement to these men and allowed them to continue their abuse for many decades.

Further to the reframing of those convicted of crimes there has also been a backlash to the exposure of celebrity abuse. There have been other cases against male celebrities for sexual harassment that have been dismissed both in the media and in court. For instance, DJ Dave Lee Travis defending himself against allegations of sexual offences after being released on bail said:

I think that sometimes, you know, us guys who are a bit older, who are, shall we say, tactile - which is not a terrible thing to be. In the old days, you put your arm around somebody and gave them a little kiss or a cuddle. (quoted in Marsden, S., and Funress, H., *The Telegraph* 2012)

The dismissal of how these actions are part of the culture that enables the continuum of violence and abuse women experience allows for its persistence. The dismissing of groping and unwanted touching as playful rather than recognising them as sexual harassment and assault and relating to all forms of sexual violence denies women's daily experience of sexual violence and how it interrelates with their other experiences of sexual violence and other forms of abuse throughout their lives.

The voice of the women who have experienced the abuse are less heard within the above celebrity cases. This fails to recognise the impact of the experiences sexual violence. Similarly, it fails to recognise the seriousness of all sexual violence and importance of naming it as such.

Naming it:

If we are ever going to address an issue we need to name it for what it is. Rape is frequently depicted as sex and not violence.

For instance, a *Mail Online* coverage of six footballers jailed after gang raping 12-year-old girls in 2011 used language such as "midnight park orgy" and labelled the girls "lolitas" (*Mail Online*, 2011). After a complaint was made about the language used in the report, it has been reported that the *Mail Online* excused language used as referencing the court report (Topping, A., *The Guardian* 2011) (showing the cross over between state and media language) and that they received no complaints (society accepted it as true). All six defendants were later released after an appeal court ruled that the girls 'wanted to have sex.'.

Media stories can be seen describing rape allegations in terms of sex scandals. They sensationalize and sexualize the words, labelling cases sleazy rather recognizing the violence and coercion; they use the term "had sex with" rather than 'raped' and sexualize the action of assault for instance calling the removal of clothing 'stripped' liking it to seductive activity (Benedict 1992; Serisier 2017). While a case is ongoing it can be an issue to say rape as that has yet to be substantiated however, that does not mean it should be framed as consensual sex either (this has neither been substantiated). This type of reporting allows for sexual violence to be eroticized and associated with normal sexual activity.

Rape or sexual assault should not in any way to be associated with normal sexual activity, by portraying it as such allows removes the power construct that fuels sexual violence.

This sexualization of sexual violence and those who experience it plays into the victim blaming myth that it is somehow the woman or girls' sexual attraction that the male perpetrator cannot resist. It is his uncontrollable sexual desire that drives him and her desirability that invites it. Often in court cases such as the one just mentioned young women are seen as provocative or looking older, this is used as a defence in cases and can be legitimized by media.

Not mythologizing it:

Rape myths persist across society; these perpetuate notions of who is a true victim, how they should behave and who perpetrates sexual violence.

Perfect victims: sober, probably white, middle class, preferably with little or no sexual history. A concentration on what she was wearing, whether she had been drinking or taking drugs, if she is promiscuous, if she is involved in prostitution – all lead to her claims of rape or sexual abuse being less 'believable'.

Perfect perpetrators: stranger, oddball, outsider in society or culturally different, from minority ethnic group – someone who can be 'otherised', it is their problem or a problem for a particular culture, rather than entrenched within our own culture and society.

The state response and latter coverage of the sexual exploitation of teenage girls and young women in Rochdale highlighted some of these myths being perpetuated by both state and media. The case exposed the scale of exploitation of teenage girls and young women in which, often vulnerable girls in care, were groomed by men pertaining to be their boyfriends, provided them with alcohol and coerced them into situations where they were raped, or gang raped by many men. They also 'gifted' them phones so they could control them constantly.

The girls involved were not recognized by the state as victims – they saw them as the problem as they drank and took drugs – social workers and police saw them as children that ran away from home and got into trouble labelling them prostitutes (Rochdale Borough Safeguarding Children Board 2013), rather than recognizing the abuse they were experiencing even when they reported the rapes.

When the case eventually did come to light, the media coverage often focused on the ethnicity of the men rather than the failings of the state to hear the girls. There have been cases of white groups of men exploiting girls however these have not had the same level of media attention. The focus was on ethnicity rather than the most common factor across cases in which it was men perpetrating the violence against girls.

A positive response from the media recently was the BBC drama *Three Girls*, which worked with both the few professionals that exposed the issue and the survivors to develop a drama from the perspective of the survivors, focused on the fails of the state, highlighting issues such as the idea of a perfect victim. The programme focused on the need to hear the girls' voices rather than looking at ethnicity of the perpetrators (which was not hidden but did not need to be front and centre).

These stories need to be situated within the wider context of the continuum violence against women. This brings me onto the interaction of sexual violence media stories with social media and how the reporting of sexual violence cases can permeate through all of a woman's life and have long-term impacts.

Controlling the story:

Here, I will briefly look at what happens to a sexual violence story when it goes on social media (and today everything inevitably goes on social media). I will use a cautionary tale from the footballer Ched Evans' case.

Ched Evans' case in UK has been notorious; the footballer was accused of raping a 19-woman relying of evidence that she may have been considered too drunk to consent in a hotel after a night out. He was jailed for 5 years but subsequently let out and on appeal and managed to obtain a retrial in which he was found not guilty after using the survivor's sexual history to discredit her claim.

The story has reoccurred in the media many times over the years from coverage of the initial arrest and trial to his release, retrial and now him restarting his career. The focus has been predominantly on his actions and the impact on his football career rather than the impact of the survivor and the impact of him using Section 41 of the Youth Justice and Criminal.

Evidence Act 1999¹⁵ in the law to bring up her sexual history, which may impact further rape cases.

Whenever I see his name in the media, I get immediately concerned about the survivor in the case because of the impact a story on Ched Evans has on the reactions of social media regardless of if the coverage itself is positive or negative.

Under Sexual Offences (Amendment) Act 1992¹⁶, in the UK, those who report rape are entitled to lifelong anonymity. The publishing of their name is a criminal offence. This anonymity is to enable confidence in survivors coming forward that the criminal justice system will protect them. Rape is hugely under reported, reporting rape and the subsequent criminal justice proceedings, especially court appearances can be hugely traumatic for survivors who report feeling revictimized by the system. Breaches in anonymity have an immense impact on survivors' lives, impacting on their ability to recover from their experiences, through having to relive the experience and ensuring everyone around them knows about it – leaving the experience inescapable.

The name of survivor in Ched Evans' case has been shared over 6000 times on social media (BBC News, 2012; Sabin, L., *Independent* 2014;). In April 2017, ten men cautioned for naming survivor online (BBC News, 2017; Parraudin, F., *The Guardian* 2017). A similar case previously where nine people did the same in 2011, including friends and family of Ched Evans (BBC News, 2012).

There needs to be space for the voice of survivors, but this needs to be provided safely. Their experience of sexual violence will have been disempowering so we need to ensure in reporting it we don't reiterate this but instead empower and enable. We need to ensure in the reporting of sexual violence we avoid revictimization. This can be done through the use of trigger warnings and

¹⁵https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/667675/limiting-the-use-of-sexual_history-evidence-in-sex_cases.pdf

¹⁶ http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1992/34/contents

ensuring the pictures used are not traumatic or stereotypical. The majority of stock photos used for articles portray a young, pretty woman or girl rather than portraying that sexual violence happens to all women. I am aware of support services being accessed by women in their 80's but this is very rarely represented through the media.

Work with us:

The best media representation of sexual violence seems to be when those representing it work with support services and survivors. For instances another recent drama televised in the UK was the ITV crime drama *Broadchurch*, the third series of the drama had a storyline about a rape case following both the police response focusing on the detectives as well as the wider community response. It spent time looking at how sexual violence weaves through people's lives. Rape Crisis England and Wales¹⁷, as well as local services close to where they filmed the show, helped the creators of the show prepare for the effect the storyline would have on survivors.

The producers of the show made a conscious effort to portray the trauma of sexual assault with sensitivity and accuracy. This helped in dispelling the myths and stereotypes around sexual violence and highlighted support services and the responses of police. These actions allowed for increased understanding of sexual violence and support for survivors, for instance following episodes of the show I heard people talking about Independent Sexual Violence Advocates and rape crisis support that may not have previously had this knowledge. This means that survivors have a better chance of getting the support they may need through increased awareness of the general population.

_

¹⁷ www.rapecrisis.org.uk

Publicize support:

The visibility of sexual violence in the media has a significant effect and can be cited as a key reason why more survivors are speaking out. Talking about it allows survivors to recognize their experiences and come forward, this has led to a significant increase in people accessing support services, for instance one rape crisis centre I have contact with has seen a 284% increase in demand for support (SARSAS 2017). This is reflected nationally and has led to more than 4000 survivors on waiting lists for support (Miller, R., *The Guardian* 2017).

Funding for support services has not increased to recognize this rise in demand and in many places has dropped. Also, even though there is an increase in reporting, there has not been a significant increase in convictions. Crown Prosecution Service data shows 57.9% conviction rate for rape (CPS 2016). Similarly, there is a lack of investment and support in prevention programmes grounded in addressing the causes from a gender equality perspective and the continued pressure to look at sexual violence from a gender-neutral perspective.

The media's role

The media has a critical role in holding the state to account and highlighting state failings. For instance, in the UK, the government has recently introduced a two-child limit on the receipt of certain welfare benefits which includes a 'rape clause'. This is not a sexy or scandalous story but is having a real impact on women's lives and a demonstration of the State's attitude to violence against women that contradicts their rhetoric. This needs to be reported on.

The media can call for systemic change. For instance, we have had some coverage of the recent call to get the Istanbul Convention ratified in the UK. And, needless to say, social media played a critical role in gathering support and putting pressure on politicians to support the bill through parliament. However significant airtime and column inches were given to the one male politician that opposed it rather than the role the convention could do in addressing violence against women in

the UK. This allowed for the strengthening of his voice and probably gave him the confidence to filibuster the bill calling for ratification.

Conclusion:

In the UK, our problem is not so much that the public need to know that sexual violence happens, but that the representation and reporting of sexual violence needs to report the reality of sexual violence and its impact on those experiencing it and society as a whole. We need to go further in the development of the media's role in exposing the true prevalence, the culture that allows sexual violence to persist and hold those accountable to take action. Thus, needs to happen in a way that is empowering to those that experience sexual violence.

Reporting of cases of sexual violence should be situated within the wider context of violence against women and girls rather than as isolated incidents. The impact and experience of those that have experienced sexual violence should be recognized, not in the sensational detailing of the attack, but the impact on their lives going forward. This said, a focus on the ability to recover and be an agent beyond their experience must be recognized.

This not only situates cases of sexual violence as a pervasive issue across society but also will allow for audiences including survivors of sexual violence to recognize their experience and promote the opportunity for those that would want it to access the support they may need. There is guidance out there for journalists in the International Federation of Journalists Guidelines for Reporting on Violence Against Women.

So, to conclude we must make the reality of sexual violence speakable. This means making sure the prevalence and reality of sexual violence is known. This must be done in a way that empowers the survivors' voice, ensures it is reflective of their experience and does not validate the views and thoughts of perpetrators.

Lastly, it should educate the public increase awareness of support services and call for actions to be taken by all to end violence against women and girls.

Bibliography:

- BBC News. 2017. *Ched Evans rape trial: 10 named woman on social media*. April 2017. http://www.bbc.co.uk/news/uk-wales-north-east-wales-39710633 [accessed May 2017].
- BBC News. 2012. Ched Evans: Nine admit naming rape victim on social media.

 November 2012. http://www.bbc.co.uk/news/uk-wales-north-east-wales-20207408 [accessed May 2017]
- Benedict, H. 1992. Virgin or vamp: How the press covers sex crimes. New York: Oxford University Press.
- Crown Prosecution Service. 2016. Violence against women and girls: Crime Report 2015-16, October 2016

 https://www.cps.gov.uk/sites/default/files/documents/publications/cps-vawg-report-2016.pdf [[accessed June 2017].
- Daily Mail. 2011. Six footballers jailed over gang rape of 12-year-old girls in midnight park orgy. May 2011. http://www.dailymail.co.uk/news/article-1367377/Sixfootballers-jailed-gang-rape-12-year-old-girls-midnight-park-orgy.html [accessed June 2017].
- Driscoll, B. 2017. Woman's Story of Sexual Harassment and Victim-Blaming Shows Bleak Reality of Being Female. *Huffington Post.* May 2017, http://www.huffingtonpost.co.uk/entry/womans-story-of-sexual-harassment-and-victim-blaming-in-broad-daylight-shows-reality-of-being-female_uk_590c34d6e4b0d5d9049b3bda. [accessed May 2017].
- FRA (European Union Agency for Fundamental Rights). 2014. *Violence against women: an EU-wide survey. Main results report*, 2014. http://fra.europa.eu/en/publication/2014/violence-against-women-euwide-survey-main-results-report. [accessed May 2017].
- Higgins, L., and Silver, B., eds. 1991. Rape and representation. Columbia University Press: New York.
- HMIC. 2013. "Mistakes were made." HMIC's review into allegations and intelligence material concerning Jimmy Savile between 1964 and 2012, March 2013. https://www.justiceinspectorates.gov.uk/hmicfrs/media/review-into-allegations-and-intelligence-material-concerning-jimmy-savile.pdf [accessed May 2017].
- House of Commons Culture, Media and Sport Committee. 2012. The BBC's response to the Jimmy Savile case Oral and written evidence 23 October 2012 George Entwistle, Director-General, and David Jordan, Director of Editorial Policy and Standards, BBC 27 November 2012 Lord Patten, Chairman, BBC Trust, and Tim Davie, Acting Director-General, BBC, February 2013.

- International Federation of Journalists, Guidance of Reporting Violence against Women and Girls. 2014. http://www.ifj.org/nc/news-single-view/category/news/article/ifj-guidelines-for-reporting-on-violence-against-women/ [accessed May 2017].
- Kelly, L. 1988. Surviving Sexual Violence. Polity Press: Cambridge, 1988.
- Marsden, S and Furness, H., 2012. Dave Lee Travis admits 'cuddles' but denies sexual assault. The Telegraph. November 2012 http://www.telegraph.co.uk/news/uknews/crime/9684359/Dave-Lee-Travis-admits-cuddles-but-denies-sexual-assault.html. [accessed May 2017].
- Miller, R., Dramas like Broadchurch have helped rape survivors speak out. But services need funds, The Guardian, Feb 2017, https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/feb/27/rape-crisis-funding-sexual-violence-rise. [accessed May 2017].
- Ministry of Justice, Home Office & the Office for National Statistics, An Overview of Sexual Offending in England and Wales: Statistics bulletin, January 2013.
- Parraudin, F., "Ched Evans: 10 men cautioned for revealing identity of accuser", *The Guardian*. April 2017. https://www.theguardian.com/uknews/2017/apr/26/ched-evans-10-men-cautioned-for-revealing-identity-of-accuser. [accessed May 2017].
- Reed Smith, *Pollard View Report*. December 2012. http://downloads.bbc.co.uk/bbctrust/assets/files/pdf/our_work/pollard_review/pollard_review.pdf. accessed May 2017.
- Rochdale Borough Safeguarding Children Board, The Overview Report of the Serious Case Review in respect of Young People 1,2,3,4,5 & 6, December 2012 http://www.rochdaleonline.co.uk/uploads/f1/news/document/201312 <a href="http://www.rochdaleonline.co.uk/uploads/f1
- SARSAS. 2017. https://www.sarsas.org.uk/new-sarsas-appeal-you-can-help/. [accessed May 2017].
- Sabin, L. 2014. "Ched Evans rape victim named by Twitter trolls". *The Independent* October 2014. http://www.independent.co.uk/news/uk/crime/chedevans-rape-victim-named-by-twitter-trolls-9807627.html [accessed May 2017].
- Serisier, Tanya. 2017. "Sex Crimes and the Media". Oxford Research Encyclopaedia of Criminology.

 http://criminology.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780190264079-e-118-bibliography-0001. [accessed June 2016].
- Topping, A. 2011. 'Leverson inquiry should address media sexism women's groups demand'. *The Guardian*. December 2011 https://www.theguardian.com/media/2011/dec/29/leveson-inquiry-should-address-media-sexism [accessed June 2017].

Webb, S. 2017. "The Monster Who Escaped Justice: Who was Jimmy Savile, what was the sexual abuse scandal, why was he knighted and when did he die?", *The Sun*, April, 2017. https://www.thesun.co.uk/news/2825360/jimmy-savile-sexual-hospital-abuse-scandal/ [accessed June 2017].

Violência sexual no jornalismo, no ativismo e na academia: diálogos possíveis?

2. O difícil equilíbrio entre noticiar e banalizar

Sofia Branco

Tenho primeiro de dizer que falo num contexto em que sou presidente do Sindicato dos Jornalistas. Sou muito crítica - assumidamente crítica - do trabalho que os jornalistas fazem todos os dias. Mas, como é óbvio, no sentido em que, de certa forma, os represento, também tenho de explicar os constrangimentos deste trabalho – seja sobre este assunto seja sobre todos os outros que os/as jornalistas acompanham.

E os constrangimentos são muito visíveis, sobretudo nas alturas em que o país atravessa catástrofes e dramas como os fogos florestais. Os constrangimentos têm a ver com a falta de tempo, com o imediatismo, com a escassez dos recursos. Há muitos jornalistas no desemprego, há cada vez mais jornalistas sem trabalhar e, quando trabalham, fazem-no em condições muito difíceis. Muitos dos jornalistas a acompanhar os grandes incêndios de 2017 estiveram a trabalhar 24 horas sem dormir, o que é inacreditável, porque como é óbvio já ninguém está no seu perfeito juízo a fazer absolutamente nada.

Os jornalistas são humanos e, como tal, é óbvio que muitas vezes reagem aos assuntos do ponto de vista da própria experiência. E eu acho que a questão da violência contra as mulheres é muito esta: há um grande desconhecimento sobre a verdadeira experiência, do que é experienciar a violência. Uma coisa é ler-se e ouvir-se dizer, outra é experienciar no seu próprio círculo o que, muitas vezes não acontece, o que, a meu ver, explica um certo distanciamento em relação ao tema.

Outro aspeto é que não há muitos jornalistas a olhar para estes problemas e a achar que estes temas devem ter um grande acompanhamento. Infelizmente, não se têm verificado grandes alterações neste domínio. Não acho que haja hoje um maior alerta para isto do que no passado. Há é uma situação diferente: hoje já ninguém pode dizer que isto não acontece, pois há milhares de estudos, milhares de dados que não é possível ignorar. Passámos depressa demais para uma sensação em que, como sabemos o que existe e o que se passa, está tudo resolvido. E este salto foi muito grande. E, sinceramente, não sei atribuir responsabilidade a isto... atribuo sobretudo a um comodismo e facilitismo que se relaciona com "nós, agora, sabemos que isto existe, há ene instituições a funcionar e, portanto, estas coisas vão acabar por se resolver por si próprias".

Temos a reação ao choque que é ver um vídeo como o da Queima do Porto. ¹⁸ Há uma onda de indignação e choque, mas que vai muito pouco à estrutura da coisa, não por não quererem, mas porque, de facto, não têm tempo, possibilidade e/ou autorização para ir. Não nos podemos esquecer que são trabalhadores assalariados. Há jornalistas independentes, mas, em Portugal, há muito poucos verdadeiros *freelancers*, no sentido de poderem viver confortavelmente como *freelancers* e decidir o que vão fazer. O que, frequentemente, chamamos de *freelancers*, não passam de trabalhadores precários que são pau para toda a obra e que andam a correr de um lado para o outro, quando os jornalistas das redações, que estão no quadro, não chegampara tudo. E, portanto, há muito pouca margem para refletir.

As redações mudaram substancialmente nos últimos 20 anos, sobretudo com a mudança tecnológica, houve uma grande alteração, que tem a ver também com as relações laborais. Começaram a dispensar-se pessoas que eram mais experientes

¹⁸ Em maio de 2017, foi divulgado um vídeo em que se via rapaz a masturbar uma rapariga, aparentemente semiconsciente, perante a ovação dos/a presentes, dentro de um autocarro. O Correio da Manhã divulgou o vídeo sem primeiro ter acautelado a ocultação da identidade das pessoas envolvidas.

e que tinham aprendido a fazer jornalismo e a debatê-lo nas redações. E, hoje em dia, as redações são sítios de grande silêncio, que é uma coisa que eu acho absolutamente assustadora, porque felizmente ainda entrei numa redação em que se discutia tudo muito alto. E entre jornalistas, antes de se fazer qualquer coisa, havia verdadeiras discussões quando se pensava naquilo que se ia fazer. Hoje é um trabalho muito mais individualizado, muito mais virado para dentro, muito menos questionado.

Eu sou altamente crítica das chefias dos jornalistas, acho que têm muito pouca qualidade. Há, entre os chamamos chefes, bons repórteres, mas que na verdade deviam estar a ser repórteres e não a chefiar equipas. Porque, para chefiar, é preciso saber fazê-lo. E já não há muitos diretores à antiga porque, entretanto, os diretores transformaram-se em braços das administrações e hoje olham muito menos para a linha editorial e muito mais para os custos. E isso deturpou, irremediavelmente, para todo sempre, a relação que um diretor tinha com a sua redação.

E outra coisa que quero salientar - porque acho que há uma ideia errada sobre esta questão – é que os jornalistas são apenas o espelho daquilo que a sociedade é. E, na minha opinião, são ainda mais conservadores do que aquilo que a sociedade é. Portanto, não acho nada que os jornalistas sejam uma classe progressista – lamento! –, salvo honrosas exceções. São muito mais resistentes à mudança; gostam de fazer as coisas sempre da mesma maneira; porque estão habituados, porque, como expliquei, o trabalho não é fácil e é, de facto, mais fácil se continuarmos todos a fazer as coisas exatamente da mesma maneira. E isto, do ponto de vista da visibilidade, tem muita importância.

Dou muita importância às pessoas que ouço e tento ouvi-las de uma forma paritária, o que dá uma trabalheira imensa. Mas não conheço nenhum jornalista

com este pensamento quando vai ouvir alguém. E é muito simples isso. É porque, garanto que, mesmo no meu telefone haverá, de certeza, muito mais homens, enquanto possíveis fontes, do que mulheres. É difícil fazer esse trabalho – ir buscar mulheres em vez de homens. Porque eles estão disponíveis, o tempo todo – é tão simples quanto isto! Porque eles estão no espaço mediático há muito mais tempo, porque eles pelam-se para falar; às vezes até são eles que ligam! Isto, para nós, jornalistas, facilita, porque não temos tempo, é tudo muito rápido. Eu trabalho numa agência de notícias e, embora o rigor esteja associado, a rapidez é uma das características da agência e, portanto, quando algo acontece... E, por vezes, sobretudo naquele tipo de trabalho que é "a reação a", a lista é quase 90% masculina – em reações à morte de alguém, por exemplo. Eu tento fazê-lo porque acho que é possível, mas é muito difícil.

Uma vez conheci uma jornalista dinamarquesa, na rede de jornalistas no Instituto Europeu para a Igualdade de Género, que trabalhava numa base de dados, pública e financiada pelo Estado, de mulheres como potenciais fontes, a KVINFO 19, que ainda existe. E era excelente, porque permitia pesquisar por tema (p.e "agricultura") e surgia uma breve biografia da possível fonte. Uma base de dados deste tipo é inovadora e aquela era maravilhosa, era ótima – estava acessível a partir do computador. Por exemplo, quero saber sobre proteção florestal, e em vez de ir ouvir o mesmo homem de sempre, teria ali outras hipóteses. Porém, mesmo havendo uma base de dados deste tipo, não é líquido que isso vá acontecer. Porque não basta ter acesso a pessoas que possam falar, é preciso saber se elas sabem falar para nós. E, ainda hoje, este domínio da competência mediática – é um facto –, é mais presente nos homens do que nas mulheres. Por isso é que eu acho que era importante dinamizar formação para mulheres com vista à capacitação em literacia mediática, especificamente do ponto de vista de "como é

¹⁹ Who is She, disponível em http://kvinfo.org/library-and-ressources/expert-databases, acedido a 29 de janeiro de 2018.

que eu sou fonte de informação", "como é que eu me devo posicionar", "como é que eu falo com jornalistas". Porque mesmo quando se encontram especialistas mulheres - e eu recorro imenso -, tem-se o dobro do trabalho a convencê-las a falar com jornalistas.

A experiência que tenho é que enquanto fonte de informação, enquanto especialistas, as mulheres só falam quando sabem mesmo do que estão a falar e os homens não. É verdade que há homens que não são especialistas em coisa nenhuma, são especialistas em generalidades. E conseguem ser especialistas... é um defeito! Elas não fazem isso. É claro que pode haver três ou quatro mulheres o fazem, sobretudo na área política, mas se pensarmos em especialistas mesmo – estamos a falar de peritas das Nações Unidas, peritas jurídicas que trabalham no tribunal – isso não vai acontecer. Elas vão preparar aquilo que vão dizer antes, não vão falar de repente, vão dizer "ligue-me amanhã" e "amanhã" é uma palavra proibida para os jornalistas. "Eu não tenho tempo para esperar por si, gostava muito mas..." Das duas uma: ou se faz as coisas com tempo... E é possível em certos trabalhos: propostas que nós façamos, somos nós que estamos a fazer a proposta, sou eu que tenho o trabalho na cabeça, não há uma data para cumprir, isso é possível. Mas, no imediato, torna-se muito mais difícil falar com elas. E depois não dominam a linguagem: a linguagem curta, direta ao assunto. Isso é um domínio, uma competência, e isso tem a ver com o facto de estarem no espaço mediático, e efetivamente estiveram dele alheadas, por variadíssimas razões, durante muito tempo.

O título da minha comunicação é: *o difícil equilíbrio entre noticiare banalizar* e, agora, falo do ponto de vista de alguém que trata deste assunto. Eu deparo-me sempre com esta dificuldade: devemos noticiar, mas como é que devemos noticiar? Quando estava à procura de notícias recentes sobre este assunto, apanhei um artigo sobre o último relatório da APAV e a notícia, basicamente, reduzia este

assunto a números. E, claro, é importante noticiar as estatísticas, mas a minha questão é: hoje em dia, a maior parte das pessoas, quando leem aquilo, percebem realmente o que ali está? É que eu tenho sérias dúvidas que aquilo seja efetivamente percetível. O que são aqueles números? O que é que aquilo representa? Não há notícia sobre os efeitos... Isso sim faz-me impressão e acho que deveria haver um trabalho diferente... Não há notícia sobre os efeitos sociais e familiares desta violência, por exemplo. Ou seja, há foco na vítima, mas não em todas as outras... os chamados danos colaterais (que nem sequer são colaterais!). Porque todos sabemos que, às vezes, os filhos apanham por tabela, exatamente como ela. Mas chamemos-lhe colaterais, porque são "os efeitos secundários de".

Eu escrevi um segundo livro chamado *As mulheres na guerra colonial* - era a guerra colonial contada por mulheres – e, de todas as entrevistas que fiz, fiquei com a sensação que nunca ninguém foi ver os efeitos que estes homens – traumatizados e que não tiveram o apoio que deviam ter – tiveram no resto da família. Estas mulheres nunca tiveram apoio, os filhos também não, e muitos repercutiram o ciclo de violência que sofreram com aquelas pessoas. E isso é assustador. Em conversa com o psiquiatra Afonso de Albuquerque, considerado o pai do *stress* pós-traumático em Portugal, fui alertada para uma coisa sobre a qual nunca tinha pensado (mesmo após anos a trabalhar sobre este assunto!), e que se prende com a quantidade de casos de violência doméstica neste país que são cometidos por homens na faixa etária dos 60 anos. Ele assegura que a maioria sofre de *stress* pós-traumático e é ex-combatente. Lembro-me de ver casos de violência na intimidade que preenchem aquelas características e nunca ter pensado nisso. Ele faz essa leitura e, por exemplo, nunca se analisou a violência desse ponto de vista.

No caso da violência sexual, há outras questões importantes que se prendem com certos princípios éticos que os jornalistas têm de salvaguardar, como a presunção de inocência, o que quer dizer que quando estamos a falar de agressores, na sua

maioria homens, não se pode entrar numa espiral de "já fez, aconteceu, assassinou, violou, etc." – coisas que se dizem também – antes de se confirmar judicialmente, que é uma coisa que os jornalistas nunca esperam para fazer. Os tempos da justiça e do jornalismo chocam muitas vezes aqui. E, ao mesmo tempo, temos que respeitar a privacidade, que é outra das coisas complicada de se fazer. A privacidade não é igual para cidadãos comuns ou figuras públicas. O caso Bárbara Guimarães/Manuel Maria Carrilho não é o mesmo caso que o João/Joaquina. Porque aquelas pessoas têm um estatuto público e, portanto, a sua privacidade é menor, o que não quer dizer que não exista.

Temos ainda uma regra que é a de não identificar as vítimas de crimes sexuais. Embora eu perceba — e concorde - com os motivos desta regra, a não identificação, por vezes, torna a história muito despersonalizada. Temos sempre um relato que é sempre muito distanciado, impessoal, nunca contamos a história destas pessoas. Por variadíssimas razões: porque as pessoas não as querem contar - e estão no seu direito, até porque estão em choque -, mas refiro-me a um tempo posterior ao trauma. Contamos muito poucas histórias das vítimas em si, sobretudo de uma forma capacitante, empoderada: "o que é que aquela pessoa fez depois à sua vida?", "como é que a reconstruiu?".

Concluindo, o jornalismo hoje contribui muito mais, ainda, para reproduzir estereótipos de género do que para os contrariar, contestar, eliminar. E, por isso, deve haver aqui um esforço de todos — da sociedade civil, do Estado, dos jornalistas que estão alerta para isto — para tentar contrariar isto, o que não é fácil. A sociedade civil e a academia podem contribuir para tornar mais visíveis as mulheres que saibam verdadeiramente falar sobre esta temática. E, ao mesmo tempo, se calhar, envolvendo-se mais, formando jornalistas. Embora as direções sejam pouco sensíveis a estas questões, nenhuma direção de informação deste país vai dizer que não podem entrar numa redação para fazerem formação

(aproveitem isso!). Ao longo destes anos em que tenho trabalhado a igualdade de género, a perceção que tenho é que estou sempre no ponto em que ninguém me diz que não posso fazer texto nenhum sobre esse assunto, mas é do género "está bem, sim, faz, claro...". O conteúdo é uma coisa que não lhes interessa, ainda não estão a trabalhar sobre aquilo, e eu estou a falar do ponto de vistas das chefias. Mas a verdade é que se pode fazer. A forma de fazer é que pode ser trabalhada. Não é fácil chegar agora a uma redação e dizer "venham todos os jornalistas ser formados sobre isto". Isso não vai acontecer, há montes de jornalistas, e muitas jornalistas mulheres, que não estão minimamente preocupados com estes assuntos, mas há jornalistas que se interessariam. Tem que ser uma coisa gradual e por repetição. Há aqui uma margem para trabalhar estas questões.

3. Do direito de informar aos Direitos Humanos das/os sobreviventes

Margarida Medina Martins

Em 2016, o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa desafiou a Europa a pôr como prioridade na agenda política o combate à violência contra as mulheres. Convidou também os líderes políticos, os jornalistas, os fazedores de opinião, figuras públicas e, em particular, os homens, a condenarem todas as situações de violência contra as mulheres. Por outro lado, também, desafiou o sistema de justiça a ser mais apoiante das vítimas e mais eficaz na responsabilização dos agressores.

Relativamente à questão dos *media*, penso que a UNESCO tem referenciais que podem ser interessantes, que aludem à regulação dos *media*, da legislação, dos códigos de ética. E esta viagem serve para concluir que há necessidade de encontrar um equilíbrio entre a liberdade de expressão, o direito do público a ser informado, o risco de censura por parte dos governos e a importância da transparência. A UNESCO reconhece, no entanto, que existem algumas poucas matérias em que se justifica uma restrição legal à liberdade de expressão. É citado, por exemplo, pelo representante da OSCE – Miklos Haraszti, na área da liberdade dos *media*, "só um número limitado de formas de expressão dever ser criminalizado: aquelas que representam claramente uma ameaça eminente à segurança das pessoas, incitações à discriminação e violência e a distribuição de pornografia infantil. Também na sua intervenção diz: "Já diferente é o caso dos insultos, difamação, violação do direto à privacidade, ou formas de expressão

consideradas ofensivas, chocantes ou perturbadoras". Estas são questões para trazer para a área civil mais do que penal. É um alerta deste perito.

A correspondente de guerra, Judith Matloff, professora da *Columbia Graduate School of Journalism* diz que a atenção dos *media* para a violência sexual pode aumentar a consciencialização e pressionar os governos e as comunidades para aplicarem medidas de prevenção e de apoio a sobreviventes. Contudo, os *media* têm que ter cuidado e abordar o fenómeno com precisão e sensibilidade. Um dos referenciais que me parece muito interessante vem do Canadá - Québec, do Instituto Nacional de Saúde Pública. Eles têm o que chamam "*media kit on sexual assault*", do qual selecionei seis ideias que me pareceram particularmente interessantes:

- 1) a violência sexual é um ato criminal;
- 2) não é um fenómeno raro;
- 3) é cometido muitas vezes por pessoas conhecidas da vítima;
- 4) não existe um perfil tipo do predador não é um *grown-up* pessoal;
- 5) não tem a ver com aquela pessoa específica e com a sua vida privada;
- 6) tem de ser encarado como um problema e um fenómeno social.

Este manual também alerta para as consequências que a violência sexual tem, a nível da vida da pessoa, e que ultrapassa muitas vezes gerações. Ou seja, vai ter consequências ao longo de outras gerações.

A questão que ponho é, de facto, de que é que estamos a falar? Existem várias visões: a política, a legal, a científica, a médica, etc. Pessoalmente, e em termos resumidos, interessa-me a perspetiva das sobreviventes. E a perspetiva das

sobreviventes, o que tenta passar é que a violência sexual não é sexo, é crime! É um assalto à integridade física, emocional, psicológica, moral e ética da pessoa. E que, geralmente, este crime é premeditado.

Também, em resultado do trabalho que há cerca de 25 anos venho desenvolvendo com sobreviventes, nomeadamente, nos grupos de ajuda mútua, considero que há aqui um desafio em termos de paradigma, é preciso sair da violência sexual centrada na sexualidade – que é a abordagem comum - e que reforça estereótipos -, para uma abordagem de que a violência sexual é um crime violento de dominação e controlo de outra pessoa. Depois há outra preocupação que são os media e as palavras. E aqui - é uma expressão minha -, as palavras não são inocentes: carregam cargas ideológicas e, portanto, é diferente dizer "uma mulher violada" de dizer "uma mulher sobrevivente de violação", "uma garota abusada" ou "uma garota sobrevivente de abuso". E tudo isto, sem qualquer coerência, passa nos media de diferentes formas. Não há sequer muita coerência na maneira como estes fenómenos são descritos. Quando se diz que, em Portugal, raramente se põe o nome da vítima na imprensa, isso não significa que se acautele a segurança das vítimas, pois pode não se pôr o nome delas, mas a rua fica identificada. Ou seja, é identificado o local, a família, toda a gente. É preciso refletir de facto sobre o impacto destas práticas.

Há cerca de vinte anos, a Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV) foi convidada para ir ao Centro de Estudos Judiciários (CEJ) para participar num debate sobre um processo que já tinha transitado, ou seja estava fechado. Resumidamente, era a história de um jovem que vai ao Ministério Público (MP) pedir ajuda porque há vários anos que é abusado e violado pelo pai. Nesta altura, esta com 14/15 anos, e, entretanto, percebe que a irmã, que está a chegar aos 10 anos, está em risco. E alerta as autoridades "estou preocupado, aconteceu-me isto e sinto que à minha irmã vai acontecer a mesma coisa". Como é hábito, o sistema

levou tanto tempo a agir que a criança foi violada por este pai. Foi violada, houve uma perícia médico-legal, o homem foi preso. Depois houve tanta confusão naquele contexto, e tanto tempo de demora da justiça, que quando foram a tribunal a criança negou tudo o que tinha acontecido. Mas como havia evidências forenses o homem foi mesmo preso durante não sei quantos anos. Isto foi exposto publicamente. O que é que aconteceu a seguir? A exposição do bairro e da família foi tão grande que os predadores que estavam na zona, assaltaram a criança a seguir. Qualquer situação que seja identificada onde há alguma fragilidade, onde houve um desempoderamento daquela pessoa, vai atrair todos os agressores e abusadores que estiverem na zona, que vão tentar chegar àquela criança. E falta, para quem intervém nesta área, nomeadamente os *media*, algum conhecimento da natureza do que estamos a falar e da dinâmica que está implícita a isto.

Ou seja, quando, por exemplo, um juiz escreve numa sentença que um menino abusado sexualmente, no centro do país, se teve ereção é porque também consentiu, etc., isso também vai impactar na forma como a sociedade vai ver tudo isto. Pela ignorância, vai legitimar aquele abuso, confundindo uma reação biológica - que a criança tem e não controla -, com uma situação de consentimento. E isto é o pão nosso de cada dia de norte a sul deste país. Se os *media* têm de trabalhar e fazer uma viagem grande, também temos de, é lógico, exigir da justiça mais do que o que estamos a receber com o contributo dos nossos impostos.

E para terminar, queria partilhar três ou quatro pontos. Primeiro, há cerca de 15/20 anos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) dizia que até à adolescência, num grupo de seis a sete meninas, uma delas iria ser abusada sexualmente e que num grupo de dez ou onze meninos, um deles iria ser abusado, até à adolescência. Em 2015, o Conselho da Europa atualizou estes dados: na Europa, uma em cada

cinco crianças corre o risco de ser abusada sexualmente, independentemente de ser menina ou menino. Isto para dizer que temos de ter consciência do caráter endémico do abuso sexual. É logico que, trabalhando com sobreviventes, temos aqui um contacto que os permite ter um conhecimento privilegiado. Os relatos das mulheres sobreviventes indicam vinham sendo abusadas desde os 12, 13, 14 anos. Portanto, quando chegam à idade adulta, há um histórico de situações perpetuadas de violência.

Quando aludo à localização da vítima facilitada pelo relato dos media, falo, precisamente de ninguém poder ser desresponsabilizado quando, pela sua ação, põe em risco as próprias vítimas. Ou seja, há aqui outro aspeto - que, em Portugal, nunca se fala, - que é o da accountability desta gente toda – nem os juízes, nem os media -, ninguém é responsabilizado. Termino aqui aludindo à intervenção à revolução dos homens, de que falava a Catarina Marcelino. Se calhar é preciso a revolução dos homens, mas eu falo da revolução das instituições. E as instituições são o segundo grande opressor/agressor dos cidadãos e das cidadãs, porque são absolutamente estereotipadas, porque têm um poder muitíssimo maior que qualquer agressor. E, portanto, um juiz, um magistrado, um assistente social que não faz aquilo que deve na defesa dos direitos humanos perpetua, prolonga e mantém a agressão. Exemplificativa desta dupla revitimização e da disfuncionalidade da resposta do sistema é a resposta de um agente da polícia ao receber a denúncia de uma jovem, que se dirige a uma esquadra de polícia e diz "o meu pai abusa de mim". O agente que a recebeu respondeu-lhe "então quando acontecer de novo vem cá outra vez". Esta jovem, que esteve numa situação de incesto dos 14 aos 21, foi acolhida pela AMCV, a pedido do Ministério Público, porque estava à beira de se suicidar. Quando os cidadãos chegam a quem é suposto protegê-los e têm respostas como estas, de facto, não há como ter ajuda. O grande desafio que está aqui, quer seja na violência doméstica, sexual ou o que quer que seja, é que os Direitos Humanos em Portugal são opcionais. O que significa que Portugal não cumpre Direitos Humanos, não é respeitador dos mesmos, nem não faz a sua promoção. E, portanto, nós, ONG, temos a responsabilidade de denunciar o desfasamento entre os compromissos a que Portugal está obrigado e o seu não cumprimento.

A formação é, de facto, um aspeto importante, mas também a responsabilização das entidades; porque os profissionais trabalham de acordo com quem lhes paga o ordenado. Portanto, não podemos colocar nos profissionais a responsabilidade, ou a exclusiva responsabilidade, de mudar uma entidade. Temos que responsabilizar as entidades, nomeadamente todo o sistema público, e exigir que adotem os instrumentos que foram assinados, que fazem lei no país, e a que Portugal está vinculado.

Como desafio para o futuro é preciso criar uma CULTURA DE DIREITOS HUMANOS. Deverá ser obrigatório a educação na área dos Direitos humanos.

Diferentes violências, a mesma cobertura noticiosa?

4. "A nova fronteira (hétero)sexual": dispositivos e discursos de normalização de um tabu

Maria João Faustino

O presente ensaio tem como desiderato o mapeamento das representações em torno do sexo anal nas revistas femininas, atendendo, particularmente, às dimensões de género e da violência sexual. A análise incidiu sobre os artigos disponibilizados nos *websites* da *Cosmopolitan* e *Women's Health*.

O texto inicia-se com um enquadramento introdutório da temática em análise, contextualizando o significado social da alteração das práticas heterossexuais e da crescente visibilidade mediática do sexo anal. É referenciado o problema da violência sexual no seio das mutações em curso, e é explanada a ancoragem teórica e metodológica adotada.

A análise é estruturada em quatro pontos distintos. O primeiro diz respeito à normalização do sexo anal, transversal nas publicações analisadas. Seguidamente, a dimensão de género é escrutinada. O terceiro ponto enuncia os dispositivos fundamentais de promoção do sexo anal. Finalmente, é problematizada a representação do consentimento e da coação sexual. As notas conclusivas sublinham algumas das contradições e ambivalências, e afloram os desafios emergentes na construção discursiva dos novos cambiantes da heterossexualidade.

I. Guiões sexuais e normas culturais em mutação: para além do 'imperativo coital'

A cópula heterossexual vaginal tem sido compreendida como guião sexual por excelência, cânone a partir do qual os demais atos sexuais são compreendidos

como aquém do ato completo – tomados como preliminares – ou como algo que o ultrapassa ou substitui (Jackson 1984). Esta presumida permutabilidade entre sexo e cópula, designada como "imperativo coital" (Jackson 1984) foi já considerada a mais robusta norma cultural em torno da sexualidade (Gavey 2005, 191).

Vários estudos empíricos, sobretudo da última década, sugerem um crescimento acentuado da prática do sexo anal entre parceiros heterossexuais (Leichliter 2008; Herbenick *et al.* 2010; McBride e Fortenberry 2010; McBride 2017). O crescimento desta prática parece produzir mudanças significativas no reportório heterossexual e nas normas culturais da heterossexualidade: o alargamento do reportório heterossexual parece desafiar a norma social que privilegiava a cópula como guião heterossexual por excelência.

O sexo anal, ancestralmente estigmatizado nos âmbitos legal, moral e religioso, tem vindo a ser objeto nos últimos anos de uma visibilidade mediática sem precedentes (McBride e Fortenberry 2010). A profusão de guias em torno do sexo anal, com vários títulos vocacionados a um público feminino (e.g. Taormino 2006) é exemplo desse fenómeno de mediatização. Também as revistas femininas refletem e participam na construção das novas normas culturais, explorando o sexo anal como sucedâneo do sexo oral (Gill 2007, 193). Em formato televisivo, o episódio intitulado "eu escorreguei" da série televisiva estadunidense *The Mindy's Project*, emitido em 2014, teve como tema a tentativa do membro masculino de um casal – que no contexto de uma interação sexual inicia a penetração anal sem consentimento prévio da parceira, justificando o gesto como acidental – e a interação subsequente.

Novas dimensões da heterossexualidade, antigas dinâmicas de violência?

Apesar da relevância social e científica que a dimensão da violência sexual no contexto das mudanças sociais em curso, os estudos que abordam, investigam e escrutinam a articulação entre sexo anal e violência sexual são ainda relativamente escassos. Os estudos empíricos sobre as atitudes e motivações em torno do sexo anal apontam, contudo, para uma dimensão de coação, coexistente com outras dinâmicas de mobilização, como a curiosidade e interesse pessoais, a intimidade e a confiança ou a vontade de agradar o parceiro (Fahs e Gonzalez 2014; McBride 2017). Neste contexto, importa ressalvar o estudo publicado por Marston e Lewis (2014), que incidiu sobre as narrativas de adolescentes em torno do sexo anal no contexto britânico, com uma amostra de 130 entrevistadas/os entre os 16 e os 18 anos. Os dados divulgados apontam para uma expressiva desigualdade de género concernente às práticas relatadas e representações reveladas: os rapazes afirmavam percecionar o sexo anal sobretudo como uma conquista entre pares, como algo expectável de ser pedido ou pressionado, mesmo quando o representavam como potencialmente desagradável ou doloroso para as parceiras. A ilustrativa citação de um dos rapazes "qualquer buraco é um objetivo", na tradução literal, aponta para a ideia de sexo como penetração, e para o alargamento do espectro de hipóteses penetrativas. Diferentemente, as raparigas partilhavam relatos de coação, e a perceção do sexo anal como um fator potencial de estigmatização, algo que ameaçava a reputação entre pares.

Método e abordagem de investigação

O presente ensaio apresenta alguns dos resultados de um projeto de investigação mais amplo em torno das representações mediáticas do sexo anal. O objetivo de investigação foi o mapeamento das representações em torno do sexo anal, do género e da violência sexual. A análise subsequente é restrita às representações do sexo anal na imprensa feminina — concretamente, a *Cosmopolitan* e a *Women's Health*, eleitas como objeto de análise devido à dimensão internacional de ambas

as publicações. O objeto empírico foi delimitado aos artigos relacionados com o sexo anal disponíveis nos *websites* da *Cosmopolitan* e da *Women's Heath*, selecionados a partir de palavras-chave [anal sex e anal] nas respetivas páginas.

A abordagem metodológica adotada segue os pressupostos teóricos da análise feminista do discurso (Gavey 1989), ancorada na visão foucaultiana de discurso e na sua conceção de poder como ubíquo, fluido e descentralizado. A análise parte da moldura teórica de Nicola Gavey e assume como principal referente a obra *Just Sex? The Cultural Scaffolding* (2005). A pesquisa de Gavey, assente na premissa da (hetero)sexualidade como realidade socialmente construída, norteia a sua análise da "heterossexualidade ao microscópio" (2005, 159), detetando as dinâmicas e filões que gradativamente, e discursivamente, constrangem a interação sexual e as identidades de género no contexto da heterossexualidade. A dissecação dos "pilares sociais da violação" e dos discursos culturalmente dominantes — como o "discurso do apetite sexual masculino" (Hollway 1984), que representa a masculinidade como sexualmente insaciável —, permite compreender a violação não como uma aberrante e atípica ocorrência, mas, inversamente, como produto do próprio tecido cultural da heterossexualidade.

II. Representações do sexo anal nas revistas femininas "Estamos subitamente anal-maníacos": a normalização de um tabu

São recorrentes as mensagens que caracterizam o estatuto do sexo anal como objeto de uma recente e intensa alteração. O antigo tabu é apresentado como crescentemente popular e tendencialmente *mainstream*, produto de uma "revolução anal" (Brodesser-Akner 2015) ainda em marcha. São múltiplas as expressões que apresentam o sexo anal como parte integrante do reportório heterossexual, designando-o como "a nova fronteira (hetero) sexual" (*Cosmopolitan* 2017) e afirmando que "Estamos subitamente anal-maníacos" (Brodesser-Akner 2015).

A expressão "sexo anal" abriga múltiplas dimensões da sexualidade anal; contudo, importa referir que esta é normalmente usada nos discursos analisados como sinónimo de "coito anal" (Surnow 2016). Outras práticas que não o coito anal são por vezes referidas, mas caracterizadas como "variantes" (Surnow 2016) — representadas como experiências sexuais periféricas ou preliminares à concretização do ato penetrativo (e onde se assume a posição da mulher como recetora da penetração anal, sendo muito minoritários os discursos que desafiam este pressuposto).

A normalização reportada é discursivamente construída como um diagnóstico cultural, um processo em que as revistas femininas parecem posicionar-se como veículo de informação à margem do fenómeno cultural reportado. A radicação numa abordagem pretensamente informativa resvala, por vezes, numa quase *militância* empenhada na *desmitificação* do tabu em torno do sexo anal. A recorrente referência aos "mitos" em torno do sexo anal traduz a ideia de uma nebulosa de desinformação, criadora de preconceitos cristalizados que estariam latentes a muitas atitudes de relutância, recusa ou condenação sobre aquela prática sexual. Tal *militância* na informação é vertida no empenho em quebrar os "mitos" que tornariam o sexo anal interdito, contrariando as ideias popularmente propagadas que o associariam sobretudo à sujidade, à inevitabilidade da dor física e à homossexualidade. A mesma abordagem é marcada pelo recurso abundante ao discurso biomédico marcador de autoridade na dissipação de tais "mitos" – e marcador simbólico da pretensa neutralidade informativa que cunha os discursos mobilizados pelas revistas.

_

²⁰ Adotarei as expressões "sexo anal" e "coito anal" como sinónimas, em coerência com os textos analisados (ainda que tal possa incorrer no reforço de periferização das práticas não penetrativas).

Género e tabu: a genderização dos discursos

A apresentação do sexo anal como recente obsessão cultural é estruturalmente genderizada, sendo que a masculinidade é apontada como o grande veículo da mudança cultural em curso – verificando-se uma sobreposição entre a reportada obsessão cultural e uma alegada obsessão masculina. A ideia de "obsessão" masculina em torno do sexo anal surge particularmente expressa no artigo da Cosmopolitan ilustrativamente intitulado "Sexo Anal 101: Por que os homens estão obcecados" (Burton 2012). O artigo em causa enuncia as alegadas razões do novo objeto de fixação e fascínio, elencando múltiplos fatores da suposta obsessão masculina: entre eles, a presumida pressão dos pares: "ele pensa que está toda a gente a fazer"; a representação da atividade sexual como forma de domínio, investindo o sexo anal com uma componente adicional de poder e de domínio: "estar em controlo excita-o"; a representação do sexo anal como particularmente íntimo; a ideia da exposição à pornografia como impulsionadora da popularização do sexo anal; a ideia de que a prática com anteriores parceiras alavanca a expectativa de normalização da mesma em futuras relações: "a ex dele adorava (alegadamente)".

Os discursos analisados são prolíferos em estereotipias de género: a ideia reiterada de que os homens querem e ativamente procuram ter sexo anal com as parceiras repousa numa representação da masculinidade como entidade monolítica, desejante e dominante. A caracterização da masculinidade como obcecada opera a naturalização da ideia do desejo masculino como predatório, incontrolável e insaciável, assente no "discurso do apetite sexual masculino" (Hollway 1984). A iniciativa masculina é tomada como expectável, sendo agora estendida a práticas previamente interditas.

Em contraponto, a representação do sexo anal no contexto da sexualidade feminina aponta para diferentes significados e fatores de mobilização: são referidas a concessão à pressão exercida pelo parceiro, assim como a vontade de agradar o parceiro, a curiosidade pessoal ou o próprio prazer. As motivações para

a prática entrelaçam-se, por vezes, com discurso de entrega, de dádiva e compromisso: num artigo da *Cosmopolitan*, a autora justifica a primeira experiência com o sexo anal – algo que afirma ter previamente considerado excluído dos seus interesses – pela relação romântica mantida:

mas agora que eu sou namorada de alguém, acontece que quando gostamos realmente de alguém ficamos mais disponíveis para tentar coisas que pensávamos nunca tentar. Como (...) perder a última e única virgindade restante desde o baile de finalistas (Breslaw 2017).

A referência à "última virgindade" preservada remete para uma ideia de dádiva e entrega da sexualidade feminina, posicionada como estruturalmente relacional e simbolizada ainda pela ideia de exclusividade de um primeiro ato sexual.

Apologia da quebra de um tabu: dispositivos simbólicos de promoção do sexo anal

Para além do diagnóstico de normalização do sexo anal, por vezes, os discursos abraçam um registo abertamente promocional, que abandona a pretensa neutralidade informativa. Neste contexto, o sexo anal surge investido de múltiplos significados que o colocam como um elemento legítimo e desejável na biografia sexual das mulheres e no contexto heterossexual.

Primeiramente, o sexo anal surge associado à ideia de intimidade, retratado como potenciador de uma profundíssima conexão emocional — acrescentando novas camadas à visão da sexualidade como o grande fator de intimidade no contexto romântico (Gavey 2005). Verifica-se uma romantização do sexo anal que o simboliza como um dispositivo de intimidade, investindo-o como potenciador da ligação emocional entre parceiros. Tal investimento simbólico surge sintetizado na formulação que o caracteriza como "a oportunidade para uma nova forma de união, para sentir novos patamares de confiança, o zénite da conexão emocional" (Brodesser-Akner 2015).

Para além da dimensão emocional, o sexo anal surge irmanado à promoção do prazer físico, do estímulo e da gratificação sexual. A referência ao prazer sexual é radicalizada na referência ao orgasmo: "Os orgasmos anais são REAIS — como conseguir um" (Yourtango 2016), lê-se no título de um artigo da *Women's Health*. A ideia de prazer e gratificação sexual surge frequentemente ancorada no discurso biomédico, tomado como justificativo do potencial para o prazer da estimulação anal na anatomia feminina, invocando os múltiplos tecidos nervosos que desvinculam o prazer anal da próstata.

Há, ainda, uma difusa glamorização da quebra do tabu pela representação do sexo anal como transgressão desejável, e que simbolicamente funde sexualidade e agência. A linguagem é por vezes desafiadora, numa atitude que parece convocar a desinibição: "Por que não devias ter medo do estímulo anal – e como começar. Vais ficar tão feliz por enfrentar os teus medos" (2015); "6 Mitos sobre sexo anal que podem mudar o que pensas sobre isso. É altura de relaxar os teus medos – e o teu esfíncter" (*Women's Health* 2015b). Neste fundo de glamorização vislumbrase o retrato da mulher como agente sexual empoderado, não cerceado pelas convenções.

III. Consentimento, constrangimento e coaçãoContestação dos estereótipos de género e crítica da violência sexual

Verificam-se, pontualmente, posicionamentos críticos quanto aos estereótipos de género e às normas culturais estruturalmente iníquas que balizam a construção e vivência da sexualidade – e a forma como estas se prolongam e interferem na disseminação do sexo anal. Neste contexto, importa ressalvar que o estudo suprarreferido, efetuado no contexto britânico, encontrou eco nas duas revistas analisadas – sendo que ambas se pronunciaram sobre os resultados divulgados de forma crítica. A *Womens's Health* refere-se às "Notícias chocantes sobre o sexo

anal", reveladoras de "enormes diferenças de género na forma como o vemos e por que o fazemos", concluindo perentoriamente que "é chocante constatar os estereótipos danosos e os papéis de género lamentáveis em torno do sexo anal" (Sollee 2014). Semelhante tom é adotado pela *Cosmopolitan*, que se refere à "descoberta mais perturbadora":

as raparigas adolescentes não se veem a si próprias como iguais nos processos de tomada de decisão relativamente ao sexo anal. Mesmo que pensem que o sexo anal vai ser desconfortável para elas, consistentemente reportam que os rapazes têm a última palavra (Cosmo Frank 2014).

A condenação dos papéis de género que debilitam a agência e autonomia sexual das mulheres é inequívoca nos dois artigos. Paralelamente, os dispositivos de promoção do sexo anal coexistem com a mensagem de que este não deve ser imposto e de que é legítimo o desinteresse individual:

'Se não tens interesse no sexo anal, isso é igualmente ok', diz O'Reilly [apresentada como *sex expert*]. "Não tens de criar uma lista sexual e preencher cada item para que tenhas uma vida sexual satisfatória – tens simplesmente de manter a mente aberta. Se não tens interesse hoje, podes querer revisitar essa possibilidade daqui a uns meses (...)" (*Women's Health* 2014).

A afirmação clara do direito à recusa é reiterada em diversos artigos e transversal às duas publicações analisadas. Um artigo da *Cosmopolitan* afirma expressamente: não tenham sexo anal apenas porque o parceiro quer. O Dr. Michael Krychman afirma uma coisa óbvia mas que importa relembrar, comum a todos os atos sexuais: 'Não sintam pressão para alinhar em qualquer coisa com que não se sintam confortáveis. É mau para a vossa saúde mental' (Moore 2015).

Este propagado e reconhecido direito à recusa, que estabelece e sublinha o direito a "não ter sexo apenas porque o parceiro quer", admite ainda como expectável a iniciativa ou pressão por parte do parceiro masculino. Num contexto mais amplo de naturalização da pressão masculina para a prática sexual, conjugada com os múltiplos dispositivos de promoção do sexo anal, tal direito à recusa surge como um último reduto de autodeterminação sexual, que parece desembocar no "direito a dizer não". Podemos, na esteira de Gavey (2005), questionar o alcance desta mensagem, seguindo a lógica que presidiu ao questionamento da eficácia de mensagens como "simplesmente diz não", veiculadas no contexto da prevenção da violência sexual. Apontando como as normas de género imprimem e prescrevem uma postura gentil ao feminino, e a forma como as normas comunicacionais informalmente estabelecidas facilitam atos de adesão e concordância, contrariamente aos atos de recusa e rejeição (Kitzinger e Frith 1999), Gavey afirma que mensagens que vincam o direito individual a recusar a prática sexual indesejada, impondo o ónus da reação e oposição sobre quem sofre pressão, revelando-se contraproducentes (2005, 223).

Reprodução de estereótipos de género e trivialização da violência sexual

Se, por um lado, os estereótipos de género e a imparidade na tomada de decisões em matéria de sexualidade são alvo de crítica, constata-se, por outro lado, que os discursos dominantes são maioritariamente concordantes com as dinâmicas genderizadas da violência sexual e com os estereótipos que a suportam. As pressões e constrangimentos na dinâmica heterossexual são frequentemente normalizados:

o sexo anal não é nada de novo, esteve aqui desde sempre, e muitas mulheres praticam-no. Na idade das cavernas, provavelmente os homens das cavernas pressionavam as namoradas das cavernas e prometiam 'eu vou mesmo devagar, acredita em mim' ou qualquer coisa assim (Hsieh 2017).

O excerto transcrito representa a ideia de que a iniciativa masculina é expectável, que a pressão e constrangimento para a prática sexual perpassam os séculos e mantêm o guião inalterado. Desta forma, os mecanismos de constrangimento são representados como atemporais e a-históricos – e, portanto, naturais ou inevitáveis.

A desvalorização dos fatores de pressão interpessoal é manifesta na abordagem ao episódio suprarreferido "eu escorreguei", da série *The Mindy's Project*, e à controvérsia subsequentemente gerada. A penetração anal tentada pelo namorado de Mindy, a protagonista, é justificada como acidental: o namorado afirma ter "escorregado". Mindy reage com surpresa e credulidade inicial, questionando posteriormente se seria suficientemente excitante e apelativa (questionando também se o comportamento do parceiro teria sido fundado na presunção de que Mindy o teria feito antes, indiciando assim que tal passado sexual, a existir, a comprometeria). Finalmente, Mindy compromete-se com a ideia de praticar sexo anal, automedicando-se para o efeito. O episódio em causa foi alvo de críticas, que consideraram a situação retratada problemática no que concerne à representação (da falta) do consentimento, da manipulação e da pressão exercidas sobre a personagem feminina. Porém, o posicionamento expresso da *Women's Health* foi no sentido de absoluta minimização das críticas, justificando tal posição com o carácter alegadamente trivial dos eventos retratados:

não é chocante que casais que amam e consentem cometam ocasionalmente erros desconfortáveis na cama (como tentar qualquer coisa que acham que o/a parceiro/a vai gostar... quando se verifica que não gostam), então por que deveria ser chocante em horário nobre? (Gueren 2014).

A interrogação da *Women's Health* espelha um discurso problematicamente acrítico e desvalorizador dos fatores de pressão interpessoal, rotulando os mecanismos de manipulação retratados – mormente, a tentativa flagrante de iniciar um ato sexual que a parceira não previa, não esperava e que não tinha consentido, assim como a subsequente estratégia manipulativa – como "erros desconfortáveis na cama", e afirmando que "não é chocante" que tais "erros" ocorram. Num segundo nível, o discurso revela-se acrítico quanto ao papel dos media na reprodução e legitimação de tais mecanismos, desconsiderando o poder de influência dos media na construção das normas sociais.

A explícita desconsideração dos mecanismos de constrangimento interpessoal representados em formato televisivo e ficcional revela-se particularmente problemática quando a literatura científica aponta para a existência da mesma estratégia manipulativa da pretensão acidental ali retratada. Diversos intervenientes nos estudos de Marston e Lewis (2014) e McBride (2017) referem a estratégia de designação do ato sexual tentado como "deslize" ou "escorregamento", de forma coincidente com o caso ficcionado em *The Mindy's Project*: um dos rapazes entrevistados na pesquisa de Marston e Lewis (2014) afirma ter "tentado" e dito à parceira "[que o pénis] tinha escorregado". Marston e Lewis (2014) concluem que descrever os eventos como "deslizes" permite encobrir a hipótese de que a penetração foi deliberada e não-consensual (2014). No estudo de McBride (2017), várias mulheres reportaram estratégias enganosas por parte dos parceiros, como a pretensão do descuido ou deslize acidental, atribuindo tais manobras à perceção generalizada de que as mulheres recusariam se diretamente questionadas.

Romantização e erotização da violência sexual

A trivialização da violência sexual em torno do sexo anal passa, por vezes, pela romantização dos mecanismos de constrangimento e condicionamento atuantes

na interação sexual. O artigo "O que acontece quando experimentas sexo anal – e odeias?" (Torre 2015), publicado na *Cosmopolitan* e redigido na primeira pessoa, apresenta um relato confessional de uma mulher²¹, que assina como Chloe, e que desvela a memória da sua primeira experiência com o sexo anal. O fio narrativo é o desvelar de uma memória privada, onde são expostas as motivações, as hesitações e as sensações correspondentes. A narrativa intitulada "o que acontece quando experimentas sexo anal e odeias" parece subsumir as múltiplas dimensões da interação a uma experiência subjetivamente negativa, reduzindo um processo complexo de interação sexual a uma experiência particular de desprazer.

Chloe começa por afirmar o inicial comprometimento com a ideia de praticar sexo anal, apesar do total desinteresse e mesmo previsível desprazer, porque sabia que a *ex* namorada de Vic (o então namorado) o tinha feito. A motivação surge reforçada por um elemento contextual – o aniversário do parceiro:

(...) Eu odeio anal. Do género, nunca mas nunca vou repeti-lo, não vão convencer-me do contrário, odeio. Eu sabia que ia odiar, não tinha qualquer interesse em explorar esse território, mas tinha sido o aniversário do Vic e a última namorada dele tinha-o feito e...pois. Fi-lo por causa dela, basicamente (Torre 2015).

Seguidamente, são expostas as dúvidas, hesitações, e oscilações sentidas por Chloe ante a efetivação do ato sexual. Chloe afirma sentir-se nervosa, apesar do relaxante muscular tomado — o que contrasta com o estado de visível excitação por parte do parceiro. A incerteza sentida é timidamente comunicada e partilhada com o parceiro, e a interação dialógica é exposta:

"Meu Deus, amor. Não tens ideia de como estás sexy agora." (...) Ele estava de joelhos atrás de mim, com a maior ereção que eu já lhe tinha visto. Eu

-

²¹ Uma vez que a análise se centra na representação dos media, a veracidade do relato não se impõe como condição necessária.

estava tensa e nervosa, e o relaxante muscular que eu tinha tomado uma hora antes não tinha tido nenhum efeito calmante.

"Vic, não tenho a certeza sobre isto..." Disse estas palavras delicadamente, a sentir o toque das cochas dele enquanto ele se aproximava, a pressão do corpo dele contra mim enquanto beijava a parte de trás do meu pescoço, as mãos dele percorriam as minhas costas e acariciavam-me as mamas.

"Vai correr bem, amor. Prometo. No máximo cinco minutos. Excitaste-me tanto que provavelmente venho-me num minuto." (Torre 2015).

A descrição do beijo no pescoço e do toque operam uma romantização da interação. A pressão exercida perante a hesitação manifesta não assume uma forma confrontativa ou impositiva: a promessa de que "vai correr bem" é seguida pela afirmação aparentemente elogiosa, pondo-lhe o ónus da excitação, prometendo ainda a curta duração do ato. Tal mecanismo de persuasão é de aparente reconforto, e não a verbalização de uma imposição ou ameaça. O tom é de familiaridade e a circunstância retratada sugere intimidade, pela descrição do toque e da interação verbal. A narrativa prossegue, dando a conhecer o desenvolvimento da interação e a efetivação do ato sexual, apesar da hesitação previamente manifesta e da ansiedade sentida:

Eu já estava encharcada, a última meia hora tinha sido passada de costas, depois de joelhos, a boca dele a dar-me dois orgasmos, e o meu corpo estava tão pronto para a penetração que eu já era capaz de suplicar. Mas talvez não ali.

Quando ele se lançou para dentro de mim, levantei a cabeça, os meus lábios a chorar o nome dele, a pressão invasiva a irradiar um relâmpago de dor pior do que eu tinha antecipado, o som da respiração e o toque dos dedos dele no meu clitóris eram as únicas coisas que me impediam de me contorcer.

"Só alguns minutos", disse-me, e o ímpeto na voz dele manteve-me quieta, o jorro frio do que devia ser lubrificante a chegar ao lugar de contacto. A dor diminuiu, um pouco (...).

Ele criou um ritmo enquanto me penetrava, mordi o meu lábio inferior (...), a fricção suave dos dedos dele no meu clitóris fazia com tudo aquilo quase aprazível. (Torre 2015)

A descrição da dor física inicial é seguida pela descrição do estímulo que tornou o ato "quase aprazível". Seguidamente, contudo, é referido um momento de cisão, marcado pela mudança de comportamento do parceiro quando este "deixou de ser cauteloso":

Depois – um doloroso minuto mais tarde – o momento que causou incontáveis discussões.

Uma cadência lenta, um calor irradiante vindo do meu rabo, o deslizamento áspero do movimento dele, um orgasmo – mais intenso e melhor do que qualquer um que eu tenha tido antes – eu apertei-o, apesar da dor (...).

"Meu Deus, Chloe. O teu rabo é tão sexy -".

Se ele terminou essa frase, eu não ouvi. A explosão do meu grito, reprimido, todo o meu corpo capturado enquanto ele se projetava para dentro, a mão dele subitamente pesada no meu clitóris ao mesmo tempo que me agarrou com as mãos (...), o orgasmo explosivo percorria-me enquanto ele deixou de ser cauteloso e passou a foder-me, o gemido dele diluído no meu grito.

Quando a explosão parou, eu qui-lo fora. Imediatamente. O meu corpo ficou mole, a saída dele do meu corpo, molhada e pegajosa, o orgasmo dele a vir de um lado qualquer durante o fim do meu, o meu rabo dorido e ferido, a minha vontade de tomar banho a competir com a negação exausta do meu corpo. (Torre 2015).

A narrativa apresentada interseta múltiplas dimensões: a dor física que surge combinada com a descrição do prazer — epitomado na alusão ao mais intenso orgasmo que já havia tido —; a verbalização de um aparente elogio e subsequente alteração comportamental do parceiro pelo abandono do modo "cauteloso"; a descrição do que foi sentido por Chloe após o ato sexual — a exaustão e a "vontade de tomar banho", que indiciam desconforto e repulsa. A dor física é apresentada como razão justificativa para a futura recusa da prática sexual:

Jurei, apesar do orgasmo, nunca mais repeti-lo. A dor não tinha justificado o orgasmo, independentemente de quão forte tenha sido. Nunca queria passar por aquilo uma segunda vez. (Torre 2015, itálico no original).

A afirmação inicial de que Chloe o fez motivada pelo comportamento da exnamorada do parceiro sugere deliberação e agência (ao mesmo tempo que parece assentar na ideia da rivalidade feminina pela satisfação do parceiro). A interação retratada não apresenta mecanismos de imposição explícitos para a prática do sexo anal, e diversos elementos parecem validar a admissibilidade da conduta: ele beija-a, toca-a, estimula-lhe o clitóris enquanto a penetra. A súbita mudança de comportamento, pelo abandono da conduta cautelosa, parece emergir neste contexto descritivo como um momentâneo e imprevisto descontrolo na interação sexual.

A interação descrita evidencia, porém, fatores de pressão e constrangimento, interpessoais e internalizados: o inicial auto comprometimento de Chloe com algo que admite ter previsto odiar; a toma do relaxante muscular; a efetivação do ato sexual apesar da ansiedade sentida e expressa; e, sobretudo, os mecanismos de insistência e persuasão pelo namorado para a prática sexual, perante a hesitação e ansiedade da parceira. Tais elementos permitem múltiplos questionamentos: como interpretar o auto-comprometimento a uma prática sexual cuja expectativa é de absoluto desprazer — expectativa essa que conduz à toma de um relaxante muscular com vista a amenizar a ansiedade? -; como interpretar o diálogo relatado

e as expressões do parceiro, perante a percebida e manifesta hesitação da narradora?

O trabalho de Gavey oferece uma possibilidade de enquadramento do relato em análise, sublinhando como os mecanismos de condicionamento da liberdade sexual florescem nas interações de intimidade heterossexual, e que tantas vezes prescindem do exercício da força física, da ameaça ou da intimidação explícita para que o "sexo indesejado" pelas mulheres aconteça (Gavey 2005). Os dispositivos múltiplos de constrangimento dispensam muitas vezes formas de pressão mais brutalizadas no contexto da intimidade, porque as normas culturais já comprimem e constrangem largamente, e à partida, o espaço de ação e de recusa. O relato exposto ilustra diversas dimensões do tecido normativo descrito por Gavey (2005), no que toca aos mecanismos mais subtis e normalizados da cultura de coação heterossexual: o parceiro que pressiona dizendo que "vai correr bem", elogiando a forma como a aparência da parceira o excita e pedindo "só mais alguns minutos", apesar da manifesta hesitação e ansiedade da parceira. Tais mecanismos de insistência e persuasão, num contexto cultural mais amplo de "imperativo sexual" (Gavey 2005) e de naturalização da iniciativa masculina, efetivam uma forma de pressão que, de tão normalizada, surge como inócua.

O caso narrado não levanta, contudo, qualquer problematização. Ademais, a profusão de detalhes sobre o toque, a fisicalidade dos gestos e a descrição do próprio prazer pela autora criam um contexto textual erotizado, onde a pressão exercida surge como que diluída na captação de uma atmosfera íntima, romantizada e erotizada. Apenas a referência "ao momento que gerou incontáveis argumentos" e a expressão crua "deixou de ser cauteloso e passou a foder-me" apontam para a cisão de tal contexto, o que sugere um comportamento mais brusco ou agressivo pelo parceiro (ainda que o teor dos "incontáveis argumentos" fique por esclarecer e aprofundar).

IV. Notas finais

As representações em torno da articulação entre violência sexual e o sexo anal apontam para uma tendencial ambivalência. Por um lado, é perentoriamente afirmado o direito à recusa quando a vontade é manifestamente contrária à do parceiro, sendo que os dispositivos de promoção se afastam de um discurso de submissão, pondo a tónica no próprio prazer feminino e na riqueza da relação. Ademais, verifica-se uma pontual condenação explícita da violência sexual e da expressão genderizada que esta assume, como a propósito do estudo de Marston e Lewis (2014). Por outro lado, contudo, verifica-se uma geral cumplicidade com os discursos dominantes que legitimam e suportam as dinâmicas genderizadas da violência sexual: homens e mulheres são diferentemente retratados, e o desejo masculino é caracterizado como predatório, primário e pulsional.

É detetável uma tendencial desconsideração do papel dos media enquanto agentes ativos na construção do mundo social e das normas culturais em torno da sexualidade. O registo de pretensa neutralidade no diagnóstico da mudança cultural obscurece o papel ativo das mensagens mediáticas, desconsiderando que o diagnóstico de normalidade veiculado pelas revistas é já em si mesmo um dispositivo de normalização. Neste sentido, a multiplicidade discursiva em torno do sexo anal não (apenas) espelha a sua tendente normalização, mas ativamente dela participa.

A mudança das normas culturais em matéria de sexualidade impõe desafios aos media e alavanca, porventura, difíceis equilíbrios na abordagem mediática de uma prática sexual longamente estigmatizada e silenciada. Na esteira de Gavey, e na moldura foucaultiana que suporta a sua análise, a ideia de que a quebra de um tabu consequentemente confere maior liberdade e agência sexual é simplista e falaciosa, ao obnubilar os múltiplos dispositivos de regulação da sexualidade operantes de forma difusa e não hierárquica. Neste sentido, os dispositivos de

promoção do prazer não são, de forma linear e necessariamente consequente, produtores de espaços emancipatórios na vivência da sexualidade. No processo de *desestigmatização* que parece abraçado pelas publicações analisadas, importa ter em conta as dinâmicas dominantes na interação heterosexual, para que a profusão de discursos não contribua para novas formas de normativização. Perante um fundo cultural que trivializa os mecanismos de coação sexual, não deve ser escamoteada a possibilidade, comprovada pela literatura, de que novos repertórios espelhem e reproduzam as dinâmicas de coação pré-existentes.

Importa, assim, questionar os discursos mediáticos em torno da violência sexual, atentando aos múltiplos mecanismos de trivialização e naturalização das dinâmicas que a suportam. A crítica da violência sexual revelar-se-á, contudo, irremediavelmente limitada e lacunar se desvinculada da dimensão de género: a crítica da violência sexual não será completa e eficaz se permanecer cúmplice dos papéis de género que a suportam.

Referências:

- Fahs, Breanne and Jax Gonzalez. 2014. "The front lines of the "back door": Navigating (dis)engagement, coercion, and pleasure in women's anal sex experiences". Feminism and Psychology, 24(4), 500–520. doi:10.1177/0959353514539648.
- Gavey, Nicola. 1989. "Feminist poststructuralism and discourse analysis: Contributions to feminist psychology". *Psychology of women quarterly*, 13(4), 459-475.
- Gavey, Nicola. 2005. *Just Sex? The Cultural Scaffolding of Rape*. London: Routledge. Gill, Rosalind. 2007. *Gender and the Media*. Cambridge: Polity Press.
- Herbenick, Debby, Michael Reece, Vanessa Schick, Stephanie Sanders, Brian Dodge and Dennis Fortenberry. 2010. "Sexual behavior in the United States: results from a national probability sample of men and women ages 14–94". *The journal of sexual medicine*, 7(s5), 255-265.
- Hollway, Wendy. 1984. "Women's power in heterosexual sex". Women's studies international forum. Vol. 7, no. 1: 63-68.

- Jackson, Margaret. 1984. "Sex research and the construction of sexuality: A tool of male supremacy?". Women's Studies International Forum. Vol. 7, no. 1: 43-51.
- Kitzinger, Celia and Hannah Frith. 1999. "Just Say No? The Use of Conversation Analysis in Developing a Feminist Perspective on Sexual Refusal", Discourse & Society 10(3): 293–316.
- Leichliter, Jami. (2008). "Heterosexual anal sex: Part of an expanding sexual repertoire?" Sexually Transmitted Diseases, 35, 910-911.
- Marston, C., & Lewis, R. 2014. "Anal heterosex among young people and implications for health promotion: a qualitative study in the UK". BMJ open, 4(8), e004996.
- McBride, Kimberly R. and Dennis Fortenberry. 2010. "Heterosexual Anal Sexuality and Anal Sex Behaviors: A Review". *Journal of Sex Research*, 47: 2, 123—136.
- McBride, Kimberly R. (2017). Heterosexual Women's Anal Sex Attitudes and Motivations: A Focus Group Study. The Journal of Sex Research, 1-11. 10.1080/00224499.2017.1355437.
- Taormino, Tristan. 2006. The ultimate guide to anal sex for women (2nd ed.). Minneapolis, MN: Cleis Press.

Artigos [todos consultados a 9-01-2018]

- Barnes, Zahra. 2015. "Why you shouldn't be afraid of butt play—and how to get started". Women's Health, 8-9-2015. https://www.womenshealthmag.com/sex-and-love/beginners-guide-anal-sex
- Breslaw, Anna. 2017. "A Complete Beginner's Guide to Anal Sex". *Cosmopolitan*, 21-11-2017. http://www.cosmopolitan.com/sex-love/a6676/anal-sex-beginners-guide/
- Brodesser-Akner, Taffy. 2015. 'Is everyone having anal without me?'. *Cosmopolitan*, 4-3-2015. http://www.cosmopolitan.com/sex-love/news/a36431/everyone-having-anal-without-me/
- Burton, Natasha. 2012. "Anal Sex 101: why guys are obsessed". *Cosmopolitan*, 13-12-2012. http://www.cosmopolitan.com/sex-love/advice/g2562/anal-sex/
- Cosmo Frank. 2014. "Study Shows Teens Feel Pressured to Have Anal Sex, No One Really Likes It". Cosmopolitan, 20-8-2014. http://www.cosmopolitan.com/sexlove/news/a30236/teens-feel-pressured-to-have-anal-sex/
- Cosmopolitan. 2017. "9 Mind-blowing anal sex positions". Cosmopolitan, 30-7-2017. http://www.cosmopolitan.com/sex-love/news/g5025/anal-sex-positions/
- Gueren, Casey. 2014. "Here's what Mindy Kaling says about that anal sex episode". Women's Health, 14-10- 2014. https://www.womenshealthmag.com/sex-and-love/mindy-project-anal-sex-episode

- Hsieh, Carina. 2017. "10 Signs you shouldn't have anal sex with him". *Cosmopolitan*, 26-42017. http://www.cosmopolitan.com/sex-love/a9550266/he-is-not-ready-for-anal/
- Moore, Iane. 2015. "11 Things not to do during anal sex". *Cosmopolitan*, 3-10-2015. http://www.cosmopolitan.com/sex-love/news/a47003/things-not-to-do-during-anal-sex/
- Sollee, Kristen. 2014. "Shocking news about anal sex". *Women's Health*, 13-8-2014. https://www.womenshealthmag.com/sex-and-love/anal-sex
- Sumow, Rose. 2016. "Anal Sex". Cosmopolitan, 16-11-2016. http://www.cosmopolitan.com/sexopedia/a8264709/anal-sex-definition/
- Torre, Alessandra. 2015. "What happens when you try anal and hate it?". Cosmopolitan, 15-01-2015. http://www.cosmopolitan.com/sex-love/bedroom-blog-forget-an-ex-who-was-good-in-bed/
- Women's Health. 2014. "Your ultimate guide to anal sex". *Women's Health*, 15-12-2014. https://www.womenshealthmag.com/sex-and-love/anal-sex-101
- Women's Health. 2015a. "Everything you need to know if you're trying anal sex this weekend". *Women's Health*, 11-9-2015. https://www.womenshealthmag.com/sex-and-love/try-anal-sex-this-weekend
- Women's Health. 2015b. "6 Myths about anal sex that might change your mind about it". Women's Health, 20-10-2015. https://www.womenshealthmag.com/sex-and-love/anal-sex-myths
- Yourtango. 2016. "Butt orgasms are REAL—Here's how to have one". *Women's Health*, 6-1-2016. https://www.womenshealthmag.com/sex-and-love/how-to-have-butt-orgasms

5. Informar, culpar e estereotipar: imagens sobre vítimas e agressores/as a partir dos discursos da imprensa portuguesa

Isabel Ventura

Introdução

A violência sexual é um fenómeno que atinge meninas, raparigas e mulheres, e também meninos, rapazes e homens, como demonstram as estatísticas da criminalidade sexual (RASI 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017). Porém, as raparigas e mulheres estão em maior risco de serem vitimadas, apresentando-se como um grupo desproporcionadamente afetado por este tipo de violência, sendo que a maioria dos perpetradores são homens, como atestam as estatísticas nacionais e internacionais (idem ibidem; FRA 2014; Interpol 2018).

De acordo com os dados aferidos pela Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA), na Europa, desde os 15 anos, uma em cada dez mulheres já foi vítima de alguma forma de violência sexual e uma em cada 20 foi violada (FRA 2014: 9). A discrepância de género acentua-se no mundo digital, onde, segundo dados do Relatório de 2017, da Internet Watch Foundation (IWF), 86% das imagens de abusos sexuais são de meninas, 7% de meninos e 5% de ambos (IWF 2017).²²

Em matéria de violência sexual contra crianças, o Conselho da Europa (CE) estima que, na Europa, uma em cada cinco crianças tenha sido vítima de alguma forma de violência sexual, tendo iniciado a campanha One in Five [Uma em cada Cinco com vista a informar e instar os Estados-membro a agir contra estes crimes.

²² De acordo com os resultados da análise da organização, a cada 7 minutos, uma página *meb* mostra uma criança a ser abusada; destas, mais de metade 55% aparentam ter entre 0 e 10 anos e 43% aparentam ter entre 11 e 15 anos; 33% das imagens incluíam imagens de abusos muito graves, incluindo violação.

Em Portugal, durante 2017, os Órgãos de Polícia Criminal (OPC) registaram 408 queixas de violação e 937 de abuso sexual de crianças e de menores dependentes (DGPJ). No ano anterior, pelos mesmos ilícitos criminais, haviam sido registadas 335 e 979 queixas, respetivamente.

Porém, quando comparados com outros crimes de género – como a violência na intimidade (VI), juridicamente chamada violência doméstica (VD), ²³ que também afeta desproporcionadamente as mulheres -, estes dados não têm visibilidade mediática comparável (Ventura 2014, 2017).

Este texto parte de uma reflexão acerca dos resultados da análise aos discursos da imprensa portuguesa sobre a violação, a partir de uma amostra de 255 notícias em linha, publicadas entre 2007 e 2014,²⁴ para, de seguida, propor algumas linhas orientadoras de boas práticas na cobertura noticiosa da violência sexual.

A amostra e enquadramento teórico

A pesquisa e análise das notícias que constituem o *arpus* documental está ancorada na análise crítica do discurso (ACD) (Fairclough 1989, 1992, Fairclough e Fairclough 2012), cujo enquadramento teórico basilar reflete a importância da linguagem enquanto elemento de representação da sociedade, que atribui significado às interações sociais e desempenha um papel de "construção e constituição social" (Fairclough, 1989).

⁻

²³ A violência doméstica (VD), enquanto noma prevista no ordenamento jurídico português através do art.º 152.º, também prevê ofensas sexuais, todavia, no de a ofensa ser coação sexual (163.º) ou violação (164.º), crimes cujas molduras penais são superiores às da VD, o processo devena autonomizar-se dando origem a duas acusações distintas. Na análise dos processos judiciais de VD verifica-se, no entanto, que a violência sexual está ausente – não sendo esta ausência equivalente a não ocorrência, como bem notam as estatísticas da APAV ou os estudos que incidem sobre violência sexual na intimidade (Maria 2004; Farene 2015; Cardoso 2016; Mendes 2016). Sendo um dos temas longamente tratados na literatura feminista (*idem*; Brownmiller 1975; Estrich 1987; Sottomayor 2011), a ausência da violação marital dos lugares da justiça (Ventura 2017, 2018) deveria fazer-nos equacionar os motivos de tal ausência.

²⁴ A recolha foi feita a partir das notícias publicadas em linha nas páginas oficiais dos órgãos de comunicação social (CS), incluindo as tipologias de rádio; TV; imprensa escrita, de abrangência nacional, regional e local, com periodicidade diária e semanária. Das notícias recolhidas, 41 não estavam assinadas, 130 não tinha imagens ou ilustrações e 224 foram classificadas como artigos e 24 como breves. Para construir a amostra foram monitorizadas as seguintes palavras: violação, crime de violação, violada, violou, violador, predador sexual, através dos alertas do google. Foi ainda pesquisado nas páginas oficiais do Correio da Manhã (CM), do Diário de Notícias (DN), do Jornal de Notícias (JN), do Expresso e do Público, com obtenção de novos resultados não devolvidos pelos alertas (Ventura 2014).

De acordo com estes/as autores/as, a linguagem assume uma função identitária, respeitante à construção das identidades sociais pelo discurso, bem como uma função relacional que compreende a forma como o discurso organiza as relações entre sujeitos (Fairclough, 1992). Os media, e nestes, a imprensa ²⁵, desempenham um papel enunciador, definidor e organizador de papéis sociais, que situa as diferentes personagens em relação à sua posição social, étnica e de género, atribuindo-lhes uma posição na escala social. A interpretação dos atos sociais, feita pela imprensa, através da classificação, disposição e categorização das personagens que constituem as narrativas mediáticas de violência sexual, constitui assim uma forma de elaborar realidades ordenadas e hierarquizadas através dos discursos mediáticos (*idem: ibidem*).

Adicionalmente, os discursos da imprensa tendem a reproduzir estereotipias e a construir discursos caricaturais acerca dos crimes sexuais, que cristalizam as imagens das vítimas nos binómios *inocente vs. provocadora* e *virgem vs. vamp* (Soothill e Walby 1991; Benedict 1992; Meyers 1997; Soothill 2004), numa gradação dependente das características da pessoa vitimada, da pessoa acusada e das circunstâncias do crime.

Aqueles binómios articulam-se ainda com as imagens dos/as agressores/as descritos/as como monstros/as, vítimas de uma enfermidade moral e/ou biológica, ou de alguma disfuncionalidade sexual ou parafilia, reforçando o que se denomina *mitos da violação* (Burt 1980; Franiuk *et al.* 2008; Ryan 2011). Teorizados desde, pelo menos, a década 60, do século XX, em particular a partir do meio ativista estado-unidense (Bevaqua 2000; Bourke 2007), os mitos da violação podem ser descritos como crenças falsas e estereotipadas acerca do que é a violação, do que é uma vítima credível e do que é um agressor. ²⁶ Nicola Gavey

-

²⁵ Uso o termo *imprensa* para designar os meios de comunicação social, cujo objetivo é a difusão de textos e discursos jornalísticos nos diferentes géneros jornalísticos (breve, artigo, notícia, reportagem, crónica, opinião ou outros) e em diversos suportes (papel e digital/ escrito, radiofónico, televisivo).

²⁶ Um dos mitos mais pervasivos é o de que as vítimas, em particular, as mulheres, mentem acerca da violação, ou que os homens não podem ser violados, ou ainda que a violação é um crime praticado por indivíduos desconhecidos das vítimas,

(2005) sustenta que os mitos da violação operam para "obscurecer a violação e minimizar e justificar o sexo forçado por homens brancos, normais e respeitáveis", conseguindo a desresponsabilização judicial destes e a descredibilização das vítimas que acusam homens cuja imagem se afasta dos estereótipos associados ao agressor (Ventura 2018).

Estereotipar e culpar

A literatura científica sobre os discursos mediáticos acerca da violência sexual identifica a tendência para o uso da linguagem simplista, com a seleção das histórias que se aproximam das imagens dominantes acerca da violação (agressor pobre/socialmente disfuncional e vítima mulher e jovem; recurso a armas e/ou violência física; existência de marcas desta violência) e com a escassez das histórias que se afastam destas crenças (Soothill e Walby 1991; Soothill 2004; Franiuk et al. 2008). Quando as personagens – ou as circunstâncias - descritas nas narrativas da imprensa se distanciam daquele estereótipo, verifica-se uma diabolização e caricatura (quer de agressores/as, quer das vítimas) com o efeito de destaque da singularidade e excentricidade da história, obnubilando o cariz de violência de género inerente a estes crimes. ²⁷ Neste processo, as vítimas podem ser duplamente vítimas: do crime e dos discursos culpabilizantes da imprensa que podem mesmo desincentivar outras vítimas a apresentar queixa, por temerem a exposição e humilhação subsequentes (Soothil 2004). ²⁸

A culpabilização das vítimas na imprensa resulta, em particular, do destaque dado ao comportamento daquelas, descrito como transgressor sendo o crime apresentado como o resultado dessa infração, p.e. aceitar/pedir boleia

_

e/ou que são socialmente disfuncionais e sem capital erótico de sedução, outro mito é de que um crime sexualmente motivado.

²⁷ Particularmente visível nos casos que envolvem pessoas mais velhas, quer no papel de ofensores/as, quer no de vítimas, uma vez que, estereotipadamente, se entende que a vida sexual tem um tempo útil de vida e que diminui ou mesmo termina, em idades mais avançadas.

²⁸ Particularmente ilustrativo desta culpabilização é o artigo publicado no *New York Times*, sobre a violação de uma criança de 11 anos por 18 homens e rapazes, caracterizados pelo repórter, como vítimas do comportamento sexualmente disponível da criança, acusada de se vestir e usar maquilhagem como uma adulta. Ver "Vicious assault shakes Texas town" (*The New York Times*, 08.03.2011) e a análise crítica em "The careless language of sexual violence" (*The Rumpus*, 10.03.2011).

(Dinamarquesa à boleia violada por camionista²⁹), partilha de transporte privado, frequência de locais de diversão noturna sozinha, consumo de bebidas alcoólicas ou estupefacientes, envolvimento erótico-romântico com o perpetrador anterior à agressão (Benedict 1992). Desta forma, o dever de evitar o crime emerge centrado nas vítimas e não em quem o pratica. Helen Benedict, que analisou os discursos da imprensa estado-unidense sobre violação, sublinha que algumas características das vítimas podem aumentar a probabilidade de os discursos a inculparem, uma vez que ao comportamento se intersectam a classe social, pertença étnica, idade, e/ou grau de atratividade (Davis 1983; Crenshaw 1989), bem como com as circunstâncias do crime (in/existência de armas, marcas de violência física) (Benedict 1992).

A relação entre o realce dado às características de vítimas e de ofensores/as confere uma relação entre a agressão e estes aspetos distintivos. Os títulos analisados podem concentrar-se na identificação do agressor ("Antigo <u>médico</u> das seleções é condenado a pena suspensa por abuso sexual", JN, 29/06/2012), na vítima ("<u>Estudante universitária</u> violada em Guimarães", TVI24, 07-03-2014), ou em ambos em simultâneo ("<u>Camionista</u> detido por violar <u>jovem turista</u>", DN, 18-04-2012). Nestes casos, a ênfase na juventude das vítimas reforça o mito de que a violação afeta mulheres jovens.³⁰

Os/as agressores/as podem ser situados a partir da sua relação com a justiça ("Violador condenado a cinco anos de prisão e a pagar 12 mil euros à vítima" (*Diário Digital* c/ Lusa, 08-05-2014); Trio arguido por assalto e violação de prostitutas sabe dia 12 da decisão" (*Correio do Minho*, 29-06-2012) ou, no caso de perpetradores com múltiplas vítimas, a partir da localidade onde ocorrem os

-

²⁹ Correio da Manhã, 19.04.2012.

³⁰ A ênfase da juventude das vítimas também tem o efeito de reforçar a lógica do crime sexualmente motivado: nas sociedades ocidentais, a atratividade sexual é associada à juventude, em particular no caso das mulheres, já que o envelhecimento masculino não tem o mesmo efeito de desvalorização no mercado erótico e matrimonial.

crimes (violador de Telheiras, violador de Ílhavo, predador de Benfica)³¹, ou ainda pela profissão (agente da PSP, camionista, curandeiro, desempregado, emigrante, jogador, madeireiro, predador da TVI, pescador, psiquiatra, violador com sida). Adicionalmente, pode ser destacada a relação entre agressor-vítima (pai-violador, padrasto-violador, violador de caloira, violador de menor, marido, violador de jovem com atraso, patrão, violador de universitária)³². Estes títulos têm o efeito de balizar o crime naquelas atividades (ou falta delas, como é o caso de "desempregado rapta e viola ex-namorada", CM, 22-12-2011), sugerindo uma relação entre a atividade profissional e a oportunidade para o crime. Acrescem as descrições caricaturadas e demonizadas de agressores/as (Benedict 1992; Meyers 1997; Ventura 2014) afastando-os da figura do cidadão comum - p.e., agressores com múltiplas vítimas ou disfuncionalidades sexuais e/ou sociais podem ser apelidados de monstros ou predadores - 33 reforçando a imagem do agressor anormal e monstruoso, distinguível pelos membros da comunidade. Este efeito é fundamental para robustecer a ilusão de que estes crimes escasseiam, uma vez que resultam da disfuncionalidade social e/ou sexual de uma pessoa em particular, e não de um problema estrutural consequência da desigual distribuição de poderes entre homens e mulheres e da tolerância social à violência contra as mulheres.

Não obstante aparecerem maioritariamente no papel de vítimas, as mulheres também podem surgir no papel de agressoras passivas, acusadas de terem facilitado o crime (contra a/o sua/seu filha/o, p.e) ou de não o terem conseguido

-

³¹ A relação entre a atividade criminosa e as localidades de atuação do agressor pode ter um efeito de pânico nas comunidades, instando-as a comportamentos preventivos e, consequentemente, a uma maior culpabilização das vítimas que falhem essa prevenção. Seria importante pensar em fórmulas equilibradas de informar para a existência do crime sublinhando que o mesmo apenas existe por ação de quem o pratica.

^{32 &}quot;Detido homem que tentou violar taxista" (TV124, 20-12-2011), "Mata professora por puro prazer" (CM, 27-02-2014), "Três homens violam prostituta" (CM, 12-12-2013), "Pena de cadeia por violar caloira" (CM, 12-02-2012), "Desempregado rapta e viola ex-namorada" (CM, 22-12-2011), "Curandeiro condenado a 14 anos de prisão por violação" (DN Madeira, 29-05-2012). Estas categorias podem ainda cruzar-se com outras como a nacionalidade: "estudante francesa em choque" (CM, 31-10-2011), "Penas pesadas para violação em grupo de brasileira" (CM, 17-11-2011), "Turista italiana violada na praia" (CM, 17/08/2011), "Seis anos de cadeia por violar uma ucraniana na rua" (DN, 12-02-2014) ou "Gang viola turista suíça no Algarve" (CM, 15-11-2012).

³³ "<u>Predador da TVI</u> fez pelo menos 12 vítimas" (DN, 31-01-2012), "<u>Monstro da Graça</u> pode sair em 2015" (CM, 08-12-2011).

evitar ("Deixa filhas serem violadas pelo pai" (CM, 15-02-2012); "Mulher deixava a filha ser vítima de abusos: permitiu que o abusador vivesse em sua casa e tivesse sexo com a menor de 13 anos" (CM, 02.04.2018); "A mãe é suspeita de culpa por omissão, ou seja, de se ter calado em relação aos abusos que forçosamente teria de saber que aconteciam debaixo do teto onde vivia e mesmo com a sua presença em casa" (DN, 30-04-2015); "Feira: pena suspensa para mulher que permitiu abuso da filha menor" (buzztimes, 15.06.2018). Estes títulos neutralizam a responsabilidade do agressor para a existência do crime ao mesmo tempo que culpam a figura da mulher-mãe vista como a única responsável pela proteção das filhas.³⁴

Quando no papel de vítimas, é visível a crítica — mais ou menos subtil - à sua conduta, que emerge como uma sugestão de causa para a vitimação, culminando numa *culpabilização suave* (Ventura 2014), como ilustram estes exemplos: "Dinamarquesa à boleia violada por camionista" (*Correio da Manhã* 19-04-2012), "Mulher violada após sair de bar" (CM, 03-01-2012), "Rapariga violada ao voltar de festa" (Sábado, a partir do CM, 18-05-2014), "Jovem de 16 anos violada esta madrugada em Gaia" (JN, 17-05-2014), "Jovem violada na rua após um concerto" (DN, 29-04-2009), e ainda "Menor violado na noite do Porto" (TVI24, 21-04-2010).

Phyllis Anastasio e Diana Costa (2004) analisaram a cobertura mediática de crimes, numa perspetiva de género, e concluíram que as vítimas masculinas de violência mereciam um tratamento personalizado, com mais descrições sobre as suas trajetórias e características pessoais, sendo menos vezes tratadas por "a vítima". De acordo com as autoras, este tratamento conduzia a uma maior empatia em relação às vítimas masculinas o que contrastava com o tratamento despersonalizado dado às vítimas do sexo feminino, e consequentemente, com

_

³⁴ As exigências feitas às mulheres que são mães de crianças vítimas de violência (sexual ou física) são inatingíveis se revelam a suspeita de que um homem (em particular o pai da criança) abusa sexualmente do/a seu/sua filho/a são acusadas de alienação parental (Sottomayor 2014); se não fazem, são acusadas de serem coniventes com o abuso. Em suma: são sempre culpadas, mesmo quando não cometeram qualquer crime.

uma menor empatia em relação a estas. Não obstante a culpabilização das vítimas ser extensível também a crimes como o roubo ou homicídio, quando as descrições eram despersonalizadas, e a história da vítima não era situada e enquadrada, a culpabilização era particularmente acentuada, o que se verificava no crime de violação com vítimas femininas (Phyllis e Costa, 2004).

A projeção da culpa para as vítimas (victim blaming, Ryan 1971) — por se considerar que se revelaram incapazes de proteger a sua liberdade sexual, como nos exemplos acima descritos — opera diferentes efeitos, nomeadamente, o obscurecimento da responsabilidade e culpa de quem agride (Ventura 2014, 2018) e a sugestão de causa-efeito entre um determinado comportamento e o crime. Por sua vez, aquela sugestão de causalidade tem o efeito de distanciamento empático relativamente a determinadas vítimas, cuja conduta é percecionada - e mesmo qualificada - como oposta ao que é representado como expectável e apropriada (Benedict 1992). Meyers, por seu lado, adverte que a culpabilização das vítimas encontrada nas narrativas da imprensa funciona como um alerta para todas as mulheres (1997). Na senda de Brownmiller (1975), que sustentava que a ameaça de violação mantinha todas as mulheres "na ordem", Meyers defende que aquelas narrativas funcionam como um lembrete de que a ameaça é real e que acontece a quem transgride os seus papéis de género (embriaguez, pedir boleia, andar sozinha à noite).

Verifica-se ainda uma acusação às vítimas cuja denúncia mobilizou os recursos do Estado, cuja eficácia aparece neutralizada por falta de colaboração da vítima ("Estudante desiste de queixa e '<u>liberta'</u> trio", DN, 28-06-2013; "PJ caça violadores <u>mas vítima desiste</u>", CM, 18-08-2011; "abusos sexuais do Porto: jovem foi identificada <u>mas não apresentou queixa</u>", *Público*, 17-05-2017; *Expresso*, 17-05-2017). Em nenhum momento destas notícias se exploram os motivos pelos quais as vítimas são relutantes em apresentar queixa ou porque é que desistem do procedimento criminal (Maria 2004).

As ausências

Um dos aspetos fundamentais prende-se com o que não está presente nas narrativas. Uma das principais ausências é a contextualização e acompanhamento dos casos. Verifica-se que, relativamente à frequência, as notícias concentram-se no momento imediatamente após ataque ou quando há publicidade, no sentido de se tornar público o crime. Há menos notícias relativas à detenção (talvez por, em alguns casos, não se consiga identificar suspeitos/as) e diminuem ainda mais no período pós-julgamento. A contextualização e exploração desta fase poderia dar a conhecer as consequências do crime (a curto, médio e longo prazo) para as vítimas e suas famílias (e quais os recursos e serviços disponíveis para as mesmas), bem como compreender a resposta judicial e social a este tipo de violência. Outra ausência são as vozes de especialistas que permitiriam enquadrar e desconstruir as estereotipias associadas a comportamentos, quer de agressores quer de vítimas. A demonização dos agressores/as³⁵ observável nas narrativas da imprensa analisada impossibilita a tomada de consciência de que, frequentemente, aqueles/as são pessoas comuns, sem qualquer traço distintivo que os destaque negativamente na sua comunidade. Estas ausências contribuem para a reprodução de imagens estereotipadas das agressões sexuais, centradas no que se denomina a violação credível (Estrich 1987).

II. Subsídios para um guia português de boas práticas para o tratamento mediático de crimes sexuais

O grande desafio que se coloca aos/às jornalistas é noticiar crimes sexuais respeitando os direitos e garantias não apenas de quem é acusado/a mas também das vítimas.

³⁵ Não obstante a existência de agressoras sexuais, o seu número é muito reduzido comparativamente aos agressores, espelhando a assimetria criminosa presente em todos os crimes. Esta caracterização é encontrada nas estatísticas de todos os crimes (ver, p.e., os Relatórios da Administração e Segurança Interna e/ou os relatórios anuais da APAV, que acompanha vítimas – que podem ou não ter apresentado queixa crime). A literatura aponta diferentes explicações para a assimetria de género em matéria de criminalidade, que vão desde as teorias mais biologizantes, relacionadas com características neurobiológicas, com particular ênfase na distribuição hormonal, às teorias centradas na diferente socialização de género.

Como contar uma história sobre violência sexual?³⁶

Com uma perspetiva de direitos humanos das pessoas vitimadas. Para tal, é fundamental informação: estar familiarizado/a com e saber identificar mitos da violação, lembrando que são crenças enraizadas socialmente partilhadas — em maior ou menor grau — por todos os setores da sociedade, isto é, por cada um e cada uma de nós, e perceber porque é que a violência sexual é sub-representada nas estatísticas criminais e desaparece da trajetória judicial, com o efeito de erosão das queixas (Santos *et al.* 2009). Significa ainda conhecer as consequências traumáticas deste crime e reconhecer o caráter sistémico e estrutural do mesmo.

Envolve ainda informar a comunidade acerca dos recursos disponíveis para as vítimas e sobreviventes e para as suas famílias: organizações de apoio, serviços disponíveis, identificar instituições que realizam exames periciais, onde e em que condições se pode apresentar queixa, quais os procedimentos judiciais

Inclui dar a conhecer a perspetiva das vítimas/sobreviventes, protegendo a sua identidade e não permitindo a identificação dos seus contextos familiares/profissionais/ escolares (filmar a rua onde mora a vítima ou a escola que esta frequenta põe a vítima em risco) e assegurando o respeito pela sua privacidade e dignidade.

Como ouvir uma história de violência sexual?

Com respeito, centrando-se na dignidade e na segurança das vítimas. Isto significa antecipar e equacionar as consequências da publicação para a vida das vítimas e

96 |

³⁶ É possível encontrar, em formato digital, vários exemplos de guias para a imprensa: Reporting on Rape and Sexual Violence a media toolkit for local and national journalists to better media coverage, da Chicago Taskforce on Violence against girls & Young Women; Use the right words: media reporting on sexual violence in Canada, da Femifesto + Collaborators; Handle with care: a guide to responsible media reporting of violence against women, da Zero Tolerance – UK; Reporting on Sexual Violence: a guide for journalists, da Minnesota Coalition Against Sexual Assault, entre outros.

suas famílias e garantir que o desvelamento do processo traumático acontece quando a vítima está informada acerca dos seus direitos e estabilizada emocionalmente. É fundamental perceber quem é aquela pessoa, de que forma o crime a afetou e o que a fez apresentar/não apresentar queixa.

A linguagem importa

Como falar de quem agride e da sua relação com a justiça e com a vítima?

Os/as jornalistas têm o dever de respeitar a presunção de inocência, prevista na Constituição da República Portuguesa (n.º 2, art.º 32.º CPR) não transformando a pessoa denunciada em culpada, arguida ou em condenada. Todavia, respeitar a presunção de inocência não é – nem pode ser -, incompatível com o rigor na narrativa de quem acusa, nem com o direito das vítimas a serem consideradas credíveis. É longa a história de descrédito sobre as denúncias de violência sexual (Ventura 2018) e quem apresenta uma denúncia sabe que haverá muitos momentos de incredulidade e desconfiança face ao que se está a denunciar, ou perante quem se está a acusar. ³⁷

Até ao trânsito em julgado, as pessoas que apresentam queixa por violação (ou outro crime sexual) não são *alegadas vítimas*, mas antes "queixosas, denunciantes, ofendidas, pessoas que acusam". ³⁸ Qualificar de 'alegadas' vítimas e sobreviventes planta a dúvida sobre, se de facto, o crime aconteceu. Essa é uma questão a aferir pelo tribunal, no entanto, a presunção de inocência não implica uma suspeição imediata sobre quem acusa, como transparece pelo uso do "alegada/o".

³⁷ Os escândalos que envolveram figuras públicas como Harvey Weinstein ou Bill Cosby, cujas acusações de assédio sexual e violação foram sendo desvalorizadas pela sociedade e pelos media, mostra bem como o estatuto social pode proteger celebridades evitando os longos processos judiciais, condenando as vítimas que denunciam ao silêncio – não por elas não denunciarem, mas por não serem ouvidas – e permitindo que estes agressores continuem, impunemente, a sua atividade criminosa durante anos.

^{38 &}quot;Não podemos subestimar o poder encantatório de uma celebridade, mas a justiça virá", disse por seu lado Gloria Allred, advogada que representa muitas das **alegadas** vítimas de Cosby." (DN, 17-06-2017)

Sexo ou violência? A romantização da violência

É verificável nas narrativas da imprensa, quer nos discursos jurídicos, uma naturalização e desvalorização da violência inerente aos crimes sexuais e, em alguns casos, até mesmo uma romantização, das mesmas. Este fenómeno é igualmente observável nos discursos jurídicos (Ventura 2016, 2018) em que se fala de violência sexual aludindo a sexo ou a relações sexuais. O debate sobre a violação ser sexo ou violência é antigo (Bourke 2007) e ainda está por concluir, porém, não é difícil perceber que aludir a sexo quando se trata de relações forçadas pode ser um insulto para todas as pessoas vitimadas. Por exemplo, neste título transparece a ideia de que a punição da Ordem profissional a este arguido reside numa mera transgressão ética, obnubilando a acusação legal: Ordem propõe expulsão de psiquiatra que fez sexo com doente deprimida e grávida" (Público, 26-12-2011). Esta paciente acusou o seu médico-psiquiatra de a ter violado. De forma a evitar a normalização da violência – independentemente, de o tribunal ter qualificado ou não os atos como crime de violação - o título poderia transparecer precisamente essa acusação: Ordem propõe expulsão de psiquiatra acusado de violar doente deprimida e grávida. Falar de sexo quando se refere situações de violência sexual é particularmente grave no caso de crianças. Legalmente, o consentimento de crianças até aos catorze anos, em matéria de interações sexuais, é considerado irrelevante, pelo que, expressões como "o abusador (...) tivesse sexo com a menor de 13 anos" são inadmissíveis.

Adicionalmente à desvalorização e naturalização da violência, emerge a sua romantização com descrições que aludem a relações consentidas: "Padrasto ia <u>assumir</u> o bebé (...) Terá mesmo dito ao juiz que <u>estava muito feliz por a criança de 12 anos estar grávida</u>, uma vez que a sua companheira, mãe da menor, já não poderia ter filhos devido a problemas de saúde." (DN, 30-04-2015). Discursos que ampliam a voz de agressores, silenciando por completo a das vítimas, legitimam os abusos e neutralizam a violência. Neste caso, ninguém perguntou à

criança qual era a sua perspetiva face à gravidez e às circunstâncias em que a mesma ocorreu. Na impossibilidade de ouvir as vítimas e sobreviventes, recorrer a especialistas e a técnicos/as de apoio a vítimas (TAV) pode revelar-se um recurso inestimável, que permite contextualizar as possíveis consequências do crime para as vítimas.

Evitar descrever os agressores como monstros e predadores

A literatura demonstra que os/as agressores/as sexuais são, na sua maioria, homens que agridem maioritariamente mulheres suas conhecidas. Não obstante, as agressões perpetradas por desconhecidos serem as mais representadas nas narrativas da imprensa, estas são a minoria face aos cometidos por conhecidos das vítimas (Benedict 1992, Meyers 1997, Soothill e Walby 1991; Soothill 2004; Serisier 2017). A metamorfose de agressores, que antes da denúncia estavam perfeitamente integrados na comunidade (dos quais Harvey Weinstein, Bill Cosby ou Jimmy Savile são a ilustração cabal), reforça a ideia de que os/as ofensores/as são *anormais*, obnubilando que as agressões sexuais são cometidas maioritariamente por homens comuns e minoritariamente por mulheres comuns, sem qualquer incapacidade cognitiva ou traço distintivo.

Notas conclusivas

A imprensa internacional (e também a nacional – pense-se, p.e., no que ficou conhecido por Caso Casa Pia) tem desempenhado um papel fundamental no desvelamento da incidência dos crimes sexuais. Foram três repórteres que revelaram publicamente os crimes do produtor de cinema Harvey Weinstein³⁹, de Larry Nassar⁴⁰, ex-médico da equipa estado-unidense feminina de ginástica ou

_

³⁹ Jodi Cantor e Megan Twohey escreveram "Harvey Weinstein paid off sexual harassment accusers for decades" (*The Nav York: Times*, 05-10-2017) e Ronan Farrow publicou "From aggressive overtures to sexual assault: Harvey Weinstein's accusers tell their stories: multiple women share harrowing accounts of sexual assault and harassment by the film executive" (*New Yorker*, 10-10-2017)

⁴⁰ Tim Evans, Mark Alesia e Marisa Kwiatkowski ouviram a história de Rachel Denhollander, ex-ginasta e vítima de Lassar, o médico que abusava sexualmente das atletas alegando estar a fazer tratamentos. "Former USA gymnastics doctor accused

ainda das primeiras denúncias de crimes sexuais por parte de membros da igreja do Vaticano. É a imprensa, ao lado das ONG no terreno, que frequentemente, denuncia o uso da violação como arma de guerra.

Os jornalistas e, em particular, as jornalistas, são também alvo de ataques sexuais durante o desempenho do seu trabalho, como testemunhou a repórter Lara Logan, atacada após um direto a partir da Praça Tahrir, Egito, em fevereiro de 2011. Os resultados de um inquérito da *International Women's Media Foundation* (2014) revelaram que quase 2/3 das respondentes havia já sido vítima de abuso ou de assédio sexual no decurso da sua carreira profissional. Porém, apenas 19% haviam desvelado o crime.⁴¹

Os desafios que se colocam à imprensa, em matéria da cobertura noticiosa da violência sexual, passam também pelo reconhecimento de que a classe profissional - em particular as mulheres - não está imune a estes crimes. ⁴² As empresas de comunicação devem ter códigos de conduta e manuais de procedimentos com orientações sobre o que fazer em caso de vitimação. A elaboração e produção de guias de boas práticas tem necessariamente de incluir as perspetivas de especialistas que apoiam vítimas e sobreviventes e estruturas formadoras e organizativas da classe.

Referências

Anastasio, Phyllis e Costa, Diana. 2004. Twice hurt: how newspaper coverage may reduce empathy and engender blame for female victims of crime. *Sex Roles*, 51 (9-10): 535-542.

APAV.2016. Estatísticas Crimes Sexuais [2013-2015]. Lisboa: APAV.

of abuse" (12.09.2016, *IndyStar*), disponível em https://eu.indystar.com/story/news/2016/09/12/former-usagymnastics-doctor-accused-abuse/89995734/ [consultado em 12.06.2018].

100 |

_

⁴¹ A título de exemplo, ver ainda "Women journalists share their stories of sexual harassment" (22.08.2016, Newsweek), disponível em http://www.newsweek.com/sexual-harassment-women-journalists-stories-491942 [consultado em 12.06.2018].

⁴² Ver os resultados do inquérito promovido pela International women's media Foundation em linha https://www.iwmf.org/2013/12/global-research-project-investigates-violence-against-women-journalists/ [consultado a 02.01.2018]

- Barton, Alana e Storm, Hannah. 2014. Violence and harassment against women in the news media: a global picture. Washington: IWMF.
- Bavelas, Janet e Coates, Linda. 2001. Is it sex or assault? Erotic versus violent language in sexual assault trial judgments. *Journal of Social Distress and the Homeless* (10): 29-40.
- Benedict, Helen. 1992. Virgin or Vamp: How the Press Covers Sex Crimes. Oxford University Press.
- Bevacqua, Maria. 2000. Rape on the public agenda: feminism and the politics of sexual assault, Boston. Massachusetts: Northeastern University Press.
- Bourke, Joanna. 2007. Rape: a history from 1860 to the present. London: Virago
- Brownmiller, Susan. 1975. Against our will: men, women and rape. New York: Simon and Schuster.
- Burt, Martha. 1980. Cultural myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38 (2): 217–230.
- Cardoso, Sara. 2016. *Violação em contexto conjugal: vozes e perspetivas das vítimas*. Tese de mestrado apresentada à Universidade do Minho.
- Coates, Linda e Bavelas, Janet e Gibson, James. 1994. Anomalous language in sexual assault trial judgments. *Discourse & Society*, vol. 5 (2): 189-206.
- Conselho da Europa. One in Five: The Council of Europe campaign to stop sexual violenæ against children. [em linha] https://www.coe.int/t/dg3/children/1in5/default_en.asp [consultado em 11.06.2018].
- Crenshaw, Kimberle. 1989. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum* 140: 139-167.
- Davis, Angela. 1983. Women, race and class. New York: Random House.
- Estatísticas da Justiça. DGPJ Direção-Geral da Política de Justiça [em linha] http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgm_WindowName=pgmWindow_636643123639091250 [consultado em 11.06.2018].
- Estrich, Susan. 1987. Real Rape: how the legal system victimizes women who say no. Harvard University Press.
- Fairclough, Norman. 1989. Language and power: language in social life series. New York: Longman.
- Fairclough, Norman. 1992. Discourse and text: linguistic and intertextual analysis within discourse analysis. *Discourse & Society* (3): 193-217.
- Fairclough, Isabela e Fairclough, Norman. 2012. Political discourse analysis: a method for advanced students. London: Routledge.
- Fonseca, Farene. 2015. *A violência sexual nas relações de intimidade: das perícias forenses às decisões judiciais.* Tese de mestrado apresentada à Universidade do Porto.

- Franiuk, Renae e Seefelt, Jennifer e Cepress, Sandy e Vandello, Joseph. 2008. Prevalence and effects of rape myths in print journalism. *Violence Against Women*, 14 (3): 287-309.
- FRA European Union Agency for Fundamental Rights. 2014. *Violence against women: an EU-wide survey. Results at a glance.* Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- IWF Internet Watch Foundation. 2018. 2017 Annual Report. [em linha] https://annualreport.iwf.org.uk/ [consultado em 11.06.2018].
- INTERPOL e ECPAT. 2018. Towards a global indicator on unidentified victims of child sexual exploitation material: summary report. [em linha] http://www.ecpat.org/wp-content/uploads/2018/03/TOWARDS-A-GLOBAL-INDICATOR-ON-UNIDENTIFIED-VICTIMS-IN-CHILD-SEXUAL-EXPLOITATION-MATERIAL-Summary-Report.pdf [consultado em 11.06.2018].
- Maria, Susana. 2004. Mulheres sobreviventes de violação. Livros Horizonte.
- Mendes, Tatiana. 2016. A desocultação da violência sexual pelas vozes de mulheres sobreviventes: um estudo exploratório em relações de intimidade. Tese de mestrado apresentada à Universidade do Porto.
- Meyers, Marian. 1997. News coverage of violence against women: engendering blame. SAGE Publications.
- Ministério da Administração Interna: Gabinete do Secretário-Geral. 2017. RASI

 Relatório da Administração e Segurança Interna.
- Ministério da Administração Interna: Gabinete do Secretário-Geral. 2016. RASI

 Relatório da Administração e Segurança Interna.
- Ministério da Administração Interna: Gabinete do Secretário-Geral. 2015. RASI

 Relatório da Administração e Segurança Interna.
- Ministério da Administração Interna: Gabinete do Secretário-Geral. 2014. RASI

 Relatório da Administração e Segurança Interna.
- Ministério da Administração Interna: Gabinete do Secretário-Geral. 2013. RASI

 Relatório da Administração e Segurança Interna.
- Ministério da Administração Interna: Gabinete do Secretário-Geral. 2012. RASI

 Relatório da Administração e Segurança Interna.
- Ministério da Administração Interna: Gabinete do Secretário-Geral. 2011. RASI

 Relatório da Administração e Segurança Interna.
- Ryan, Kathryn. 2011. The relationship between rape myths and sexual scripts: the social construction of rape. *Sex Roles*, 65 (11): 774–782.
- Ryan, William. 1971. Blaming the victim. New York: Vintage Books.
- Santos, Jorge e Rodrigues, Marlene e Vieira, Regina e Nikolic, Dobrila e kelly, Liz e Lovett, Jo [coord.]. 2009., Diferentes sistemas, resultados semelhantes?

- Identificar o atrito em casos de violação registados em onze países. Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal.
- Sottomayor, Clara. 2011. O conceito legal de violação: um contributo para a doutrina penalista a propósito do acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 13 de abril de 2011. Revista do Ministério Público 128 (out-dez 2011): 273-318.
- Sottomayor, Clara. 2014. Temas de Direito das crianças. Coimbra: Almedina.
- Ventura, Isabel. 2014. "Entre Monstros e Anjos Caídos: a violência sexual nos jornais portugueses". In MONTEIRO, Leonor. Manual de Boas Práticas para as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (e todas as entidades que trabalham em prol dos direitos das crianças), 158-182. Porto: Associação Projecto Criar.
- Serisier, Tanya. 2017. "Sex Crimes and the Media". Oxford Research Encyclopaedia of Criminology. [em linha] http://criminology.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/97801902640 79.001.0001/acrefore-9780190264079-e-118#acrefore-9780190264079-e-118-bibliography-0001 [consultado a 05.05.2018].
- Soothill, Keith e Walby, Sylvia. 1991. Sex crime in the news. London: Routledge. Soothill, Keith. 2004. Editorial: sex crime and the media. Criminal Behaviour and Mental Health, 14: 227-230.
- Ventura, Isabel. 2015. "Um corpo que seja seu: podem as mulheres [não] consentir?". *ex aequo*, 31: 75-89. [em linha] http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci arttext&pid=S0874-55602015000100007 [consultado em 11.06.2018].
- Ventura, Isabel. 2017. Violência sexual: tensões entre mitos da violação e direitos humanos das vítimas. *Miscellanea*, 3-4: 20-26. APAV. Disponível em https://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/apav_miscelanea_03_04.pdf [consultado em 11.06.2018].
- Ventura, Isabel. 2017. "They never talk about a victim's feelings: according to criminal law, feelings are not facts" Portuguese judicial narratives about sex crimes. *Palgrave Communications* 2, article number 16101. http://www.palgrave-journals.com/articles/palcomms2016101 [consultado em 11.06.2018].
- Ventura, Isabel. 2018. *Medusa no Palácio da Justiça ou uma História da violação sexual.*Lisboa: Tinta da China.

6. Violência sexual nas notícias da agência LUSA

Cristina Leite

Este texto resultada minha investigação de doutoramento em Ciências da Educação, apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/29030/2006) e defendida na Universidade do Porto (Leite 2014). A tese centra-se em três temas: educação, sexualidade e *media* e, inicialmente, não havia a intenção de estudar as questões da violência. Posteriormente, em função dos dados recolhidos, o tema da violência destacou-se e foi também incluído no estudo.

Enquadramento

Começo com uma mensagem, que nem sempre está explicitamente presente à nossa volta, e que é uma saudação: "A paz esteja convosco" (Jo 20 19 e Lc 24, 36). Esta é uma citação bíblica, relatada nos Evangelhos de João e de Lucas. Penso que, se estamos a falar sobre violência, talvez seja útil falarmos também de paz. Independentemente da fé de cada um, ou da relação que tem com o Cristianismo, esta citação faz parte da nossa tradição cultural. Quer acreditemos ou não em Deus, facilmente reconhecemos estas palavras e nos identificamos com elas.

Mas podem perguntar o que é que esta frase tem em comum com os temas deste encontro — a violência e os *media* - e mesmo sexualidade. Eu queria partir desta frase para esses temas e fazer aqui um paralelo, chamando a atenção para dimensões mais abrangentes, que muitas vezes não vemos quando focamos muito a nossa atenção e fechamos o nosso olhar, perdendo a visão do todo.

Primeiro que tudo, o que é que esta frase tem a ver com sexualidade? Desde logo, até pelo contexto em que foi proferida e que nos vem à mente quando a ouvimos, a frase apela a um sentido de sagrado, recorda um aspeto da experiência espiritual humana. E a sexualidade pode ser vista como uma dimensão sagrada, ainda que esta associação não seja muitas vezes reconhecida. Cito aqui Georges Bataille (1988 [1957]), um autor que apresenta uma visão antropológica do sagrado. Ele divide a vida humana em dois tipos de experiência: uma experiência profana, que é representada pela vida ordinária, o quotidiano comum, as rotinas, o trabalho, a ordem; e uma experiência sagrada, que é representada pela vida "extra-ordinária", que inclui tudo o que está fora da rotina quotidiana, tudo o que está para lá do trabalho (a festa, o excesso, a violência, a desordem), incluindo, por excelência, o sexo e a morte. O profano e o sagrado são dimensões humanas que se complementam: a ordem e a desordem, a obediência e a transgressão, a vida e a morte. Nenhuma faz sentido sem a outra, e ambas nos são essenciais.

Em segundo lugar, vejamos a relação entre esta frase e a violência. A frase refere a paz, e nós tendemos a ver a violência como uma situação isolada, uma relação dual entre a vítima e o agressor. Eu gostava de falar na violência de uma forma mais alargada, encarando-a como uma falha na experiência de paz interior e, consequentemente, de paz comum. Muitas vezes, os casos de violência parecem não ter solução, são dolorosos e difíceis para nós, como civilização, e são vistos como catástrofes que nos afetam a todos e com as quais não sabemos lidar. Entendo que, numa relação de violência, todos são vítimas. Podemos olhar para os agressores não só como portadores de violência sobre os outros, mas também sobre si próprios, como recetores dessa mesma violência, como vítimas, antes de mais de si mesmos. Não quero com isto defender os agressores ou a prática da violência, quero somente colocar a questão num contexto mais abrangente e permitir um novo olhar que possa apontar para uma solução efetiva, para além da manutenção da divisão do mundo entre bons e maus, agressores e vítimas.

Finalmente, de que forma se relaciona esta frase com os *media?* Na frase, a palavra "convosco" apela a um sentido de comunidade, de pertença, de união. Entendo os *media* como um instrumento com potencial de formação e fortalecimento de comunidades, como um meio de comunicação entre pessoas e como uma possibilidade de construção de significados partilhados. Antes de haver meios tecnológicos de comunicação social, como existem hoje em dia, já existiam comunidades, comunicação, significados partilhados. Tudo isto hoje continua a existir, mas temos um meio acrescido, com uma capacidade de influência muito alargada e, por isso, com uma maior responsabilidade. As responsabilidades sociais são de todos, mas estão também nas mãos dos profissionais de jornalismo.

Há então aqui três pilares da existência humana, que são convocados por esta questão da violência sexual, e que são a paz, a sexualidade e a comunidade. A existência de uma comunidade significativa para os seus membros pode contribuir para o reconhecimento do sentido da vida, para a paz interior e, consequentemente, para a diminuição da violência, nomeadamente sexual, particularmente se a sexualidade for entendida como uma experiência de sagrado, atribuindo à vivência humana um sentido mais profundo e mais duradouro.

Ainda em termos conceptuais, gostaria de fazer referência a alguns aspetos da sexualidade e dos *media* e da sua influência na nossa vida. Não devemos esquecer que o sexo está na origem da vida humana como nós a conhecemos. Desde a existência de espécies sexuadas, o sexo é um ato biologicamente essencial para a continuação da vida. A reprodução sexuada aumentou a diversidade e permitiu saltos evolutivos que não seriam possíveis num contexto assexuado. A sexualidade tem ainda funções sociais e culturais (basta pensar em questões de género, poder, moralidade sexual ou mesmo formação de casais e de famílias, que

são as células da organização social). O sexo desempenha ainda funções espirituais, ou de acesso ao sagrado, como já vimos.

Relativamente aos *media* – refiro-me apenas aos *media* noticiosos, porque foram o alvo do meu estudo – podem ser entendidos como uma via de educação informal e não apenas como veículos de transmissão de informação neutra. A teoria da notícia como uma construção social – ou seja como uma narrativa possível e não única dos acontecimentos – é defendida por diversos autores (p.e., Hall *et al.* 1999 [1978]; Tuchman 1978; Molotch e Lester 1999 [1974]). Destaco o conceito de valores-notícia, que são os critérios que conduzem à transformação de um acontecimento em notícia (negatividade, personalidades, imprevisibilidade, por exemplo) e a existência de agências noticiosas, como fontes de rotina para os *media* noticiosos. Feito este enquadramento conceptual, vou agora entrar mais especificamente no trabalho de campo da minha tese de doutoramento.

Investigação empírica

Relativamente à pesquisa empírica, este trabalho é um estudo de caso aplicado à Agência Lusa, a única agência noticiosa jornalística em Portugal (Agência Lusa 2011). É responsável pela prestação de serviço público e tem um papel importante no estabelecimento da agenda noticiosa sendo uma fonte de rotina para os *media* noticiosos nacionais. A amostra foi recolhida a partir do arquivo de texto *online* da Lusa, onde estão registadas as notícias publicadas desde a fundação da agência. A Lusa foi fundada em 1987 e o arquivo contém documentos a partir dessa data. O acesso a estes artigos tem um custo, mas é disponibilizado gratuitamente para fins académicos, e é uma fonte de informação muito rica, que está disponível e é ainda pouco utilizada.

O estudo de caso englobou todas as notícias sobre sexualidade desde 1987 a 2009, cobrindo um período de 23 anos. Foram amostrados apenas os títulos das

notícias, não tendo sido estudado o corpo da notícia. Esta seleção foi feita com base em palavras-chave, que foram as seguintes: "sexualidade", "sexual" e "sexo". Os dados recolhidos foram submetidos a análise de conteúdo com recurso ao software NVivo. Foram criadas diversas categorias e foram usadas as primeiras quatro questões jornalísticas – "quem?, o quê?, onde? e quando?" –, uma vez que as respostas às duas restantes questões – "como? e porquê?" – não estavam facilmente acessíveis nos títulos.

Resultados

No total, foram obtidas 1765 notícias, cujos títulos foram analisados. Cada um deles foi incluído numa das sete categorias criadas: "violência" (48,98% do total de títulos, subdividida em "violência menores" e "violência adultos"), "educação" (14,45%, subdividida em "educação formal" e "educação não formal"), "media e cultura" (11,50%), "saúde" (7,65%), "costumes e práticas" (6,46%), "identidade" (5,61%) e "direitos" (5,44%).

As várias categorias mostram qualitativamente e quantitativamente os principais temas das notícias sobre sexualidade publicadas durante período em estudo. Quanto a dados numéricos: num total de 1765 notícias, o número de notícias sobre violência sexual é de n=863, dividindo-se em n=500 notícias relativas a violência sexual sobre adultos e adultas e n=363 notícias relativas a violência sexual sobre menores. Na sequência destes dados, e perante valores tão elevados, considerou-se pertinente estudar o fenómeno da violência. Vou centrar-me especificamente nas notícias sobre violência sexual e não vou detalhar os restantes temas noticiados, uma vez que não se relacionam diretamente com o tema desta publicação.

A cada um dos títulos foram colocadas as questões jornalísticas. A primeira pergunta – "quem?" – refere-se aos sujeitos noticiados. Nas notícias que se

referem a situações de agressão, há dois sujeitos implicados na notícia: agressor(es) e vítima(s). Há ainda notícias em que o sujeito é institucional, incluindo associações de defesa de vítimas, instituições governamentais e organismos internacionais. Há também profissionais e figuras públicas que fazem declarações diversas. Em relação à pergunta "o quê?", referente às temáticas, as notícias referem-se maioritariamente a casos isolados de violência sexual e ao seu seguimento. Várias notícias surgem em sequência, geralmente decorrentes de denúncias, detenções ou acompanhamento de processos judiciais. São ainda noticiadas algumas medidas de combate ao fenómeno. Relativamente à questão "onde?", ou seja, a localização geográfica, as notícias sobre violência sexual referem-se maioritariamente a acontecimentos nacionais (n=468), surgindo, em segundo lugar, os Estados Unidos da América (n=96).

Em relação à questão "quando?", ou seja, a distribuição no tempo, verifica-se um aumento progressivo de notícias sobre violência sexual ao longo do período estudado. Nos primeiros quatro anos o número de ocorrências é muito baixo. Entre 1991 e 1998 há uma sequência de casos de escândalo sexual nos Estados Unidos da América, em que várias mulheres acusaram homens, com estatuto de figuras públicas, de assédio sexual. Isto fez aumentar o número de notícias de violência sexual sobre adultos/as nesse período. Adicionalmente, a partir de 2002, deu-se o caso Casa Pia, em Portugal, o que fez disparar a atenção mediática sobre situações de violência sexual sobre crianças, sendo que, em 2003, há um número muito elevado de notícias (n=95). A partir daí, na sequência deste acontecimento-chave, o tema ganha valor-notícia e a violência sexual sobre menores passa a ter um destaque mediático que permanece no tempo.

Discussão e recomendações

Nas notícias sobre sexualidade da Agência Lusa, destaca-se o tema da violência sexual, que atinge um valor próximo de 50% do total de notícias. Fazendo

algumas reflexões sobre estes dados, encontramos uma associação entre sexualidade e violência e uma atenção mediática muito clara sobre a violência sexual. Podemos então encarar esta questão em termos das dimensões do sagrado, do profano e da transgressão de que falávamos no início. A violência sexual junta duas dimensões sagradas, "extraordinárias", de transgressão à ordem profana da vida – o sexo e a violência –, o que faz aumentar o interesse do público. O tema reúne também diversos valores-notícia, nomeadamente negatividade, significatividade, continuidade e personalidades, merecendo atenção continuada dos *media* noticiosos.

Na sequência destes resultados, gostaria de fazer algumas reflexões e deixar alguns apelos em relação aos três temas sobre os quais se debruça este texto e este *ebooks media*, sexualidade e violência. Relativamente aos *media*, é importante lembrar que os jornalistas estão sujeitos a muita pressão. Estamos todos. Mas isso não nos deve fazer sentir que não há nada a fazer ou que não há responsabilidades que devemos assumir. Os jornalistas têm uma responsabilidade em relação à forma como comunicam os acontecimentos e frequentemente apresentam-nos isoladamente, sem criar um contexto, sem fazer uma integração, sem produzir uma narrativa. E essa narrativa faz falta para uma compreensão integrada do mundo, que os *media* devem ajudar a construir, como parte da sua função educativa informal.

Quanto às questões sexuais, importa não olharmos para o sexo como algo que está isolado da nossa vida: somos ser sexuados desde a nossa conceção até à nossa morte. A sexualidade é uma parte da nossa identidade enquanto seres humanos. Independentemente das nossas práticas e da expressão da nossa sexualidade, ela existe e faz parte de nós, devendo merecer, da nossa parte, o maior respeito.

Em relação à violência, já deixei a minha sugestão para que se ultrapasse a visão dual entre agressores e vítimas e se reconheça que, em diferentes circunstâncias da vida, todos somos vítimas e todos somos agressores (sobre nós e sobre os outros). Supomos, habitualmente, que o estado normal é o de total ausência de violência e o perfeito cumprimento das regras. Aceitar que cada indivíduo tem em si mesmo a tendência para a observância das regras e para a desobediência (que a vida humana é constituída tanto por dimensões profanas, como por dimensões sagradas), permite-nos ter uma visão mais completa e humana da existência.

O trabalho de Alfred Kinsey e colaboradores (Kinsey et al. 1948 e 1953), feito durante as décadas de 1940 e 1950, nos Estados Unidos da América, alterou substancialmente a nossa visão sobre a sexualidade e teve efeitos sobre as políticas sexuais. Foi um trabalho liderado por um biólogo, que estudava insetos, e que, a dada altura, começou a estudar a sexualidade humana e decidiu perguntar às pessoas o que, de facto, elas faziam sexualmente, procurando assim perceber quais os comportamentos sexuais, afastando-se da presunção de que as práticas estavam sempre de acordo com a norma cultural. O que encontrou foi um panorama completamente diferente da expetativa de comportamentos regidos pelas normas socialmente aceites à época. Os seus resultados incluem práticas como masturbação, sexo pré-marital ou extraconjugal, homossexualidade, sexo oral ou anal, com valores muito mais elevados do que o esperado. Estes resultados provocaram escândalo, mas permitiram alterar radicalmente a visão ocidental sobre o que era a sexualidade e a normalidade, porque houve uma série de comportamentos que eram considerados tabu e que ninguém assumia que fossem praticados por pessoas "normais", e o estudo revelou que as pessoas tinham uma relação com as práticas sexuais muito diferente da que se supunha.

Do meu ponto de vista, temos a mesma convicção em relação às práticas violentas. Consideramos que há uma norma de bondade que todos cumprimos, a

não ser que sejamos explicitamente violentos e, portanto, "anormais". Tendemos a achar que há "pessoas boas" e "pessoas más", e não reconhecemos em nós, ou nas pessoas que achamos que são "boas", o impulso para a violência que todos nós temos (e da mesma forma, não reconhecemos nas pessoas que achamos que são "más", o impulso para a bondade que todos nós temos). De maneira geral, entendemos a violência como algo que deve ser apagado, eliminado, que deve deixar de existir, que não faz parte da nossa natureza ou que faz parte da natureza, mas deve deixar de fazer com a evolução da civilização. Acho que seria muito interessante e muito curioso realizar um trabalho de investigação que estudasse as práticas de violência, da mesma forma que os Relatórios Kinsey estudaram as práticas sexuais. Acredito que iríamos compreender a violência de uma forma completamente diferente. Portanto, fica aqui o desafio lançado, para a realização deste estudo, que penso que seria extraordinariamente esclarecedor da nossa natureza humana.

Um outro trabalho que falta fazer (ou pelo menos faltava à data da conclusão da minha tese) é o estudo do impacto da Lusa nos *media* noticiosos nacionais. É muito frequente vermos notícias quase exatamente iguais em vários meios de comunicação social diferentes, tendo todas por base a notícia divulgada pela Lusa. É importante estudar a utilização dos dados da Lusa pelos outros meios de comunicação social, para perceber a dimensão do impacto da agência noticiosa nacional sobre a informação que chega ao público. O arquivo *online* da Agência Lusa está disponível e é um excelente repositório de dados que pode e deve ser mais usado na investigação. Seria também interessante estudar o potencial educativo dos *media*, e a forma de o explorar de forma socialmente responsável.

E termino, como comecei, a plantar paz. De novo com uma citação que é, para mim, muito esclarecedora: "You don't fight for peace, you peace for peace". Esta frase de David Icke, pode ser traduzida como "Tu não lutas pela paz, tu fazes a

paz pela paz". Habitualmente, gastamos demasiada energia a lutar contra aquilo com que não concordamos e desperdiçamos assim essa energia, quando poderíamos estar a usá-la para criar algo novo, aquilo que achamos que deveria existir. Não se vence a violência com a violência. Não se "luta" pela paz, não se faz a paz pela guerra, mas faz-se a paz pela paz.

Referências

- Agência Lusa. 2011. *Quem somos/Estratégia/Valores*. [online] http://www.lusa.pt/info.aspx?page=estrategia [consultado a 22-10-2012].
- Alves, Herculano e Ramos, José Augusto (Coords.). 1998. *Nova Bíblia dos Capuchinhos*. Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica (livros referenciados: Evangelho segundo S. João, Evangelho segundo S. Lucas).
- Bataille, Georges. 1988 [1957]. O Erotismo. Lisboa: Antígona.
- Hall, Stuart, Chritcher, Chas, Jefferson, Tony, Clarke, John e Roberts, Brian. 1999 [1978]. "A produção social das notícias: o mugging nos media" in Nelson Traquina (Org.) Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias", 224-248. Lisboa: Vega Editora.
- Molotch, Harvey e Lester, Marilyn. 1999 [1974]. "As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos" in Nelson Traquina (Org.) Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias", 34-51. Lisboa: Vega Editora.
- Tuchman, Gaye. 1978. Making News: A Study in the Construction of Reality. Nova Iorque: Free Press.
- Kinsey, Alfred Charles, Pomeroy, Wardell B., Martin, Clyde E. e Gebhard, Paul H. 1998 [1953]. Sexual Behavior in the Human Female, 849. [online] http://books.google.pt/books?id=9GpBB61LV14C&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false [consultado a 02-09-2010].
- Kinsey, Alfred Charles, Pomeroy, Wardell B. e Martin, Clyde E. 1975 [1948]. Sexual behavior in the human male, 809p. [online] http://books.google.pt/books?id=pfMKrY3VvigC&printsec=frontcove r&dq=sexual+behavior+kinsey+google+books&hl=en&sa=X&ei=flM wUsyyJYbX7AblsYD4AQ&ved=0CC8Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false [consultado a 02-09-2010].
- Leite, Cristina. 2014. Sexualidade e Educação: Qual o papel das agências noticiosas? Estudo de caso da Agência Lusa. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

www.davidicke.com

Esta comunicação resulta de um projeto de investigação, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através da Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/29030/2006, no período de 1 de outubro de 2006 a 30 de setembro de 2010.

Boas práticas para a Comunicação Social

7.Confiança, sensibilidade e bom senso – somos responsáveis por cada história

Catarina Marques Rodrigues

Confiança, sensibilidade e bom senso. Palavras que devem nortear sempre o trabalho de jornalistas, académicos/as e investigadores/as, mas que ganham especial importância quando tratamos temas relacionados com violência sexual.

Há duas dimensões inerentes à violência sexual: a dimensão pessoal e a dimensão pública. São episódios do foro íntimo, que pertencem à esfera privada e pessoal de quem os viveu, mas são também episódios que constituem interesse público, porque todos os cidadãos e cidadãs precisam de saber que existem¹, que acontecem à nossa porta e que são cometidos por pessoas de todas as características, dos mais variados contextos. Quando falamos em interesse público, falamos em interesse para o Estado, para as organizações políticas e sociais e para a sociedade civil - para quem faz as leis, para quem garante que elas se cumprem e para quem vive sob a sua orientação, ou seja, para todas e todos nós. Este é um dos poderes do jornalismo: dar voz a quem não a tem, amplificar a voz a quem é menos notado. Hoje, com o potencial do mundo virtual que inclui redes sociais e um alcance infindável, esse poder é maior do que nunca. Uma simples história consegue chegar a qualquer canto do mundo. Pode ser lida e ouvida em qualquer casa, em qualquer local de trabalho. Com o poder vem também a responsabilidade. O jornalismo tem o poder de trazer determinados temas para a praça pública e, quando não fala deles, tem o poder de os apagar ou de fazer com que sejam esquecidos. Denunciar pode ter tanto impacto como ignorar. Quando se escolhe ignorar a história, escolhe-se remetê-la ao esquecimento, colocá-la no silêncio, no vazio, e no silêncio fica o acontecimento, o agressor, as falhas do sistema.

No lote dos valores imprescindíveis está o **respeito**. Respeito por quem retratamos (pelas vítimas e sobreviventes), pelas fontes com quem falamos, pelos/pelas investigadores/investigadoras que consultamos, por todos/as os/as intervenientes que ouvimos. Esse respeito traduz-se em escrever ou gravar exatamente as mensagens que nos foram passadas, sem pós extra, sem sublinhados desnecessários, sem maquilhar a história.

A inimiga número um de jornalistas e investigadores é a **pressa**. Quando se trata de um trabalho sobre este tema, o tempo é um bem mais que precioso. É preciso tempo para conseguir a história propriamente dita, tempo para a maturar, tempo para a contar. É preciso tempo para ouvir. Os/as jornalistas têm muitas vezes de estar três, quatro, cinco vezes com uma pessoa para conseguir o conteúdo substancial para compor aquele trabalho. Por vezes é preciso estar duas e três horas com uma pessoa para aproveitar dois ou três minutos. É preciso dar tempo e liberdade de partilha aos protagonistas da história, é preciso dar-lhes tempo para processar informação, é preciso tempo e disponibilidade para responder a todas as perguntas que nos forem colocadas. Tudo isto deve ser feito com o foco no objetivo primordial: contar a história tal como é. É preciso assumir que o tempo é hoje um grande inimigo nas redações, contra o qual todos/as os/as jornalistas lutam. É preciso alimentar vertiginosamente os sites -- as page views e as redes sociais contam muito para a equação -- é preciso responder à atualidade, é preciso ter produtos frescos todos os dias para lançar. Nessa ânsia cometem-se erros que podem depois destruir a credibilidade. É preciso ler, reler, clarificar e refletir.

Se a pressa é a inimiga número 1, a **confiança** é a amiga número 1. A confiança começa a ser estabelecida no primeiro contacto e tem de ser alimentada durante

todo o processo. Falamos de estabelecer uma relação de confiança não só com a/o protagonista da história, mas com todos/as os/as envolvidos/as: associações, investigadores, fontes. A confiança é a consequência de uma relação transparente e faz-se de proporcionar um ambiente seguro de partilha. Aqui, é importante dizer à pessoa que está à nossa frente que, se por alguma razão ficar desconfortável, pode interromper o raciocínio, pode fazer uma pausa, pode partilhar as suas dúvidas e/ou receios. Imaginemos um primeiro encontro entre o/a jornalista e uma fonte. Encontram-se numa sala, sentam-se à mesa. O primeiro instinto do/da jornalista é tirar o gravador ou o telemóvel e começar a gravar. Uma das formas de estabelecer confiança com a fonte é optar por conversar primeiro sem começar logo a tirar notas. Conversar primeiro, gravar depois. Conversar mais, "entrevistar" menos.

Antes da entrevista, há uma série de perguntas preparadas pelo/a jornalista que o/a vão orientar durante o processo. Esse guião constitui uma base importante para o desenrolar da conversa, mas não deve ser visto como um documento para seguir à risca. O/a jornalista deve ser flexível durante a conversa, deve dar liberdade à pessoa para começar por onde quiser, deve estar atento/a e ouvir o que a outra pessoa lhe está a dizer ao invés de respeitar escrupulosamente um guião pré-preparado. É preciso dar liberdade à pessoa para ir pelos caminhos que quiser. Cometemos muitas – demasiadas – vezes o erro de interromper quem está à nossa frente. A pessoa começa a responder e nós já estamos a interromper com outra pergunta. É preciso calma, deixar o relógio à porta e deixar a conversa fluir. É preciso aceitar que a pessoa pode afinal preferir conversar noutro dia, pensar melhor sobre o assunto, ou até desistir de contar a sua história. Faz parte do processo.

O bom senso e sensibilidade devem nortear o trabalho do/a jornalista, mas também dos/as editores/as e dos/das diretores/as. Nem tudo o que a pessoa

conta deve ser publicado. Há pormenores que nos são revelados, mas que não devem passar para o público, porque não acrescentam valor à história nem constituem informação essencial para a compor. Revelar determinados pormenores sem justificação pode soar a sensacionalismo. Dirão: a pessoa sabia que estava a falar com um/a jornalista e que tudo o que dissesse poderia ser publicado. É verdade, mas nós, enquanto profissionais da área, temos de ser o filtro entre o que é informação e o que é perversão.

No que toca à construção da história, há vários aspetos a considerar:

- **Proteger as fontes.** Se há um pedido de anonimato, esse pedido deve ser respeitado. Descrições de gestos, expressões faciais, traços de linguagem ou de aparência, pormenores sobre a zona de residência/trabalho ou sobre as rotinas do dia-a-dia podem identificar alguém que não quer (ou não pode) assumir a sua identidade.
- Verificar os factos. Confirmar os factos é essencial para dotar a história do rigor exigido. Esse é um trabalho que pode ser feito com os/as protagonistas das histórias, mas também com as associações que as apoiam, com pessoas que as rodeiam, com a família, etc. Há perguntas que não precisamos de fazer a quem passou por um episódio tão pessoal e tão íntimo, como pormenores relativos a dias, horas, locais.²
- Ir além do episódio. Conhecer a vida e a rotina daquela pessoa. Saber mais, adquirir contexto. Saber o antes e o depois, como é que recuperou, como é que está a sua vida. Fazer mais reportagens sobre todas as dimensões do fenómeno. Insistir muito com quem decide para se dar mais espaço a ângulos diferentes. Há outras formas de contar a história além do foco no corpo vulnerável da mulher? Há. Podemos focar-nos mais na pessoa que agride e menos na vítima/sobrevivente. Podemos mostrar que os/as agressores/as também estão na classe média/alta, têm altos níveis

- de escolaridade, também fazem parte dos contextos que frequentamos todos os dias e consideramos seguros e controlados.
- Explicar conceitos. Um dia cheguei à redação e disse que queria fazer uma reportagem sobre jovens transgénero. "Jovens transsexuais?", questionaram. "Não, jovens transgénero", respondi. Logo de seguida, a surpresa: "Qual é a diferença?". Num outro episódio, quando propus fazer uma reportagem sobre o fenómeno da violação dentro do casamento, ouvi o espanto de várias pessoas: "Como assim? Se são casados, como é que pode ser violação?". Conto estes dois exemplos para ilustrar o desconhecimento que existe sobre estas questões. É preciso desconstruir, informar, explicar. Será que é claro para toda a gente o que é violência sexual, o que é violação, o que é abuso sexual? Quais são as práticas/atos dentro de cada um destes fenómenos? É preciso clarificar: não só nas peças jornalísticas para o público em geral, mas também nas redações, nos colóquios, em encontros da sociedade civil.

E quando são os/as próprios/as jornalistas os alvos de violência sexual?

Determinados contextos e países são, à partida, mais vulneráveis no que diz respeito ao abuso sexual. Ser jornalista e mulher é uma combinação bastante perigosa em alguns locais. A jornalista da CBS Lara Logan foi atacada e agredida sexualmente no Egito, Cairo, em fevereiro de 2011³. Já tinha experienciado violência sexual antes, no Afeganistão, quando um homem lhe agarrou as mamas. Outro caso noticiado foi o de Jenny Nordberg, jornalista norte-americana que estava no Paquistão em 2007 a trabalhar e foi alvo de violência sexual por parte de um grupo de homens. Jenny estava numa procissão numa das cidades, separouse do grupo com quem estava e ficou rodeada por um grupo de homens que a agrediram. Na altura optou por não contar o que tinha acontecido, mas quebrou o silêncio passado algum tempo. E explicou depois ao Comité para a Proteção de Jornalistas o porquê de ter optado por esconder o que tinha acontecido³. Jenny

Nordberg disse que era "embaraçoso" pensar em contar aos colegas de trabalho e chefes de redação. Ela é jornalista, vai para um cenário de conflito, é suposto que seja "valente" o suficiente para estar ali. No seu entender, falar sobre o episódio fragilizaria a sua imagem perante os outros, colocar-lha-ia numa posição de fraqueza. Jenny justificou ainda que não queria que pensassem nela "como uma rapariga", sendo que aqui ser "rapariga" significa ser frágil, sensível, fraca. Acrescentou ainda que o seu silêncio se deveu ao facto de temer não ser compreendida, de temer que pensassem que ela tinha feito alguma coisa para provocar aquele comportamento naqueles homens.

Há vários relatos de jornalistas que optam por não partilhar o episódio de violência sexual de que foram alvo porque temem o estigma profissional. Receiam ser vistas/os como vulneráveis e que lhes sejam negados trabalhos a partir daí. Temem perder a reputação conquistada. Temem que, a partir daí, os editores pensem que elas/eles precisam de proteção especial ou de atenção especial e que isso bloqueie novas oportunidades de carreira. Os episódios de violência sexual acontecem no terreno, mas traduzem-se também no assédio sexual no local de trabalho. Traduzem-se na chantagem, na retaliação, no uso do poder e da agressão sexual como forma de induzir determinado comportamento, de travar determinada ação, de demover determinado trabalho.

E as imagens? É sempre possível fugir aos estereótipos.

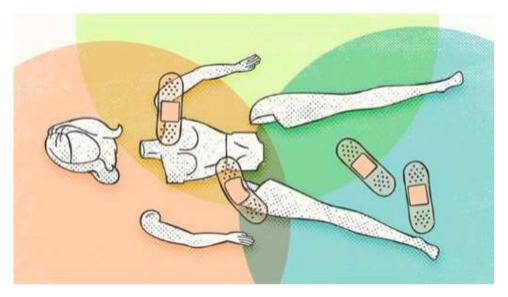


Figura 1 - Andreia Reisinho Costa

Este é um exemplo de que é possível fazer diferente num trabalho sobre este tema. O assunto é duro, as histórias são duras, mas podemos fugir às imagens a preto e branco, sombrias, às silhuetas e às caras distorcidas ⁴. Esta é uma ilustração da Andreia Reisinho Costa, designer, que consta na minha reportagem intitulada "Quando elas são violadas pelos maridos". Gosto especialmente desta imagem porque espelha o que está contado e foge aos estereótipos. É um interior despedaçado, mas recuperável.

Antes de sermos jornalistas, investigadores, académicos ou ativistas, somos pessoas. Todos e todas temos preconceitos, ideias feitas, experiências passadas que nos fazem retirar conclusões sobre um determinado assunto. Precisamos de abrir a nossa mente para outras perspetivas. Precisamos de contribuir ativamente para o esclarecimento da sociedade.

Referências

Berman, Nina. 2017. "How photojournalists cover sexual violence" (10.05.2017) in New York Times. Disponível em: https://lens.blogs.nytimes.com/2017/05/10/how-photojournalists-cover-sexual-violence-against-women/ [consultado a 29.01.2018].

- Institut National de Santé Publique. "Covering sexual assault in the media" (Media kit on sexual assault). Disponível em: https://www.inspq.qc.ca/en/sexual-assault/media/covering-sexual-assault-media [consultado a 29.01.2018].
- Nieman Reports. 2017. "Covering sexual assault". Disponível em: http://niemanreports.org/articles/covering-sexual-assault/ [consultado a 29.01.2018].
- Wolfe, Lauren. 2011. "The silencing crime: Sexual violence and journalists" in Comittee to Protect Journalists, (7.06.2011). Disponível em: https://cpj.org/reports/2011/06/silencing-crime-sexual-violence-journalists.php [consultado a 29.01.2018].

8. Media e violência sexual contra crianças: desafios para uma cobertura noticiosa baseada nos direitos infantis

Lídia Marôpo

Tenho investigado diversos aspetos da relação entre crianças e media, com especial destaque para a cobertura noticiosa, geralmente, numa perspetiva comparada entre Brasil e Portugal. O que trago aqui são reflexões resultantes da minha tese de doutoramento em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa (2010) e de inúmeros trabalhos publicados posteriormente. A minha ideia é apresentar uma análise aplicada, referindo um conjunto de desafios centrais para melhorar a cobertura jornalística sobre violência sexual contra crianças, tendo em conta os seus direitos.

A cobertura noticiosa promove a visibilidade de problemas e de grupos sociais, contribuindo significativamente para a construção social da realidade. O tema aqui em questão, a violência sexual contra crianças, por exemplo, era praticamente invisível há algumas décadas (Critcher 2002; Ponte 2005). Em inúmeros países, a partir de denúncias de abusos e outros crimes no seio da Igreja Católica, que alcançaram enorme repercussão mediática e comoção social, o tema ganhou visibilidade pública.

Em Portugal, o chamado Caso Casa Pia pode ser considerado um divisor de águas na cobertura sobre a temática. As denúncias de abusos sexuais contra crianças e jovens do sexo masculino numa instituição estatal de acolhimento, envolvendo autoridades e figuras conhecidas do grande público, vieram a público em setembro de 2002 e receberam enorme atenção mediática. Em setembro de 2010,

seis arguidos foram condenados pela Justiça após um longo processo judicial que recebeu intensa atenção mediática.

Ao analisar a mediatização do Caso Casa Pia e a sua influência no discurso noticioso, Sousa (2006, 128-129) concluiu que "o esforço de contextualização da violência sexual contra crianças nos jornais foi efémero, mais impulsionado pela notoriedade dos arguidos do que pelo género de criminalidade em questão, e que os princípios éticos da cobertura da violência sexual sobre menores continuam a ser pouco aplicados pelos jornalistas, especialmente nas notícias singulares, de âmbito local, que envolvem vítimas e agressores anónimos".

Para a autora, as falhas éticas do jornalismo devem-se tanto a condições internas de produção (falta de conhecimento, de tempo, de recursos humanos e económicos) quanto a condições externas (investimento tardio da justiça portuguesa nos direitos da criança e à frágil atividade da sociedade civil na área da infância). A investigadora sugere que o correto tratamento noticioso da temática exige "o esforço conjunto e organizado de vários campos sociais e não apenas o empenho isolado de cada jornalista" (Sousa 2006, 129).

Concordamos sem reservas com a necessidade de um esforço conjunto para melhorar a cobertura noticiosa sobre a violência sexual contra crianças e, nesta perspetiva, apontamos responsabilidades aos jornalistas, mas também a todos os atores sociais que direta ou indiretamente lidam com o problema, dentre estes a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, organizações não-governamentais de defesa dos direitos das crianças e de apoio às vítimas de crimes sexuais.

Mas antes de falar dos desafios, é preciso reconhecer um aspeto extremamente positivo devido ao crescimento da visibilidade mediática da violência sexual contra crianças em Portugal. Apesar de muitas críticas que possamos fazer ao tratamento noticioso, a forte emergência nos *media* nas últimas décadas possibilitou um reconhecimento da questão como um problema público. O assunto, antes restrito à esfera privada, passou a ser um tema de debate social. Diversas evidências levam-nos a crer que a grande visibilidade mediática do Caso Casa Pia levou a um aumento de denúncias deste tipo de crime e a uma maior preocupação pública com os abusos sexuais de crianças e jovens (Marôpo 2013).

Por outro lado, um tratamento noticioso que proteja e promova os direitos das crianças nesta matéria ainda é um desafio a alcançar. Segundo a Convenção sobre os Direitos das Crianças das Nações Unidas de 1989, documento com força de lei no plano jurídico internacional, do qual Portugal (e quase a totalidade dos países do mundo) é signatário, são crianças todos os seres humanos com menos de 18 anos de idade (aproximadamente 37% da população mundial) e estes têm direito a uma representação mediática que respeite a sua condição de cidadãos em fase especial de desenvolvimento. Neste sentido, apontamos a seguir um conjunto de oito desafios.

Desafio 1 – Proteger a identidade das crianças

A preservação da identidade das crianças em situação de risco ou que possa causar prejuízos ao seu desenvolvimento saudável é um desafio fulcral insistentemente referido em diretrizes internacionais para uma cobertura jornalística que proteja e promova os direitos infantis (Hammarberg 1997; Save the Children 1998; FIJ 1997; FIJ e Unicef 1998; FIJ 2001, 2002; Andi 2003, 2005).

A partir de entrevistas com dez jornalistas e dez fontes de informação, também concluímos que esta é uma preocupação central na cobertura sobre esse grupo

social em Portugal (Marôpo 2011, 2013). No país, o Código Deontológico dos Jornalistas (revisto em 2017) afirma, no seu artigo 8.°, que o jornalista não deve identificar, direta ou indiretamente, as vítimas de crimes sexuais ou *menores* (grifo nosso) vítimas ou autores de atos que a lei qualifica como crime. O mesmo artigo afirma que "o jornalista deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor." A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco salienta o predomínio do princípio da privacidade em situação de risco social estabelecendo o respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da vida privada (Ponte, Afonso e Pacheco 2008). Este documento legal estabelece que os meios de comunicação social, sempre que divulguem situações de crianças ou jovens em perigo, não podem identificar, transmitir elementos, sons ou imagens que permitam a sua identificação.

As referidas leis e diretrizes promoveram uma maior atenção à privacidade em situações potencialmente prejudiciais (Marôpo e Pacheco 2015), especialmente em casos de violência sexual. No entanto, ainda é possível encontrar marcas que permitem a identificação de crianças em situações de risco no discurso noticioso, especialmente quando este se refere a crianças que vivem distantes do campo de atuação dos media em questão ou em condições de vulnerabilidade social (Marôpo 2013).

No caso da cobertura sobre violência sexual, esta identificação acontece geralmente de forma indireta. Por exemplo, quando a peça jornalística exibe imagens da rua onde a criança mora, da fachada da casa ou da escola onde estuda. Também quando expõe familiares ou o abusador (nos casos em que este é alguém próximo da vítima). Não basta omitir o nome ou a imagem das crianças, é preciso evitar divulgar qualquer informação que possibilite a identificação, tendo especial atenção às 'crianças dos outros' (Ponte 2007).

Desafio 2 - Evitar a estigmatização

Ponte (2007) identifica tratamentos noticiosos diferenciados consoante os meios socioeconómicos e culturais dos quais as crianças fazem parte. A autora denomina como 'as nossas crianças' aquelas que recebem tratamento noticioso como se fossem potencialmente filhos ou parte da família da audiência dos media. Deste modo, são representadas nas notícias como fonte de preocupação e ansiedade em relação à sua segurança nos ambientes que frequentam, especialmente a escola e a comunidade.

Por outro lado, as 'crianças dos outros' (marcadas por uma distância geográfica, cultural ou socioeconómica em relação à audiência mediática) são aquelas representadas a partir do perigo longínquo de que podem ser vítimas ou são elas próprias ameaças à sociedade. Estas crianças 'distantes' são mais facilmente suscetíveis de serem identificadas ou tratadas de maneira estigmatizante.

Neste sentido, a violência sexual com fins comerciais em países distantes do Sul é facilmente denominada 'prostituição infantil', em peças noticiosas nas quais as crianças deixam de ser vítimas de violência sexual para serem representadas como agentes da situação que se deixam seduzir pelo dinheiro fácil da prostituição (Ponte, Afonso, Pacheco 2007). Estas crianças também são mais facilmente identificadas porque os cuidados em ocultar os nomes e rostos podem não ser suficientes, quando são descritos detalhes das vidas das "personagens" ou quando imagens revelam roupas, tatuagens ou outras marcas que podem facilitar o reconhecimento.

Em contraponto a este enquadramento, Andi (2007) recomenda evitar o sensacionalismo que estigmatiza a pessoa vitimada e descrições minuciosas da violência sexual. Sugere o uso do termo 'exploração sexual' em substituição a 'prostituição infantil' e ressalta a importância de o jornalista monitorar os

resultados das denúncias, incluindo o encaminhamento jurídico do explorador e o atendimento psicossocial da criança vitimada.

Desafio 3: ultrapassar a perspetiva factual

A cobertura sobre violência sexual contra crianças é frequentemente marcada pelo que Ponte e Afonso (2009) chamam de 'notícias de série'. São pequenas peças e sem destaque, elaboradas com recurso a procedimentos jornalísticos de rotina, com ausência ou número escasso de fontes e sem conexão com o restante noticiário. São aquelas que dão conta de 'alegados pedófilos detidos' num noticiário breve, policial e de repetição. Este é o principal padrão encontrado na análise da cobertura sobre esta e outras temáticas do risco social na infância pelo projeto de investigação *Crianças e Jovens em Notícia*, coordenado pela professora Cristina Ponte, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. Foram analisados mais de seis mil itens noticiosos (peças de informação e opinião) dos jornais *Diário de Notícias*, *Público*, *Correio da Manhã* e *Jornal de Notícias* de 2005 e os resultados são muito próximos ao que tinha sido encontrado numa análise similar realizada em 2000.

No final de 2017, fiz uma busca pelos termos 'abuso sexual' e 'violência sexual' e 'crianças' no Google Notícias e o cenário é o mesmo. O que aparecia quase de forma exclusiva nas várias páginas do motor de busca eram títulos noticiosos como 'PJ deteve suspeito de abuso sexual a criança em Viana do Castelo' (TVI 24, 16 de junho de 2017). Este tipo de abordagem tende inevitavelmente a fazer parte da rotina jornalística porque são conteúdos produzidos de forma rápida e com baixo custo (os dados são disponibilizados regularmente por fontes policiais). O enquadramento mais comum das notícias sobre a temática parece não ter mudado entre 2000, 2005 e 2017.

Em geral, é uma cobertura extremamente factual, que se restringe ao acontecimento, frequentemente a detenção do alegado pedófilo, promovendo o que Bennett (2007) chama de 'síndrome da autoridade-desordem': notícias que dão conta de um mundo onde a ordem foi ameaçada e a questão central é se as autoridades são capazes de restaurá-la. Este binómio redutor ordem-desordem na cobertura sobre crianças é marcado por 'discursos do medo' (Altheide 2002) promotores de 'pânico moral' (Cohen 1980) e de estereótipos como a caracterização demoníaca do pedófilo (Critcher 2002). Torna-se mais limitada, então, a possibilidade de análises aprofundadas e pluralistas sobre questões relacionadas com a violência que atinge às crianças (Marôpo 2013). Nesta perspetiva, o desafio para jornalistas e fontes de informação ativistas dos direitos infantis é promover o tratamento noticioso da violência sexual contra crianças enquanto problemática, ultrapassando uma cobertura restrita ao factual.

Desafio 4 - Promover a pluralidade de fontes

Ultrapassar este registo meramente factual também impõe um outro desafio: incluir diferentes pontos de vista no debate. No entanto, uma boa parte da cobertura jornalística sobre violência sexual contra crianças ouve uma única fonte: a polícia.

Defendemos que ouvir variados campos sociais, que tenham perspetivas também diversas sobre a infância e as questões que lhes dizem respeito, é tarefa fundamental dos jornalistas quando estão a cobrir quaisquer temáticas relacionadas às crianças. No entanto, em tempos de crise do jornalismo, quando os profissionais da notícia são pressionados para produzir sempre mais informação em menos tempo, acredito que superar este desafio está igualmente nas mãos das fontes de informação.

Neste sentido, apresentamos um conjunto de desafios para a sociedade civil organizada e entidades governamentais que atuam na área da infância para uma melhor atuação enquanto fontes de informação com vista a promover a pluralidade de pontos de vista no discurso jornalístico (Marôpo 2013):

- 1. Mostrar abertura e disponibilidade para os jornalistas, numa postura próativa de diálogo a partir de uma atitude pedagógica sobre os termos e conceitos relacionados com as crianças.
- 2. Investir num melhor conhecimento sobre o processo de produção do discurso noticioso, a partir de uma gestão profissionalizada da comunicação (quando possível) capaz de planear ações que se inserem nos critérios de noticiabilidade e de produzir dados consistentes e confiáveis.
- 3. Procurar estabelecer contactos mais próximos, individualizados e contínuos com os jornalistas, que permitam uma aprendizagem mútua, a par da atividade prática e diária do jornalismo.
- 4. Advertir os jornalistas e os media sobre o desrespeito pelos direitos infantis nas notícias, denunciar e tomar medidas formais em caso de reincidência; reconhecer e elogiar publicamente os acertos da cobertura no que diz respeito à proteção e promoção destes direitos.
- 5. Construir, em conjunto com os jornalistas, orientações (bem como divulgar amplamente as já existentes) para um tratamento noticioso que proteja e promova os direitos das crianças.
- 6. Facilitar o acesso dos jornalistas às crianças quando possível e divulgar o ponto de vista infantil nos seus relatórios e outros documentos.
- 7. Criar prémios de jornalismo e títulos de jornalista amigo da criança, promover formações para profissionais e estudantes da área, procurar um diálogo com editores e diretores dos veículos de media, dentre outras

ações capazes de divulgar e promover os direitos infantis no campo mediático.

Desafio 5 - Privilegiar o ponto de vista das crianças

Complementarmente ao desafio de fomentar uma maior pluralidade de fontes, propomos também privilegiar o ponto de vista das crianças nessa cobertura, promovendo o seu reconhecimento enquanto grupo capaz de contribuir de forma valorosa para o debate social.

Tendo em conta que a prioridade deve ser sempre a segurança e o bem-estar físico e psicológico das crianças, sabemos que, em princípio, não seria benéfico para sobreviventes de violência sexual falar diretamente com os jornalistas. Fullerton (2004) alerta que é fundamental refletir sobre as possíveis consequências de uma entrevista para as crianças.

Neste sentido, há outras formas de incluir o ponto de vista infantil nesta cobertura. Como dito anteriormente, as instituições poderiam divulgar, preservando o anonimato, as reflexões das crianças sobre os abusos que sofreram e a sua luta para superá-los (privilegiando sempre uma perspetiva de superação do problema e não de mera exploração de aspetos emocionais ou descrições sobre a violência sofrida). Esta seria uma possibilidade para contrapor o padrão 'adultocêntrico' nas notícias. O conceito desenvolvido pela organização Save the Children afirma que as sociedades continuam a ser organizadas exclusivamente por adultos, conduzidas somente por eles, a partir do seu ponto de vista e em função de seus objetivos e necessidades. A ideia seria, ao mesmo tempo, garantir o direito à proteção e promover o direito das crianças a serem ouvidas e a terem a sua opinião levada em conta nos assuntos que lhes dizem respeito (artigo 12.º da Convenção sobre os Direitos das Crianças), contrariando o silenciamento das suas vozes no discurso noticioso denunciado por inúmeros autores (Andi 2003; Muleiro 2006; Morigi, Rosa e Meurer 2007; Ponte e Afonso 2009 e Marôpo 2015).

Destacar o ponto de vista das crianças é também discutir o direito das crianças a serem informadas sobre a violência sexual. Os dados demonstram que boa parte dos abusos ocorrem entre os 8 e os 12 anos. São crianças que, se tivessem uma educação escolar mais proativa sobre o problema, por exemplo, se sentiriam melhor apoiadas para denunciar a violência que sofrem. Em outras palavras, é dever do jornalismo analisar o papel da escola e do sistema de proteção na prevenção da violência sexual.

Desafio 6 - Promover enquadramentos público-políticos

A necessidade de um debate mais contextualizado sobre a violência sexual contra crianças enquanto problemática (desafio 3), a necessidade de uma maior pluralidade de fontes (desafio 4) e de privilegiar o ponto de vista das crianças (desafio 5) leva-nos a outro desafio: a promoção do que chamo de enquadramento público-político. Esta perspetiva é um contraponto às 'notícias de série' (Ponte e Afonso 2009), à 'síndrome da autoridade-desordem' (Bennet 2007) e também ao tratamento privado e individual que frequentemente encontramos em histórias emotivas de interesse humano sobre crianças, especialmente as notícias que envolvem vítimas de maus-tratos (Marôpo 2012).

O desafio é ultrapassar uma cobertura restrita ao factual e discutir a violência sexual contra crianças como um problema digno de atenção pública e política. Quais são as possíveis causas do problema? Em que circunstâncias acontece? O que poderia ser feito para evitá-lo? Quais são as consequências para as crianças sobreviventes? Como estas são acompanhadas? Como funcionam as políticas públicas nesta área? Qual o papel dos diversos atores envolvidos na questão (governo, famílias, escolas etc.)? Como o problema tem evoluído ao longo do tempo? Questões fundamentais para o debate social que o enquadramento jornalístico público-político deve procurar responder, equilibrando a emoção

geralmente envolvida quando as crianças são o foco de atenção noticiosa com informação contextualizada e analítica que aponte caminhos para solucionar ou minimizar o problema.

Desafio 7 - Promover a 'busca de soluções'

Isto leva-nos a um conceito muito útil para a cobertura jornalística sobre crianças: a 'busca de soluções', o nosso sétimo desafio. Desenvolvido pela Andi – Comunicação e Direitos (antiga Agência de Notícias dos Direitos das Crianças), organização não-governamental brasileira que atua em rede em 12 países da América Latina, o conceito refere-se a peças jornalística que (Andi 2005):

- 1) revelem projetos sociais bem-sucedidos;
- 2) representem investigação com foco na denúncia, mas incluindo factos ou ideias que remetam o leitor para a reflexão sobre soluções;
- 3) apresentem debates entre setores diversos da sociedade;
- 4) esclareçam aspetos legais ou projetos de lei aprovados;
- 5) forneçam resultados de pesquisas no terreno, produzidas por entidades civis ou governamentais;
- 6) cooperem com esforços de campanhas na área da assistência social;
- 7) enfatizem, em editoriais ou artigos, as soluções existentes ou a necessidade de busca de soluções.

Pode ser difícil, ou mesmo inviável, para os jornalistas produzirem todas as peças segundo estes critérios, mas se esse guião fosse seguido com mais frequência seria certamente um ganho enorme para a promoção e proteção dos direitos das crianças no discurso noticioso.

Desafio 8 - Promover os direitos da criança como norma para o jornalismo

Para fechar, propomos um último desafio, que seria uma síntese dos anteriores: promover os direitos das crianças como referencial ético para o tratamento jornalístico (e mediático em geral) de questões relacionadas à população com idade inferior a 18 anos.

Neste sentido, a Convenção sobre os Direitos da Criança traz, pelo menos, seis artigos que importam diretamente para a relação entre os *media* e as crianças:

- Não discriminação (artigo 2): os direitos aplicam-se a todas as crianças (0 – 18 anos), sem exceção, por isso não há justificação para enquadramentos estigmatizantes relacionados com a origem nacional, étnica ou social.
- Superior interesse da criança (artigo 3): é crucial levar em consideração potenciais consequências negativas para o desenvolvimento da criança.
- Opinião da criança e liberdade de expressão (artigos 12 e 13): a criança tem o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre questões que lhe digam respeito e de ver essa opinião tomada em consideração e tem também o direito de procurar, receber e expandir informações. Neste sentido, o seu ponto de vista deve sempre ser levado em consideração pelos jornalistas e demais profissionais dos media.
- Privacidade (artigo 16): a criança tem o direito de ser protegida contra intromissões na sua vida privada, na sua família, residência e correspondência, e contra ofensas ilegais à sua honra e reputação. O artigo legitima a preocupação central com a privacidade das crianças

- em situações que possam causar constrangimentos ou prejuízos ao seu desenvolvimento.
- Informação de fontes diversificadas (artigo 17): a criança tem direito a aceder a materiais provenientes de fontes diversas; os media devem difundir informação que seja de interesse social e cultural para a criança, que deve ser protegida contra materiais prejudiciais ao seu bem-estar. Neste sentido, os media devem levar em consideração a qualidade das informações e conteúdos que divulgam.

As prioridades comerciais dos media, os constrangimentos diários da produção jornalística (como tempo, espaço e investimento), bem como a falta de reconhecimento dos direitos das crianças e o próprio estatuto minoritário destas são constrangimentos para que este enquadramento dos direitos seja um referencial amplamente utilizado. No entanto, acreditamos que muitos avanços já foram feitos para que os problemas que afetam as crianças, como a violência sexual, não sejam percebidos meramente como um assunto individual das famílias, mas sim como questões que apelam a uma responsabilidade coletiva e que, portanto, devem ser debatidas pública e politicamente. Os media, sem dúvida, têm um papel central neste processo.

Referências

- Altheide, D. 2002. Children and the discourse of fear. *Symbolic Interaction* 25 (2): 229-250.
- Andi. 2003. Infância na mídia: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira. Relatório 2002/2003. Brasília: Andi.
- Andi. 2005. Infância na mídia: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira. Relatório 2003/2004. Brasília: Andi.
- Andi. 2007. Exploração sexual de crianças e adolescentes Guia de referência para a cobertura jornalística. Brasília: Andi.
- Bennett, W. L. 2007. News The politics of illusion. Nova Iorque: Pearson Longman. Cohen, S. 1980. Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers. Oxford: Martin Robertson.

- Critcher, C. 2002. Media, government and moral panic: the politics of paedophilia in Britain 2000-1. *Journalism Studies*, 3 (4): 523-535.
- FIJ, Federação Internacional dos Jornalistas. 1997. *Information and child rights: the challenge of media engagement*. Editado por Jempson, M. e Norris, B. Bruxelas: IFJ e Media Wise.
- FIJ, Federação Internacional dos Jornalistas. 2001. Children's rights and media: guidelines and principles for reporting on issues involving children. Bruxelas: FIJ.
- FIJ, Federação Internacional dos Jornalistas. 2002. Child rights and the media Putting children in the right. Guidelines for journalists and media professionals. Bruxelas: IFJ.
- FIJ, Federação Internacional dos Jornalistas e Unicef/Fundo das Nações Unidas para a Infância. 1998. *Prime time for children: media, ethics and reporting of Commercial Sexual Exploitation*. Editado por White, A. e Holman, K. Bruxelas: IFJ e Unicef.
- Fullerton, R. S. 2004. Covering kids: are journalists guilty of exploiting children? *Journalism Studies*, 5 (4): 511-524.
- Hammarberg, T. 1997. Children, the UN Convention and the media. *The International Journal of Children's Rights*, 5: 243-261.
- Marôpo, Lidia. 2013. Jornalismo e Direitos da Criança Conflitos e Oportunidades em Portugal e no Brasil. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Marôpo, Lidia. 2015. Crianças como fontes de informação: um desafio de inclusão para o jornalismo. Revista Vozes e Diálogo, 14 (2): 5 15.
- Marôpo, Lidia. 2011. Representações jornalísticas de crianças no Brasil e em Portugal: um debate sobre os direitos infantis nas notícias. Revista de Humanidades (UNIFOR), 27: 44-57.
- Marôpo, Lidia. 2011. Jornalistas e fontes de informação: constrangimentos e oportunidades para o agendamento dos direitos das crianças em Portugal e no Brasil. Estudos em Comunicação/Communication Studies, 9: 81-102.
- Marôpo, Lidia. 2012. Anjos ou demónios? Crianças, jovens e crimes nos media. Um debate sobre a ética jornalística e os direitos infantis. *Comunicação & Cultura*, 14: 207-225.
- Marôpo, L.; Pacheco, L. 2015. Representações de Crianças e Jovens nas Notícias: o cenário português. In ed. Barbalho, A. e Marôpo, L. *Infância, Juventude e Mídia Olhares Luso-brasileiros*. Fortaleza: EdUECE.
- Morigi, V. J.; Rosa, R.; Meurer, F. 2007. Mídia e representações da infância: narrativas contemporâneas. Curitiba: Champagnat; Porto Alegre: UFRGS.
- Muleiro, H. 2006. *Al margen de la agenda Noticias, discriminación y exclusión*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Ponte, C.; Afonso, B. 2009. Crianças e Jovens em Notícia Análise da cobertura jornalística em 2005. In Ponte, C. *Crianças e Jovens em Notícia*, 29 44. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ponte, C. 2005. Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000). Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais.

- Ponte, C. 2007. "Os nossos filhos e os filhos dos outros: Linguagens jornalísticas na imprensa". *Atas do I Congresso Internacional sobre Intervenção com Crianças, Jovens e Família*. Braga.
- Ponte, C; Afonso, B. 2009. Crianças e Jovens em Notícia Análise da cobertura jornalística. In Ponte, C. (ed.). *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ponte, C; Afonso, B; Pacheco, R. 2007. "Crianças e Jovens em Noticiários de Horário Nobre". Atas do V Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação Comunicação e Cidadania, Braga.
- Save the Children. 1998. *Interviewing Children A guide for journalists and others*. Londres: Save the Children.
- Sousa, D. 2006. A violência sexual contra crianças na imprensa: um estudo de caso sobre a mediatização "Casa Pia". Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação Estudos dos Media e do Jornalismo. Universidade Nova de Lisboa. Portugal.

9. Entre o papel de espelho e o de produtor da realidade: os media e a (des)codificação de masculinidades

Sofia José Santos

Introdução

Em 2016, os crimes de violência sexual registados pela APAV, em Portugal, somaram 472 casos (APAV 2016), aumentando 41,7% em relação a 2015, ano em que foram registados 333 casos (APAV 2015), um número que representou uma subida de 92,65% em relação a 2011 (APAV 2011). Podemos interpretar estes dados como uma subida dos crimes de violência ou como um aumento da consciência sobre os seus direitos da parte das vítimas. Independentemente da nossa escolha interpretativa (e das duas poderem estar simultaneamente corretas), a verdade é que crimes de violência sexual continuam a ser perpetrados, sendo, em grande medida, resultado de normas de género desiguais que expressam e alimentam relações de poder também elas desiguais na sociedade.

Ainda que sejam fenómenos distintos, violência sexual e representações sociais de género, particularmente as que retratam o que significa ser homem e o que significa ser mulher, estão intimamente interligadas. Masculinidades e feminilidades representam ideais culturalmente imaginados, sendo social (Connell e Messerschmidt 2005) e semioticamente (Santos 2004) construídos e definidos (assim como reforçados) numa base binária e relacional (Connell e Messerschmidt 2005). A partir do momento em que a sua constituição é construída através de processos sociais e culturais dinâmicos, as noções do que significa ser e comportar-se como um homem e ser e comportar-se como uma mulher são suscetíveis de serem desafiadas, reconstruídas e transformadas (Boni 2002).

É neste contexto que os media emergem como um forte aliado na manutenção ou na desconstrução das identidades de género e dos estereótipos associados. Se é praticamente

incontestável que as imagens, representações e narrativas usadas pelos media informam e enformam profundamente o conhecimento e as perceções que cada indivíduo tem do mundo, (McCombs e Shaw 1972; Shoemaker *et al.* 2001; Couldry *et al.* 2016), as identidades de género e os papéis que lhes são atribuídos não são uma excepção a esta lógica. Vários estudos mostram o enorme poder que os media têm em modelar a forma como as crianças apreendem a noção de género, influenciando a forma como elas definem como meninas e meninos, homens e mulheres devem pensar, ser e comportar-se (Craig 1999; Katz e Earp 1999; Femiano e Nickerson, 2002; Katz 2011).

No campo da articulação "media e igualdade de género", têm-se registado progressos interessantes. A frequência com que hoje em dia encontramos uma notícia sobre políticas a favor da igualdade de género (e.g. como o alargamento da licença de parentalidade, a proibição de discriminação salarial com base no género, a denúncia ou condenação de assédio sexual) ou iniciativas feministas (e.g. movimento #metoo) é cada vez maior. Isto mostra não só como a sociedade está mais consentânea com a igualdade de género, como evidencia que os media informativos estão também eles mais recetivos a cobrir este tipo de temática e a dar voz a quem lhe quer ser testemunho. Do mesmo modo, o entretenimento veiculado pelos media tem registado uma tendência crescente para desconstruir estereótipos e introduzir nas diferentes páginas e telas uma diversidade maior de feminilidades e de masculinidades, rompendo dicotomias estanques e desafiando estereótipos e normas de género tradicionais.⁴³

Porém, apesar do registo importante desta tendência, a questão que se coloca é se os *media* estão de facto alinhados e empenhados na luta pela igualdade de género (Hassink 2015). Isto é, se estão dispostos a alterar não apenas o texto, mas também os subtextos; se estão dispostos a incluir não só coberturas de violência sexual, mas também formas construtivas e preventivas de a cobrir; e se estão disponíveis não apenas para reproduzir

⁴³ A inclusão de personagens como Joel na série *Parenthood* ou a dupla Mitch e Cam na *Modern Family* são dois exemplos de inclusão de uma diversidade não alinhada com visões estereotipadas e segmentadas do que significa ser e comportar-se como homem e como mulher. Para além disso, as noções de masculinidades tornaram-se cada vez mais complexas, particularmente com a inclusão de representações de papéis domésticos masculinos (Westerfelhaus e Lacroix 2012) e de masculinidades andróginas (*mangrooming* e *menscaping*). Do mesmo modo, iniciativas como o "gender seal" da ONG norte-americana *Common Sense Media* que atribui um selo de igualdade de género a todos os filmes que saem e que promovem a desconstrução dos estereótipos de género (para saber mais sobre esta iniciativa da Common SEnse Media, ler este artigo do *The New York Times*: https://nyti.ms/2sKEg1i).

a realidade como ela tem sido e como ela tem mudado, mas também para reconhecer, compreender e fazer uso do seu papel de produtor de realidade.

Este capítulo tem como objetivo explorar estas questões a partir da perspetiva das masculinidades, numa lógica dupla de diagnóstico e de boas práticas, compreendendo o papel de (re)produtor de realidade que os media encerram. Assim, numa primeira parte explora a bidimensionalidade "(re)produtora" do papel dos media. Numa segunda parte, apresenta o que entende por masculinidades (Cohen e Messerschmidt 2005), centrandose especificamente nos conceitos de "masculinidade hegemónica" (Connell 2005) e "masculinidade tóxica" (Kupers 2005), uma vez que a análise das representações de género num sentido relacional é fundamental para entender a globalidade da temática da igualdade de género (Connell 2005). Finalmente, uma terceira e última parte irá focar-se na proposta de boas práticas. Aqui será apresentada a proposta do Jornalismo para Paz (Galtung 1998; Lynch e McGoldrick 2005) e da literacia mediática crítica (Kellner e Share 2009). A primeira, ao oferecer ferramentas e metodologias para a cobertura da violência (sexual) em cenários de guerra, mas também de paz formal (Santos 2012), abre espaço para a compreensão da complexidade do fenómeno assim como para a sua prevenção do lado da (re)produção de conteúdos e realidade. A segunda, ao centrar-se no lado das audiências, explora como a dotação de competências para desconstruir mensagens sexistas e (re)produtoras de violência sexual nos media é fundamental.

Porque quando se reflete, também se produz: O poder dos media enquanto espelho e produtor da realidade

O poder dos media nos dias de hoje é reconhecido de uma forma quase dogmática. Pela possibilidade de recurso à linguagem (verbal e não-verbal) e à tecnologia (que encurta distâncias e permite explorar de uma forma cada vez mais complexa e assertiva a linguagem não-verbal), os media assumem-se como particularmente eficazes perante outros atores discursivos na veiculação de significados e de narrativas, assumindo-se como um ator extremamente rico do ponto de vista discursivo e comunicacional, potenciando o impacto das narrativas e mensagens que veiculam. Pela ubiquidade e pelo seu poder de mediação, os media assumem uma autoridade social importante, controlando o nosso conhecimento sobre as coisas, validando, perante cada indivíduo e

a sociedade no seu todo, narrativas e, consequentemente, rótulos, papéis, perceções e comportamentos. Como vários autores afirmam, os media acabam por modelar o que sabemos, desconhecemos, valorizamos, invisibilizamos ou negligenciamos, assim como condicionar a perspetiva que temos sobre cada assunto, ator ou relação (McCombs e Shaw 1972; Gofman 1974; Shoemaker *et al.* 2001). Neste sentido, os media assumem-se como potenciais produtores da realidade (Shoemaker *et al.* 2001). Se pensarmos nas vezes em que reclamamos autoridade usando o argumento de ter lido num jornal ou visto na televisão, temos um exemplo biográfico deste poder "produtor" dos media.

Por outro lado, a política económica dos media – que faz com que estes dependam cada vez mais das suas receitas de publicidade, do número de audiências e do investimento de grandes grupos económicos (Herman e Chomsky 1988) - e o cânone do jornalismo liberal – sustentado pelo valor da objetividade, da primazia das fontes institucionais e dos valores-notícia (Galtung e Ruge 1965; Mesquita 2003; Lynch e McGoldrick 2005) - fazem com que os media dominantes tendam a convergir para a opção pela reprodução de uma realidade próxima da tradicionalmente convencionada e, portanto, reproduzam estereótipos e papéis convencionalmente atribuídos a cada género, e sigam, particularmente do ponto de vista informativo, o conhecido ditame sensacionalista "*if it bleeds, it leads*".

Numa lógica comercial e de jornalismo convencional, os media, para além de produtores, são também um reflexo que reproduz os acontecimentos e as dinâmicas consentâneas com os padrões de normalidade convencionados, utilizando opções e regras discursivas dentro do estabelecido.

A parte e não o todo: masculinidades hegemónicas (tóxicas) entre masculinidades

Masculinidades e feminilidades são socialmente construídas (Connell e Messerschmidt 2005), definidas numa base binária e relacional e representando ideais e modelos culturalmente imaginados. Não são, por isso, naturais, espontâneas, fixas ou imutáveis, decorrendo sim de processos sociais e culturais dinâmicos, sendo suscetíveis de serem desafiadas, (re)construídas e transformadas (Boni 2002). Tal como Connell (1995; 2005) afirma, falar de masculinidades não significa falar necessariamente de homens, mas sim

de relações de género, especificamente da posição do homem numa ordem de género. Sendo múltiplas, complexas e por vezes mesmo contraditórias, as masculinidades podem ser definidas como padrões de práticas (conjunto de expectativas, identidades e comportamentos) através das quais tanto homens como mulheres, ainda que predominantemente homens, assumem essa posição dentro da hierarquia (Connell 2005). Neste sentido, há múltiplas conceções e expressões de masculinidades, todas elas variando de acordo com o tempo, a cultura e o próprio indivíduo (Connell 1995). Entre as múltiplas masculinidades que existem, há duas particularmente relevantes enquanto categorias de análise para refletir sobre violência sexual e desigualdade de género: masculinidades hegemónicas (Connell e Messerschmidt 2005) e masculinidades tóxicas (Kupers 2005).

Baseado na concepção gramsciniana de hegemonia (Gramsci 1971), o conceito de masculinidade hegemónica pode ser visto como uma norma cultural que liga continuamente os homens ao poder (Connell 1995). Ou seja, refere-se às dinâmicas culturais através das quais os homens reclamam e perpetuam uma posição de poder na hierarquia social existente na sociedade. A masculinidade hegemónica representa um ideal culturalmente imaginado do que significa ser, pensar, sentir, exprimir-se e comportar-se como um homem e está associado a noções de racionalidade, coragem, dureza, robustez física, tecnologia e a papéis de liderança e/ou de provedor económico. Sintetizam, pois, noções e representações idealizadas sobre como os homens devem ser, pensar, sentir, exprimir-se e comportar-se. Como bem referem Connell e Messerschmidt (2005, 832), a masculinidade hegemónica é normativa e não necessariamente estatística: trata-se de um ideal, que cria uma referência a partir da qual todos os homens se devem identificar numa lógica relativa). Homens que adotam traços consentâneos com o ideal de masculinidade hegemónica podem afirmar a sua (alegada) superioridade sobre as mulheres e consolidar a sua posição geral de dominação sobre elas tanto em termos físicos, como intelectuais e/ou sexuais (Ibidem). Do mesmo modo, homens que não adiram ao paradigma da masculinidade hegemónica (ou a aspetos que esta integra) e que mostrem características entendidas como "femininas" (por exemplo, sensibilidade, medo, emoção, subordinação e passividade) são invariavelmente ridicularizados e vistos como inferiores, sentindo-se subsequentemente excluídos, marginalizados ou subordinados (Boni 2002).

masculinidades hegemónicas, cujos conteúdos mudam ao longo do tempo e do espaço, podem oferecer alguma segurança ou poder tanto a homens e meninos como a mulheres e meninas, mas muitas vezes têm consequências nocivas na sexualidade e relação com a violência, afetando negativamente mulheres e meninas, mas também homens e meninos (Giaccardi *et al.* 2016; Fleming *et al.* 2015; Heilman *et al.* 2017).

Por sua vez, o conceito de masculinidade tóxica sintetiza a constelação de traços masculinos regressivos que servem para alimentar a necessidade e legitimidade da violência gratuita, da dominação, de desvalorização da mulher e de condenação da homossexualidade (Kupers 2005). Pode ser visto como uma declinação da masculinidade hegemónica, uma vez que inclui os aspetos da masculinidade hegemónica que são socialmente destrutivos e não os que são culturalmente aceites (Kupers 2005) e, sobretudo, valorizados. Para Kupers, há aspetos da masculinidade hegemónica – por exemplo, a função de provedor económico - que não são destrutivos por si próprios e que, por isso, ainda que sejam incluídos nas características de masculinidades hegemónicas não devem ser integrados nas de masculinidades tóxicas (*idem*). Por seu lado, comportamentos violentos, como agressão física, sexual ou verbal adotados por homens como meio de reforçar a sua masculinidade são tóxicos porque diretamente destrutivos.

Ainda que sejam dois conceitos distintos, a interligação entre os dois – masculinidades hegemónicas e masculinidades tóxicas – não deve, porém, ser descurada, sendo os dois reflexo e alimento de um sistema patriarcal que promove e perpetua a desigualdade de poder baseada no género, com claras consequências na violência sexual.

Masculinidades codificadas nos media: diagnósticos do mainstream

Sendo as masculinidades e feminilidades social (Connell e Messerschmidt 2005) e semioticamente (Santos 2004) construídas, os meios de comunicação social são uma das esferas com maior potencial pedagógico e reconhecido papel de modelação social, especialmente no que toca as identidades de género (Craig 1999; Katz e Earp 1999; Femiano e Nickerson 2002; Baker e Raney 2007; Katz 2011).

Tradicionalmente, os conteúdos apresentados na programação dos media dominantes (tanto dirigidos a crianças, como adolescentes e adultos) veiculam imagens de

masculinidades que associam o "ser homem" a características e atitudes de domínio, agressão, racionalidade, poder, contenção de emoções, heterossexualidade, desempenhos sexuais dominadores, entre outras (Craig 1999; Katz e Earp 1999; Femiano e Nickerson 2002; Todd 2003; Baker e Raney 2007; Katz 2011; Sutherland *et al.* 2016; Ward *et al.* 2017).

Neste contexto, vários estudos mostram que os media – tanto no Norte, como no Sul Globais (Kareithi, s/d) – tendem a promover valores consentâneos como a naturalização da violência, nomeadamente em contexto de relações amorosas (Driesmans *et al.* 2015), a tolerância do assédio sexual, policiando o que cabe no ideal de "ser homem" (Hassink 2015) e perpetuando relações desiguais de poder entre géneros (Todd 2003).

Estas representações não são apenas expressas em personagens hiper-masculinizadas como o Rambo ou o James Bond, por exemplo. Há outras fórmulas mais subtis e que, assumindo-se como contra-hegemónicas - porque concebidos quase em oposição ao ideal de masculinidade hegemónica-, reproduzem também modelos sexistas e misóginos. A figura do "nerd" de Hollywood trabalhada em várias séries, como no caso da série *The Big Bang Theory*, é disso um exemplo.⁴⁴ No vídeo "The Adorkable Misogyny of The Big Bang Theory" da *Pop Culture Detective Agency*, um dos exemplos que é apresentado e desconstruído é o momento em que a personagem de Howard Wolowitz aparece vestido de avental e luvas sendo que toda a cena é produzida como piada. Isto porque, uma vez que essas são vestimentas tradicionalmente atribuídas a mulheres, a personagem – e o público - vê a sua masculinidade diminuída, o que é razão de vergonha para a personagem e de humor para o público. Há também vários filmes dirigidos a públicos adolescentes, como o "American Pie" ⁴⁵ que naturalizam e, de alguma forma, vangloriam comportamentos enquadráveis no que se convenciona como masculinidades tóxicas, ⁴⁶ com repercussões evidentes na violência sexual.

-

⁴⁴ Ver "The Adorkable Misogyny of The Big Bang Theory", da Pop Culture Detective Agency, em https://www.youtube.com/watch?v=X3-hOigoxHs.

⁴⁵ Sobre esta última, ver também "Bom Sexy Yesterday" da Pop Culture Detective Agency em

https://www.youtube.com/watch?v=0thpEyEwi80

A este propósitoler: Anónimo (2018) "Ithought I was one of the good guys: Then I read the Aziz Ansari story", Op Ed, Vox, 24 de janeiro 2018. Disponível em: https://www.vox.com/first-person/2018/1/24/16925444/aziz-ansari-metoo-feminism-consent.

Do ponto de vista jornalístico, e de acordo com o *Global Media Monitoring Project* (2015), apenas 10% das notícias têm as mulheres como foco principal e apenas 24% das pessoas ouvidas, lidas e vistas em notícias de imprensa, rádio e TV são mulheres, não demonstrando qualquer evolução desde 2010. Também ao nível do comentário político, é muito frequente vermos painéis televisivos constituídos apenas por homens – "*all male panel*".⁴⁷ De acordo com o Relatório do *Center for American Women and Politics* e da *Rutgers University* (2017), durante a campanha presidencial de 2016, nos EUA, as mulheres desempenharam apenas 25% das análises políticas televisivas.

Não surpreendentemente, este tipo de representações sobre o que significa "ser homem" e "ser mulher" que os media dominantes veiculam acabam por incentivar crenças e comportamentos sexistas, nomeadamente a responsabilização das escolhas e comportamentos da mulher enquanto vítima de violência sexual perpetrada por homens (Driesmans *et al.*2015). Em relação à cobertura jornalística da violência sexual, o Relatório da ANROWS (Sutherland *et al.* 2016) reúne vários estudos que evidenciam a opção regular dos media em não dar a conhecer o contexto no qual a violência sexual foi perpetrada, por abordagens mais sensacionalistas ou por se centrar apenas nas histórias que cumprem com os valores-notícia, perpetuam mitos, responsabilizando geralmente a mulher por essa violência e recorrendo às forças de segurança como vozes especializadas.

A circulação destas representações e destes textos e subtextos nos media dominantes tem consequências negativas para a sexualidade de homens e meninos, a sua relação com a violência e o tipo de relações que estabelecem, afetando de forma negativa e danosa meninas e mulheres, mas também homens e meninos (Fleming *et al.* 2015; Giaccardi *et al.* 2016; Ion *et al.* 2017), contribuindo para a perpetuação de comportamentos, atitudes e valores que promovem a desigualdade de género e a violência sexual.

⁴⁷ O hashtag #allmalepanel aglutina nas redes sociais o movimento social online de contestação face ao predomínio de homens em painéis de comentário e análise em fóruns de discussão públicos, nomeadamente nos media.

Boas práticas: como (des)codificar? O Jornalismo para a Paz e a Literacia Mediática

Perante a natureza social e semioticamente construída de feminilidades e masculinidades, é relevante a promoção de dinâmicas que descodifiquem masculinidades tóxicas e hegemónicas ao mesmo tempo que codificam novas e diversas masculinidades não danosas. Tem havido alguma reflexão sobre este tema, decorrendo daí vários guias de boas práticas (e.g. Lloyd e Howard 2005; Dart Center 2011; Minnesota Coalition Against Sexual Assault 2013; Femifesto e Collaborators 2015) que almejam dotar profissionais dos media de instrumentos e metodologias que lhes permitam produzir coberturas e produzir conteúdos numa lógica de desconstrução e de prevenção da violência sexual, contribuindo assim para uma maior igualdade de género.

Assumindo precisamente como é o mote deste capítulo que os media são simultaneamente espelho e produtores de realidade e que a violência sexual é expressão de desigualdades de poder mais profundas, esta secção vai-se centrar na proposta do Jornalismo para a Paz (enquanto modelo de boas práticas) e na necessidade de investir em currículos de formação ao longo da vida centradas no desenvolvimento de competências de literacia mediática crítica.

O Jornalismo para a Paz

A primeira questão que se coloca quando vemos algo como "Jornalismo para a Paz" enquanto referência de boas práticas é porquê falar de todo um novo modelo de fazer jornalismo, se o que é preciso é melhorar o jornalismo existente? E porquê falar de jornalismo para a paz, se a violência sexual acontece em contextos de guerra, mas também em contextos de paz formal em que as ideias e palavras de guerra e paz não ocupam o quotidiano das práticas ou das preocupações?

A escolha deste modelo é um alerta para a necessidade não só de melhorar o jornalismo como de repensar profundamente o modelo dominante (moderno) de fazer jornalismo. Na verdade, muita da cobertura (sexista, polarizada) de violência sexual acontece enquadrada nos ditames éticos e deontológicos do jornalismo moderno ocidental -

nomeadamente valores como a objetividade (Mesquita 2003) que tende a legitimar a cobertura das normas convencionadas, sem as desconstruir, os valores-notícia que privilegiam o sensacionalismo, o enfoque no evento e não no processo profundo que lhe dá origem, e a primazia das fontes institucionais face às não-institucionais - ou como parte de uma estratégia comercial de garantir audiências. Nesta medida, o jornalismo para a paz, enquanto movimento de reequacionamento e transformação da prática jornalistica (Lukacovic 2016), é um referencial relevante para discutir. Por outro lado, é importante frisar que a relação entre guerra e paz não é uma de oposição e dissociação, mas antes de continuum e de conexão (Scheper-Hughes 2004). Em tempo de guerra, a violência e a discriminação correspondem à hiperconcentração de crimes diários publicamente consentidos, assumindo-se como um padrão normal para as relações sociais, políticas e económicas. Por sua vez, os contextos de paz formal também testemunham altos níveis de violência e discriminação diária (muitas vezes baseados nos mesmos preconceitos, problemas estruturais e culturais como aqueles que geram e alimentam a violência na guerra) mas são menos visíveis, conhecidos ou vistos como marginais, ainda que dentro de um quadro não necessariamente aceite, mas compreensível e, portanto, de alguma forma justificável.

A proposta do Jornalismo para a Paz oferece um novo roteiro de articulação entre fontes, jornalistas, histórias e consequências do que se reporta, ou seja, problematiza a ética da intervenção jornalística (McGoldrick e Lynch 2000). Trata-se de uma abordagem normativa proposta por Johan Galtung na década de 1970 que surge como reação crítica à forma como os media ocidentais dominantes cobriam os conflitos violentos em contexto de guerra (Galtung e Ruge 1965). Para Galtung, essa cobertura era/é caracterizada essencialmente por ser superficial, polarizada, estereotipada, centrada nas elites e nas instituições e focada na violência e no momento dos factos a reportar (Lynch e McGoldrick 2005) - alimentando o conflito e as relações de poder vigentes. Para além disso, facilita a ausência de densidade analítica ao mesmo tempo que promove uma cobertura quase fordista, sensacionalista, e convencional dos eventos. Numa tentativa de evitar que a informação se torne numa mera acumulação de eventos que vão pautando os diferentes dias, mas antes um elemento construtivo e transformador das sociedades e

que dê às populações a possibilidade de conhecer e compreender as dinâmicas profundas implicadas num conflito violento, Galtung tenta redefinir o que se entende por jornalismo – comprometendo-o com o valor da paz, entendido de uma forma holística e positiva – e dá ferramentas conceptuais e práticas para que os/as jornalistas possam cobrir eventos, particularmente em contextos de guerra, de uma forma analiticamente mais rigorosa e humana (Lynch e McGoldrick 2005, 5). De acordo com Lynch e McGoldrick (2005) que desenvolvem a proposta de Galtung no livro *Peace Journalism*, há quatro princípios definidores e orientadores do Jornalismo para a Paz e que o distanciam do Jornalismo de Guerra/Violência que Galtung cola ao jornalismo convencional e dominante.

	Jornalismo para a Paz/conflito	Jornalismo de Guerra/Violência
I.	Orientado para a paz e o	Orientado para a guerra/violência
	conflito	Foca-se no conflito em si; centra-se no
	Significa explorar a formação do	momento da violência explícita descurando
	conflito, procurar causas disseminadas	todas as causas e contextos que a tenham
	no tempo e no espaço, nomeadamente	potenciado; espera que a violência aconteça
	na história e cultura; dar voz a todas	para fazer a cobertura da violência; foca-se nos
	as partes; humanização dos dois lados,	efeitos visíveis da violência (e.g. mortes,
	cariz preventivo; incluir efeitos	ferimentos e danos materiais).
	invisibilizados da violência retratada	
	(e.g. trauma, glória, danos na estrutura	
	e/ ou cultura da sociedade).	
I	Orientado para a verdade	Orientado para a propaganda
	Desconstrói as não-verdades dos dois	Expõe apenas as não-verdades de um lado da
	lados da história, não se centrando	história (geralmente daquele que lhe é mais
	apenas num.	distante ou que condena).
I	Orientado para as pessoas	Orientado para as elites
	Foca-se no sofrimento de todos e todas,	Foca-se nas elites, dão voz a figuras
	dando voz a quem habitualmente não	masculinas robustas, polarizam.
	tem voz, foca-se no trabalho de quem	

	desconstrói os estereótipos e luta contra as violências.	
Г	Orientado para as soluções	Orientado para a Vitória
	Paz = não violência + criatividade	Paz = vitória + cessar fogo
	Sublinha iniciativas de construção de	Invisibiliza iniciativas de construção de paz
	paz positiva.	positiva; privilegia desfechos formais e
		superficiais.

Figura 1 – Descrição dos quatro elementos constitutivos do Jornalismo para a Paz/Conflito e do Jornalismo de Guerra/violência (adaptado de Lynch e McGoldrick 2005, 6).

O modelo do Jornalismo para a Paz tem uma perspetiva de género implícita (Yiping 2012), permitindo uma cobertura (des)construtiva, plural e simultaneamente reativa e preventiva da violência sexual. Tentando adaptar o modelo central do Jornalismo para a Paz para as questões da violência sexual numa perspetiva de desconstrução de masculinidades,⁴⁸ surgem as seguintes diretrizes dirigidas à cobertura da violência sexual em contexto de paz formal:

- Compromisso com a transformação social rumo a uma maior igualdade de género que envolva homens e mulheres;
- Explorar e descortinar os processos (profundos e superficiais) que dão origem e alimentam a violência sexual;
- Explorar e desconstruir as relações de poder de género subjacentes à violência sexual;
- Explorar efeitos visíveis e invisíveis da violência sexual tanto em homens como em mulheres;
- Explorar como homens e mulheres são afetados (positiva e/ou negativamente)
 com as histórias que as reportagens/notícias cobrem;

_

⁴⁸ Para uma reflexão sobre o Jornalismo para a Paz numa perspetiva de género, ver: Yiping, Cai (2012) "Revisiting Peace Journalism With a Gender Lens", ISIS Women, http://www.isiswomen.org/phocadownload/print/isispub/wia/wia2012/wia2012_10cimcaiyiping.pdf.

- Tratar o acontecimento a violência sexual como um processo e um fenómeno social e não como um evento e uma história individual;
- Humanizar e dar voz a todas as partes da história;
- Compreender o papel das estruturas institucionais na prevenção da violência sexual:
- Focar-se na cobertura preventiva e não apenas na cobertura reativa.

A literacia mediática crítica

É importante reconhecer e compreender o papel de modelador da realidade que os media desempenham. Porém, seria redutor ver os processos de comunicação enquanto um sistema linear que articula unidireccionalmente o emissor (ativo), a mensagem e o recetor (passivo), negligenciando a complexidade da estrutura de relações de contexto e de significado que esse sistema integra, tanto em termos de codificação como de descodificação (Hall 1973). Ou seja, os conteúdos – informativos ou de entretenimento – veiculados pelos media são resultado não só das opções claras de um emissor - bem explicadas pela teoria da agenda-setting (McCombs e Shaw 1972), do gatekeeping (Shoemaker et al. 2001) ou do framing (Gofmam 1974) – mas também da adesão, apropriação, negociação ou recusa da parte do recetor face a essas opções.

Neste sentido, e no que toca as boas práticas, é também fundamental desafiar as audiências a serem cada vez mais mediaticamente letrada, ou seja, a compreender e a saber desconstruir a forma como autoria, texto, subtexto, técnicas de persuasão e ideologia (21 Century School, s/d) se articulam nas mensagens dos media, mesmo em contextos informativos. Deste modo, não só a audiência estimula (até numa lógica comercial hegemónica) a produção de conteúdos mais exigentes em termos de igualdade de género, como quando os conteúdos são, implícita ou explicitamente, sexistas, a audiência é capaz de filtrar e desconstruir esse tipo de mensagens. No que toca a violência sexual, a literacia mediática está associada a uma menor internalização dos ideais tradicionais de género, ao aumento da consciência sobre discriminação no local de trabalho, maior capacidade de identificar sexismo e maior capacidade de responder a comentários sexistas dos seus pares (Wade *et al.* 2017).

Porém, se o conceito de "literacia mediática" sintetiza (apenas) a capacidade de aceder aos media, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspetos dos media e dos seus conteúdos e de criar mensagens em diversos contextos (Potter 1998), a proposta da "literacia mediática crítica" expande essa noção para incluir o desenvolvimento de competências de análise dos media tendo em conta a relação entre media e audiências, informação e poder (Kellner e Share 2009, 4), tornando-se um conceito e uma "boa prática" particularmente interessante em termos de (des)construção de relações (des)iguais de género. Do mesmo modo, a literacia mediática crítica dialoga de alguma forma com a proposta do Jornalismo para a Paz no sentido em que pressupõe desenvolver competências de desconstrução dos códigos e das convenções dos media dominantes (*Ibidem*) à luz das relações de poder que sustentam e das invisibilidades e estereótipos que criam e/ou reproduzem. No contexto da cobertura de violência sexual, a proposta da literacia mediática crítica pretende descortinar estruturas de opressão e representações estereotipadas e promover princípios de igualdade e de justiça social nas representações mediáticas (Luke 1994).

Sendo um continuum (e não uma categoria à qual se pertence ou não se pertence ou um atributo que se tem ou que não se tem) permanentemente suscetível de ser desenvolvida (Potter 1998), a literacia mediática crítica ajuda cada pessoa a dissecar os conteúdos e as formas dos media, a compreender o alcance e o propósito dos efeitos dos media na sociedade e a usar os media de forma inteligente para construir alternativas mediáticas contra-hegemónicas (Kellner e Share 2009) com uma tónica feminista de (des)construção das masculinidades, no geral, e sobre a violência sexual, em particular.

Conclusão

Para pensarmos a questão das boas práticas na cobertura da violência sexual é fundamental – metaforicamente - dar dois passos atrás e um passo à frente, sendo cada um desses passos um eixo de análise que este capítulo propõe.

O primeiro passo atrás prende-se com uma abordagem à violência sexual a partir das masculinidades. Sendo as representações de género relacionais, é fundamental

explorar a temática e prevenção da violência sexual a partir da forma como convencionalmente se foi construindo a ideia do que significa ser e comportar-se como um homem. A inclusão desta perspetiva na reflexão permite que as boas práticas sejam pensadas e discutidas tendo em conta uma das causas profundas deste tipo de violência, garantindo assim maior rigor e eficácia na sua implementação.

O segundo passo atrás está relacionado com o próprio modelo de jornalismo moderno. O poder discursivo particularmente rico que os media encerram faz com que eles não desempenhem apenas de forma bem-sucedida o papel de reprodutores da realidade, mas podem desempenhar de forma igual o de produtor de realidade, ou seja, contribuir para a produção de uma realidade comprometida com uma maior justiça social assente na compreensão das causas profundas da violência sexual. É neste sentido que as boas práticas assumem centralidade na reflexão. Porém, pensar boas práticas dentro do jornalismo moderno, sendo um exercício extremamente útil e necessário, corre o risco de se propor melhorar um jogo que está desde o seu início viciado. Este capítulo pretendeu trazer para o debate das boas práticas os próprios cânones do jornalismo moderno. Na verdade, o modelo de jornalismo convencionado está ancorado em princípios que obstaculizam uma cobertura da violência sexual conducente à transformação das normas e violência de género, nomeadamente: o valor da objetividade, a primazia das fontes institucionais sobre as demais; a centralidade do evento em detrimento do contexto; a reação em detrimento da prevenção. Neste contexto, a proposta teórica do jornalismo para a paz é particularmente interessante, uma vez que não só desafia os cânones do jornalismo moderno denunciando as formas como este acaba por voluntária ou involuntariamente, explícita ou implicitamente alimentar relações de poder e violências, nomeadamente de género, como apresenta metodologias e ferramentas para fazer a cobertura de eventos, como a violência sexual, de uma forma mais analítica, preventiva e conducente com a transformação social.

Finalmente, o passo à frente empurra-nos para fora da esfera da produção dos media e faz-nos chegar à esfera das audiências ou da receção. Seria redutor ver os processos de comunicação enquanto um sistema linear que articula unidireccionalmente um emissor ativo e um recetor passivo. Do lado do recetor também há "agency" face à mensagem que os media produzem. Quanto mais mediaticamente literada a audiência for, mais exigente será com os seus emissores e o impacto das mensagens (sexistas) será também menor, porque criticamente filtradas e desconstruídas. Neste sentido, a reflexão sobre boas práticas na cobertura da violência sexual deve incorporar também uma reflexão sobre currículos de literacia mediática crítica a desenvolver junto das várias audiências dos media, apostando numa abordagem holística e integrada dos processos de comunicação.

Referências

- APAV. 2011. Estatísticas APAV, Relatório Anual. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas APAV RelatorioAnual 2011.pdf. [consultado a 16.06.2018]
- APAV 2015 Estatísticas APAV, Relatório Anual. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas APAV Relatorio A nual 2015.pdf. [consultado a 16.06.2018]
- APAV 2016 Estatísticas APAV, Relatório Anual. https://apav.pt/apav-v3/images/pdf/Estatisticas-APAV-Relatorio-A-nual-2016.pdf. [consultado a 16.06.2018]
- Baker, K., e Raney, A. 2007. "Equally super? Gender role stereotyping of superheroes in children's animated programs". *Mass Communication and Society.* 10: 24–41.
- Boni, F. 2002. "Framing Media Masculinities. Men's lifestyle magazines and the biopolitics of male body". *European Journal of Communication*. vol. 17(4): 465-478.
- Brown, J. D., Campbell, K., e Fisher, L. 1986. "American adolescents and music videos: Why do they watch?". *Gazette*. 37: 19-32.

- Center for American Women and Politics e Rutgers University. 2017. Who talks?

 Relatório. Disponível em:

 https://static1.squarespace.com/static/52d48817e4b02a4ced94d551/t/58b8c1fbf7e0ab3459b05c60/1488503294413/WhoTalksReport.pdf.

 [consultado a 16.06.2018]
- Connel, R. 1995. Masculinities. Cambridge: Polity Press.
- Connel, R. 2005. "Change among the Gatekeepers: Men, Masculinities, and Gender Equality in the Global Arena". *Journal of Women in Culture and Society.* vol. 30 (3): 1801-1825.
- Connell, R. W. e Messerschmidt, J. W. 2005. "Hegemonic masculinity: rethinking the concept?". *Gender Society*. 19(6): 829-859.
- Couldry, N., Livingstone, S., e Markham, T. 2016. Media consumption and public engagement: Beyond the presumption of attention. Londres: Palgrave Macmillan.
- Craig, S. (ed). 1999. Men, Masculinity, and the Media. Londres: Sage.
- Dart Center. 2011. "Reporting on Sexual Violence". 15-07-2011. Disponível em: https://dartcenter.org/content/reporting-on-sexual-violence. [consultado a 16.06.2018]
- Driesmans, K., Vandenbosch, L., e Eggermont, S. 2015. "Playing a videogame with a sexualized female character increases adolescents' rape myth acceptance and tolerance toward sexual harassment". *Games for Health Journal*. 4(2): 91–94.
- Femiano, S. e Nickerson, M. 2002. "How do media images of men affect our lives?". *Media & Values.* vol. 38. Disponível em: http://www.medialit.org/reading-room/how-do-media-images-men-affect-our-lives. [consultado a 16.06.2018]
- Femifesto e Collaborators. 2015. *Use the right words: Media Reporting on sexual violenæ* in Canada. Disponível em: http://www.femifesto.ca/wp-content/uploads/2015/12/UseTheRightWords-Single-Dec3.pdf [consultado a 16.06.2018]
- Fleming, P.J., McCleary-Sills, J., Morton, M., Levtov, R., Heilman, B., Barker, G. 2015. "Risk Factors for Men's Lifetime Perpetration of Physical Violence against Intimate Partners: Results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES) in Eight Countries". *PLoS ONE*, 10(3): e0118639.
- Galtung, J. 1998. "High road: Low road: Charting the course for Peace Journalism". *Track Two*, 7 (4): pp. 95-102.
- Galtung, J. e Ruge, M. 1965. "The Structure of Foreign News. The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers". *Journal of Peace Research.* 2: 64–91.
- Giaccardi, S.; Ward, L.; Seabrook, R.; Manago, A. e Lippman, J. (2016) "Media and Modern Manhood: Testing Associations Between Media Consumption and Young Men's Acceptance of Traditional Gender Ideologies", Sex Roles, 75(3-4): 151-163.

- Gitlin, Todd. 1980. The whole world is watching: Mass Media in the Making & Unmaking of the New Left. Berkeley: University of California.
- GMMP Global Media Monitoring Project. 2015. Gender Inequality in the News 2015. Disponível em: http://whomakesthenews.org/gmmp/gmmp-gmmp-reports/gmmp-2015-reports. [consultado a 16.06.2018]
- Goffman, E. 1974. Frame analysis: An essay on the organization of experience. Londres: Harper and Row.
- Gramsci, A. 1971. Selections from the Prison Notebooks. Nova Iorque: International Publishers.
- Hall, Stuart. 1973. "Encoding and Decoding in the Television Discourse", paper for the Council of Europe Colloquy on 'Training in the Critical Reading of Televisual language', org. por Council e Centre for Mass Communication Research, University of Leicester, setembro.
- Hassink, Alexa. 2015. "Men on Screen: Over-Represented, Badly Portrayed". *New America*, 22-12-2015. Disponível em: https://context.newamerica.org/men-on-screen-over-represented-badly-portrayed-404a0b804c79. [consultado a 16.06.2018]
- Heilman, B., Barker, G., e Harrison, A. 2017. *The man box: A study on being a young man in the U.S., U.K., and Mexico*. Washington, DC: Promundo-US and Unilever.
- Herman, E. S.; Chomsky, N. 1988. *Manufacturing Consent*. Nova Iorque: Pantheon Books.
- Kareithi, Peter J. s/d Hegemonic masculinity in media contents, UNESCO. Disponível em:

 http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/publications/gamag_research_agenda_kareithi.pdf_ [consultado a 16.06.2018]
- Katz, Jackson and Earp, Jeremy. 1999. "Tough Guise: Violence, Media & the Crisis in Masculinity (study guide)", Media Education Foundation. Disponível em: http://www.mediaed.org/discussion-guides/Tough-Guise-Discussion-Guide.pdf. [consultado a 16.06.2018]
- Katz, Jackson. 2011. "Advertising the construction of violent white masculinity: from BMW's to Bud Light", in G. Dines e Humez, J.M. (Ed.), *Gender*, Raw and Class in Media, Thousand Oaks: Sage Publications.
- Kellner, D. e Share, J. 2009. "Critical Media Literacy, Democracy, and the Reconstruction of Education" *In Macedo*, D. e Steinberg, S. R. (eds.) *Media Literacy*. Nova Iorque: Peter Lang.
- Kupers, Terry A. 2005. "Toxic masculinity as a barrier to mental health treatment in prison", *Journal of Clinical Psychology*. 61 (6): 713–724.
- Lloyd, Fiona e Howard, Ross. 2005. "Gender, Conflict and Journalism: A handbook for South Asia". *UNESCO*. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001439/143925E.pdf. [consultado a 16.06.2018]

- Lukacovic, M. N. 2012. "Peace journalism and radical media ethics". *Conflict & communication online*. Vol. 15 (2): 1-9.
- Luke, C. 1994. "Feminist pedagogy and critical media literacy". *Journal of Communication Inquiry*. 18 (2): 30-47.
- Lynch, J. e McGoldrick, A. 2005. Peace Journalism. Stroud: Hawthorn Press.
- McCombs, M. e Shaw, D. 1972. "The agenda-setting function of mass media". *The public Opinion Quarterly*. 36(2): 176-187.
- McGoldrick, A e Lynch, J. 2000. "Peace Journalism: What is it? How to do it?".

 Reporting the World. Disponível em:

 https://www.transcend.org/tri/downloads/McGoldrick Lynch Peace-Journalism.pdf. [consultado a 16.06.2018]
- Mesquita, Mário. 2003. O Quarto Equívoco. Coimbra: Minerva.
- Minnesota Coalition Against Sexual Assault. 2013. "reporting on sexual violence:

 a guide for journalists". Disponível em:

 http://www.mncasa.org/assets/PDFs/briefbank/2013MediaManual.pd
 f. [consultado a 16.06.2018]
- Potter, W. James. 1998. Media Literacy. Londres: Sage Publications.
- Santos, M. L. 2004. Gênero e comunicação: O masculino e o feminino em programas populares de rádio. São Paulo: Anna Blume.
- Santos, S. J. 2012. "Media and Interculturality: Mapping Theories, Projects and Gaps". *In Susana Gonçalves, Mark A. Carpenter (org.)*. *Diversity, Intercultural Encounters, and Education*, 72-87. Londres: Routledge.
- Scheper-Hughes, N. e Bourgois, P. I. 2004. *Violence in war and peace An Anthology.* London: Blackwell Readers in Anthropology.
- Shaw, E. 1979. "Agenda-Setting and Mass Communication Theory", *Gazette (International Journal of Mass Communication Studies)*. XXV (2): 96-105.
- Shoemaker, P.; Eichholz, M.; Kim, E.; Wrigley, B. 2001. "Individual and routine forces in gatekeeping". *Journalism & Mass Communication Quarterly*. 78:233–246.
- Sutherland, G.; McCormack, A.; Pirkis, J.; Vaughan, C.; Dunne-Breen, M.; Easteal, P. e Holland, K. 2016. *Media representations of violence against women and their children: final report.* Sydney: ANROWS.
- Todd, Julia T. 2003. Gendered lives: communication, gender, and culture. Belmont: Thomson/Wadsworth.
- Wade, T., Wilksch, S., Paxton, S., Byrne, S., e Austin, S. B. 2017. "Do universal media literacy programs have an effect on weight and shape concern by influencing media internalization?", *International Journal of Eating Disorders*, 50 (7): 731-738.
- Ward, L. M., e Aubrey, J. S. 2017. Watching gender: How stereotypes in movies and on TV impact kids' development. São Francisco, CA: Common Sense.
- Westerfelhaus e Lacroix, C. 2012. "Gender and Masculinity: Fatherhood". In Kosut, Mary (ed.) *Encyclopedia of Gender in Media*, 134-136. Nova Iorque:

Sage.

- Yiping, Cai. 2012. "Revisiting Peace Journalism with a Gender Lens", ISIS Women.

 Disponível em:

 http://www.isiswomen.org/phocadownload/print/isispub/wia/wia201_2/wia2012_10cimcaiyiping.pdf. [consultado a 16.06.2018]
- 21 Century School (s/d). "Media literacy toolbox: Media Literacy Concepts & Skills".

http://www.21stcenturyschools.com/uploads/2/1/5/4/21542794/deconstructing media messages.pdf [consultado a 16.06.2018]

Encerramento

Media e violência sexual

Teresa Fragoso

Presidente da CIG

Vou falar da perspetiva da Comissão para a Igualdade de Género (CIG), que é o organismo público que promove a políticas para a igualdade. Eu fiz mestrado em "género e media", portanto, esta questão dos *media* toca-me particularmente – foi a minha porta de entrada para as questões de género. E, de alguma forma, no mundo atual, em que os meios de comunicação estão disseminados, já para não falar nas redes sociais, que chegam a tantos lados, de alguma forma, nós temos uma janela para o mundo, na qual queremos confiar. Mas a informação que nos é transmitida, muitas vezes de forma acrítica e nem sempre credível, coloca em causa essa confiança e deixa-nos vulneráveis, principalmente às pessoas mais jovens que estão muito expostas e que ainda não desenvolveram um sentido crítico aprofundado.

Seria de esperar uma prática reflexiva sistemática por parte dos e das profissionais de comunicação - que o fizessem com essa consciência. Temos essa expetativa, que sejam capazes de reconhecer e de identificar as profundas situações de desigualdade e de discriminação que existem na realidade social, e que contribuam para as desocultar, para as denunciar, e não veicular informação como se não houvesse estas situações de desigualdade, muitas vezes estruturais e universais, como por exemplo, as desigualdades de género. Neste campo gostaria que tal prática reflexiva se traduzisse em mensagens e imagens não estereotipadas do ponto de vista das relações e dos papéis de género. Esta expetativa é legítima porque são profissionais obrigados e obrigadas a um código deontológico, que

impõe determinadas regras. Ninguém espera de um médico que vá fazer qualquer coisa contra a vida do seu paciente. Da mesma forma, temos esta expectativa razoável sobre a atuação dos e das profissionais de comunicação – mas muitas vezes sentimos que falham.

O risco de mensagens sexistas e estereotipadas é ainda maior no caso das redes sociais, onde há menos controlo, e onde todos e todas contribuem para veicular estas mensagens. Já não há profissionais, já não há código deontológico, aquilo que passa nas redes sociais não tem filtro. Um caso exemplar é o dos acontecimentos recentes no contexto das festividades de universitários e universitárias, a queima das fitas, onde se agridem sexualmente as estudantes e, segundo se ouvia, não era a primeira vez. Estas cenas são filmadas e colocadas nas redes sociais e, neste caso concreto, foi-lhes dado um palco e uma enorme amplificação através da CMTV que foi buscar o vídeo às redes sociais e o transmitiu no seu canal, dito de meio de comunicação tradicional, dando-lhe uma roupagem de notícia.

Fico com um sentimento de revolta muito grande. Por um lado, existem estas situações e muitas vezes estão silenciadas — não se sabe, acontece naquele autocarro e ninguém sabia. E elas acontecem no meio de estudantes do ensino superior, onde se espera que as pessoas tenham acesso a formação e conhecimento que lhes permita comportarem-se de outra maneira. Mas, por outro lado, a revolta é ainda maior porque quando há um meio de comunicação social que quer dar visibilidade ao problema fá-lo da pior forma: há uma exposição gratuita de uma estudante, no meio de um canal televisivo. Esta estudante entra descomposta pela casa de vizinhos, vizinhas, familiares, dos pais. A imagem estava desfocada, mas, para quem a conheça, provavelmente ela é reconhecível.

Portanto, a forma como se decide tratar esta informação, em vez de dar visibilidade, chamar a atenção para o fenómeno no sentido de contrariá-lo – não!

É uma forma de contribuir para a humilhação e violentação desta e das outras mulheres. Alguém hoje, aqui, dizia que "a noção de propriedade - de ter - começa pela apropriação sexual. Os homens têm estas mulheres". E foi esta apropriação que o país inteiro viu, toda a gente teve acesso àquele vídeo.

A CIG, no contexto das suas responsabilidades, é o organismo público que promove políticas e combate as discriminações contra as mulheres com base no sexo e no género. Perante a gravidade destes comportamentos, que foram divulgados, primeiro pelas redes sociais e depois pela CMTV, apresentou queixa no Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP), da comarca do Porto, porque pudemos averiguar que a cena teria tido lugar naquela cidade. Portanto, fizemos uma queixa contra incertos, não podíamos identificar as pessoas, mas no sentido de que o DIAP procedesse às diligências que considerasse necessárias para apurar a responsabilidade criminal que estivesse em causa, uma vez que as imagens indiciavam comportamentos que consubstanciam a prática de um crime contra a liberdade e autodeterminação sexual⁴⁹.

Também houve uma discussão interna interessante sobre se, ao apresentar uma queixa no DIAP de Lisboa contra o jornal *Correio da Manhã*, não estaríamos a "castigar" o mensageiro. Mas, tendo em vista a forma como este canal optou por divulgar estas imagens, para nós, CIG, há aqui um comportamento que deve ser verificado, até do ponto de vista criminal. Porque estas imagens divulgadas podem indiciar a prática de crime contra a honra ou contra a reserva da vida privada – houve ali uma violação do espaço privado daquela rapariga. E aí a CMTV teve uma responsabilidade que, quanto a nós, no mínimo deve ser alvo de averiguação séria por parte do DIAP. Há um certo tipo de jornalismo mais sensacionalista, considerado mais apelativo para as massas, mais tabloide, que, quanto a nós, está ali na fronteira da legitimidade cívica, ética, deontológica e quem sabe criminal.

⁴⁹ https://www.ciggov.pt/2017/05/comunicado-sobre-o-caso-de-uma-rapariga-que-tera-sido-alvo-de-abusos-sexuaisdentro-de-um-autocarro-na-cidade-do-porto/, [consultado a 11.02.2018]

No seguimento deste episódio, e a propósito das redes sociais e da nossa incapacidade de filtrar e de controlar o que é veiculado pelas redes socais, ficámos a saber que este vídeo foi publicado por um grupo secreto do *facebook* com a designação de "I am a soldier" ("sou um soldado"), constituído apenas por homens com mais de 18 anos, grupo este criado há mais de um ano e que conta já com cerca de 45.000 associados. O "I am a soldier" publica exclusivamente perfis e vídeos de conteúdo sexualmente explícito, captados sem o conhecimento das mulheres que neles aparecem. Ou, tendo conhecimento no momento da captação da imagem, claramente não autorizaram a sua divulgação.

Outro fenómeno inclassificável tem sido a forma como situações e imagens de atentados terroristas são tratados pelos *media*, promovendo até, de alguma forma, a intolerância, a xenofobia e a islamofobia. Outros temas há que, pela forma como são tratados, admito que inadvertidamente, mas ainda assim, promovem a misoginia, a homofobia e outras formas de discriminação. Há aqui situações que nos interpelam, e daí a relevância do seminário do dia de hoje, de se dar espaço a uma reflexão que necessita ser aprofundada para que encontremos formas de dar resposta cabal, para que as pessoas, e em particular as mulheres não continuem a ser alvo destas discriminações e desta violência repetida.

Uma das políticas mais relevantes que o atual Plano Nacional para a Igualdade promove é, exatamente, a promoção de mecanismos de sinalização e de monitorização de conteúdos jornalísticos e publicitários sexistas e estereotipados do ponto de vista de género. Como resultado desta medida de política, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) produziu um relatório intitulado "Género nos blocos informativos de horário nobre nos canais de sinal aberto", acessível na página da CIG. ⁵⁰ Dele se retiram grandes conclusões no que diz

https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2016/06/ERC_CIG_Medida59_V-Plano-nacional-para-a-igualdade-de-género_capa-RELAT....pdf

respeito à representação das mulheres, à sua visibilidade e invisibilidade, à frequência com que aparecem e associadas a que tipo de temas, a que tipo de acontecimentos, com que papel e com que protagonismo.

É um trabalho que se tem vindo a fazer. Nós sabemos que os meios de comunicação social têm objetivos comerciais, e sabemos que a sua sobrevivência depende em larga medida dessas receitas comercias. Mas não podem descurar os princípios éticos favoráveis à promoção de uma sociedade inclusiva, cientes de que eles também desempenham um papel social predominante nestes processos de socialização e de construção das entidades individuais e coletivas. É urgente capacitar estes meios de comunicação social para uma prática sensível ao género, corresponsabilizando-os enquanto agentes ativos desta desconstrução da realidade social, e também no que aos direitos das mulheres e dos homens diz respeito. É um imperativo, não apenas do bom senso, é uma determinação que decorre de um conjunto de instâncias e instrumentos nacionais e internacionais aplicados à defesa dos direitos humanos, da igualdade de género e da não discriminação, e que obedece também a orientações da Federação Internacional de Jornalistas, para além do código deontológico que já tinha referido.

Uma das missões da CIG é promover o conhecimento e apoiar as organizações que o desenvolvem, por exemplo, através de apoio à publicação de obras. A título de exemplo, e relacionado com o tema deste seminário, trago aqui uma publicação da CIG que é uma adaptação de uma obra do Conselho da Europa, "Mulheres e jornalistas primeiro - Um desafio lançado a profissionais dos *média*". ⁵¹ Eu gostaria que fosse aos e às profissionais dos *media*. Para que seja possível alcançar a democracia na prática, criar um jornalismo de qualidade e acabar com os estereótipos de género. Por um lado, trabalhamos com entidades como a ERC;

⁵¹ https://rm.coe.int/1680590588

por outro lado, produzimos ou apoiamos a produção de conhecimento; publicamos conhecimento que nos parece relevante para apoiar esta reflexão e encontrar as boas medidas para contrariar determinado tipo de comportamentos dos meios de comunicação social e de outros protagonistas que possam promover, consciente ou inconscientemente, a proliferação da violência contra as mulheres.

Esta obra do Conselho da Europa promove um conjunto de recomendações sobre esta matéria, dirigidas aos Estados membros do Conselho da Europa. Também a CIG tem investido em programas destinados a jornalistas e aos meios de comunicação social, no sentido desta categoria profissional estar atenta, em particular, às pessoas e aos grupos mais vulneráveis e à forma como se veiculam determinadas mensagens. E a CIG fá-lo praticamente desde o seu início, este trabalho junto dos *media* não é uma novidade. De todas as formas, no atual plano, e vem já do plano anterior, tem havido uma parceria estreita com o CENJOR, o centro de formação de jornalistas. Temos tido também a colaboração de jornalistas do CENJOR que connosco vão às universidades, em que temos como público-alvo prioritário profissionais dos *media*, estudantes das áreas do jornalismo, da comunicação, marketing e publicidade.

Queremos que desde o momento em que começam a pensar uma carreira nestas áreas, tenham em atenção a forma como a realidade e as pessoas que a integram existem e como devem ser abordadas, como devem ser trabalhadas e as imagens. Este é um trabalho de continuidade que temos vindo a fazer com o CENJOR e com algumas escolas superiores do país. Por exemplo, recentemente, tive oportunidade de estar na Universidade da Beira Interior (UBI) numa dessas ações de formação com jornalistas. A UBI tem um Plano para a Igualdade, já vai na sua segunda versão, e desafiámos essa universidade a trazer aos *curricula* - começando por estes cursos, mas queríamos que fosse para todos os cursos - a lente da

igualdade de género, a lente dos direitos das mulheres, das questões da discriminação com base no sexo e no género. Para que, pelo menos nalgumas das cadeiras, senão numa cadeira específica sobre esta temática, estas questões fossem abordadas, nos cursos de comunicação social, e já agora nos demais cursos. Mas pelo menos começar por esses, já que no momento estávamos ali a trabalhar com estudantes dessas áreas. Houve uma recetividade muito boa, o que nos deixa felizes, naturalmente. Queremos ir por etapas, porque isso implica um trabalho de preparação e de implementação moroso, mas é preciso ir dando passos.

A própria CIG tem 40 anos e, apesar do longo percurso e das conquistas significativas, sabemos que a eliminação das discriminações com base no sexo e no género está longe de alcançar. Mas não podemos deixar de ir fazendo as etapas e de dar os passos necessários para ir combatendo estas situações. Estamos confiantes, enquanto organismo publico, que esta estratégia de *mainstreaming* de género nas escolas superiores de comunicação nos permite alcançar mais facilmente este propósito: tornar os e as profissionais do jornalismo e de outras áreas da comunicação, mais conscientes das suas responsabilidades em matéria dos direitos fundamentais.

É neste contexto que surge o desafio que lançámos à UBI e o objetivo é alcançarmos todas as universidades, pelo que aproveito o facto de estarem presentes pessoas com responsabilidades a esse nível, em particular no CES de Coimbra, para lançar este desafio: promovam ou uma cadeira ou a abordagem desta temática em todas as disciplinas, em todos os cursos. Porque não é só necessária na área da comunicação social, evidentemente, mas aqui estamos a falar do impacto que os *media* têm. É um desafio que aqui vos lanço e que também faz parte dos objetivos do nosso atual plano.

Eu sei que a Secretária de Estado esteve aqui de manhã, na abertura, que também já deu alguma informação sobre o processo que estamos a lançar de desenho de uma nova estratégia nacional para a igualdade. Os atuais planos terminam no final deste ano, e esta é naturalmente, uma preocupação. Aliás, é uma preocupação desta Secretária de Estado, neste caso ao nível do ensino básico e do secundário, trazer a educação para a cidadania e a igualdade de género a todas as escolas do país, a par do desafio ao nível do ensino superior.

Portanto, deixo aqui este desafio que é também um desafio que a CIG tem como seu. Espero que, esta reflexão também leve a caminhos para ultrapassar estas situações. E, aliás, os e as jornalistas foram muito críticos da situação da CMTV, tendo criticado determinado tipo de comportamento por parte de profissionais da área. Portanto, espero que desta reflexão conjunta que envolveu diferentes agentes da sociedade – desde organismos públicos, a academia, as ONG, profissionais da comunicação, etc. – possamos encontrar formas de, daqui a pouco tempo, os indicadores dizerem que a violência contra as mulheres está a diminuir, como devia e como seria expectável. E, naturalmente contam, com a CIG, dentro dos recursos e do conhecimento que temos, para sermos parceira para o que necessitarem.

Notas Biográficas

Catarina Rodrigues, RTP

Jornalista na RTP. Membro fundador do *Observador*, onde esteve dois anos e meio. Especialista em Direitos Humanos e desigualdades sociais (questões de género, LGBTI e minorias). Autora e apresentadora do Podcast *Chicas Poderosas*, na Antena 3. Vencedora de dois Prémios Média da *rede ex aequo* (2014 e 2015), do Prémio Arco-Íris da ILGA Portugal (2016) e de uma Menção Honrosa da associação Corações com Coroa (2017).

Cristina Leite, UPorto

Cristina Leite é bióloga e educóloga. No seu doutoramento em Ciências da Educação, realizado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, desenvolveu uma tese sobre educação, sexualidade e *media* usando, como material empírico, os títulos das notícias da Agência Lusa sobre sexualidade. Em termos profissionais, realizou trabalho em áreas como gestão de projetos, docência e investigação. Interessa-se por questões de identidade e bloqueio, comunicação, pensamento sistémico, literatura e espiritualidade.

Gwendolyn Sterk | Welsh Women's Aid

For almost 10 years she has been involved in policy and development in the women's sector. She has worked for local women's aid, rape crisis centres as well as national campaigning and membership organisations allowing her to build understanding and knowledge of domestic abuse and sexual violence networks. Her work within the VAWG sector has been contributing to the strategic policy and project development perspective. Her main areas of work include: domestic abuse, sexual violence, FGM, forced marriage and 'honour' based violence.

Isabel Ventura, CEMRI/APEM

É doutorada em sociologia, pela Universidade do Minho, onde desenvolveu uma tese intitulada Medusa no Palácio da Justiça – Imagens sobre mulheres, sexualidade e violência a partir dos discursos e práticas judiciais, tese premiada pela APAV (2016), e que deu origem ao livro Medusa no Palácio da Justiça ou uma História da Violação Sexual (2018). É mestre em Estudos sobre as Mulheres, pela Universidade Aberta e autora de As Primeiras Mulheres Repórteres (Tinta da China). É docente convidada da Escola de Direito da Universidade Católica do Porto, onde coordena o seminário de mestrado "Direito e Género: o caso dos crimes sexuais". É a perita nacional do Observatório da Violência Contra as Mulheres, do European Women's Lobby (EWL) e membro do corpo editorial da editora científica Palgrane Communications. Juntamente com Maria do Mar Pereira, coordena a e-APEM Rede de

investigador@s emergentes da APEM (Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres). É cofundadora da associação <u>Mulheres sem Fronteiras</u>.

Lidia Marôpo | IPS/CICS.NOVA

Lidia Marôpo é professora adjunta no Instituto Politécnico de Setúbal e investigadora integrada no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais/Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA). É doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa e sua produção académica trata sobre diversos aspectos acerca da relação entre as crianças e os media: representações noticiosas de crianças, crianças como audiência e também como produtoras de conteúdos. Atuou como jornalista profissional no Brasil e como jornalista colaboradora em Portugal. Foi assessora de comunicação do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (Brasil) e ministrou formação para jornalistas e fontes de informação sobre direitos das crianças nos media, em Portugal, no Brasil e em Moçambique.

Margarida Medina Martins | AMCV

Preside à Direção da AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência, da qual é cofundadora (1992). É perita em Direitos Humanos das Mulheres e Direitos Humanos das Crianças e ativista na defesa dos direitos das Mulheres, Jovens e Crianças sobreviventes de violência. É, também, co-fundadora de outras associações e plataformas, enquanto representante da AMCV como: PPDM - Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, da qual é a atual Vice-presidente; APIS - Associação Plataforma Internet Segura; APPANC – Associação Portuguesa para a Prevenção do Abuso e Negligência de Crianças; SPPC - Sociedade Portuguesa de Psicologia Comunitária. Foi também cofundadora das seguintes associações na área da Saúde Mental: AEIPS - Associação para o Estudo e Integração Psicossocial e FNERDM - Federação Nacional de Entidades de Reabilitação para Doentes Mentais. Ao longo de cerca de 25 anos a trabalhar na AMCV, representou a organização em diversos fóruns internacionais, como nas Nações Unidas (a AMCV tem Estatuto Consultivo Especial no ECOSOC – Conselho Económico e Social das Nações Unidas), a WAVE - Women Against Violence Europe e o Lobby Europeu de Mulheres. Entre 1997 e 2003 participou, enquanto representante da secção das ONG Direitos das Mulheres, do Conselho Consultivo da CIDM – Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres no Observatório Europeu sobre Violência contra as Mulheres do Lobby Europeu de Mulheres. Enquanto Membro da Direção da AMCV foi Coordenadora do projecto "Novos Desafios no Combate à Violência Sexual" financiado pelos EEA Grants geridos pelo Programa Cidadania Ativa da Fundação Calouste Gulbenkian, apoiado pela Noruega, Islândia e Liechtenstein (2014-2016). Atualmente é responsável pelo Projeto Piloto Centro de Crise que disponibiliza apoio a jovens e mulheres sobreviventes de Violência Sexual (2017-2019) da Área Metropolitana de Lisboa.

Maria João Faustino | University of Auckland

Maria João Faustino é doutoranda de Psicologia, na Universidade de Auckland. O seu projeto de investigação, centrado na violência sexual, incide nas mutações em curso nos repertórios heterossexuais e respetivas dinâmicas coercivas. Os interesses de investigações incluem, para além da violência sexual, os estudos feministas dos média, a tecnosexualidade e os estudos feministas da sexualidade.

Sofia Branco | Sindicato dos Jornalistas

Sofia Branco tem 41 anos (Póvoa de Varzim, 18.01.1977) e é jornalista há 17. Atualmente trabalha na Agência Lusa, onde é coordenadora de estágios e formação profissional. Na agência, foi editora e trabalhou na secção de Lusofonia e Mundo, onde cobria temas como direitos humanos, igualdade de género, minorias e migrações. Entre 1999 e 2009, trabalhou no jornal Público, durante os quais recebeu vários prémios por artigos publicados. A série de trabalhos que fez sobre o tema complexo da mutilação genital feminina valeu-lhe distinções nacionais e internacionais, entre os quais a Medalha de Ouro da Assembleia da República e o Prémio Natali para a Europa. É autora do livro "Cicatrizes de Mulher", sobre o mesmo tema, e ainda do livro "As Mulheres e a Guerra Colonial". Com mestrado em Direitos Humanos e frequência do primeiro ano de Doutoramento em Sociologia, é representante de Portugal na Rede Temática de Jornalistas do Instituto Europeu para a Igualdade de Género e no Grupo de Trabalho sobre Igualdade de Género no Setor do Audiovisual do Conselho da Europa. Foi também conselheira da estratégia europeia para eliminar a mutilação genital feminina, coordenada pela Amnistia Internacional. É presidente do Sindicato dos Jornalistas desde janeiro de 2015 e vice-presidente da Liga de Direitos Humanos desde abril de 2015. É professora convidada de Ética e Deontologia na Pós-Graduação em Jornalismo, do ISCTE-IUL, desde 2016.

Sofia José Santos, CES/UC

Professora Auxiliar convidada de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; investigadora integrada no CES/UC e investigadora associada do OBSERVARE/UAL e do Promundo. É doutorada em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Universidade de Coimbra. Tem-se dedicado à relação entre media, paz e violências, com especial enfoque em questões de género, particularmente no que toca a representação de masculinidades. Foi coordenadora da campanha MenCare a nível nacional, uma campanha vocacionada para promover uma paternidade envolvida, não-violenta e de cuidado. É atualmente investigadora principal do projeto "(De)Coding Masculinities: Towards an enhanced understanding of media's role in shaping perceptions of masculinities in Portugal", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Registo visual do Colóquio:

A APEM e o CES convidam para o Colóquio Internacional

Media e Violência Sexual:

da investigação à comunicação

21 de junho 2017, 9h30-18h00

CES-Lisboa (Picoas Plaza | Rua Viriato, 13, Lj. 117/118)

Programa

09h30 Sessão de Abertura:

Representante do CES e da APEM, Virgínia Ferreira (Presidente da APEM), Elza Pais (Presidente da Subcomissão para a Igualdade da Assembleia da República), Catarina Marcelino (Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade)

10h00 Conferência:

Gwendolyn Sterk (welsh women's Aid): Responding to Sexual Violence: Society, State and Support Moderação: Maria João Silveirinha (FLUC/CIML/APEM)

11h15 Violência sexual no jornalismo, no ativismo e na academia: que diálogos possíveis?
Sofia Branco (Sindicato dos Jornalistas), Margarida Medina Martins (Амсу), Cátia Pontedeira въммі Moderação: Isabel Ventura (APEM)

14h30 Diferentes violências, a mesma cobertura noticiosa? Maria João Faustino (ICS), Lídia Marôpo (IPS), Carolina Reis (Expresso), Cristina Leite (UM) Moderação: Tatiana Moura (PROMUNDO/CES)

16h45 Boas práticas para a comunicação social Catarina Rodrigues (RTP), Ana Guerreiro (ISMAI), Isabel Ventura (APEM) Sofia José Santos (CES/FEUC/PROMUNDO) Moderação: Cláudia Álvares (Ucusótona)

18h00 Encerramento: Teresa Fragoso (Presidente da CIG)

Incrições em ces.uc.pt/eventos/media-e-violencia-sexual





















Mesa de Abertura











Mesa de Encerramento

